

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Janeiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1101 • Director: Carlos Brito

# A LUTA ALCANÇA VITÓRIAS

Págs. 8 e 9



A luta dos vidreiros e do povo da Marinha Grande - na foto a marcha dos trabalhadores que vieram a Lisboa - alcançou significativa vitória. No Pejão, a luta continua

**Carvalhas em Sobral de Monte Agraço  
É necessário demitir o Governo e derrotar o PSD com ou sem Cavaco**

Págs. 4 e 5

## Saúde ocupacional em crise

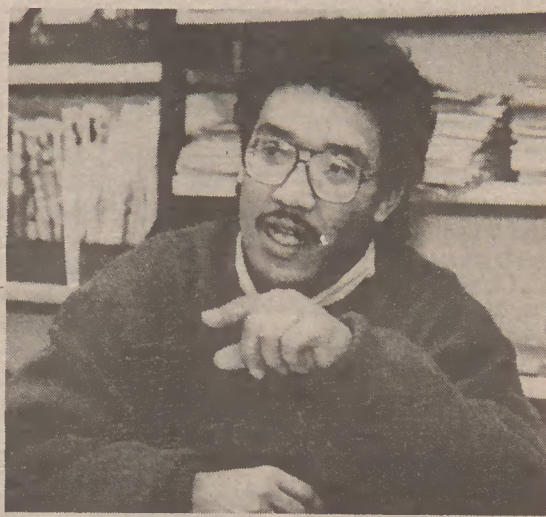
• Carlos Silva Santos

Pág. 18

## 14.ª Assembleia da FMJD

Neville Naidoo fala ao «Avante!»

Pág. 7



## Introdução à (manipulação) política

• Pedro Ramos de Almeida

Pág. 21

## Segurança Social

Maria do Carmo Tavares:

**O que falta não é dinheiro!**





# O exemplo dos vidreiros

**A** luta dos vidreiros da Manuel Pereira Roldão concitou as atenções do país e suscitou movimentos de solidariedade a um nível que há muito se não verificava entre nós.

Isto ficou a dever-se aos justos objectivos da luta e à determinação, persistência e valentia com que os trabalhadores se têm batido por eles e foi a resposta indignada do país, nomeadamente da população laboriosa, à violência repressiva com que o Governo secundou, mais uma vez, a violência patronal.

A luta da Manuel Pereira Roldão tem tocado, porém, de modo especial o coração das massas trabalhadoras de todo o país por traduzir um firme e corajoso movimento de protesto e resistência a mais um processo de liquidação de uma unidade produtiva e dos correspondentes postos de trabalho, sem a menor contemplação pela situação dos trabalhadores, e com recurso à delapidação e à fraude pelos próprios patrões, perante a complacência do Governo.

São os tais processos a que o Governo e em especial o seu ministro da Indústria têm chamado de «modernização» e que segundo eles deveriam abrir espaço para os projectos de ponta sustentados pelo investimento estrangeiro.

No entanto, os miraculosos investimentos estrangeiros não chegaram (mesmo nos casos raros em que chegam não aquecem lugar, como mais uma vez se está ver com a ameaça de encerramento da Renault de Setúbal) e o resultado de tudo isto traduz-se no sistemático desmantelamento do tecido industrial e produtivo do país.

Os vidreiros da Manuel Pereira Roldão não se conformaram com os salários em atraso, com o despedimento colectivo, com o encerramento da empresa onde trabalham. Dizendo drasticamente não a tudo isto, deram um importante contributo para contrariar o processo de destruição da indústria nacional de que o Governo é o principal responsável. Aqui reside a primeira exemplaridade da sua luta.

O recuo do patrão, que se comprometeu a garantir os postos de trabalho, o pagamento dos salários em atraso e a laboração da empresa, representa uma importante vitória dos trabalhadores e mais uma flagrante demonstração de que a luta é o caminho e de que vale a pena lutar.

Aqui reside um outro fundamental exemplo para todos os trabalhadores que se encontram em semelhante situação e mais, em geral, para toda a luta dos trabalhadores, incluindo a jornada do próximo dia 26 de Janeiro.

O exemplo dos vidreiros é igualmente muito importante para toda a oposição ao Governo e ao cavaquismo.

O psicodrama com que Cavaco Silva procura atenuar o desgaste dos insucessos e escândalos do seu Governo e reganhar um novo fôlego, também tem o objectivo de concentrar sobre ele as atenções do país e desviá-las dos grandes problemas concretos que afectam os portugueses nos planos social, económico e político.

A gestão do «tabu» por parte de Cavaco, alimentando uma artificial expectativa, com frases pretensamente esfingicas - «o futuro a Deus pertence», «cumpro o mandato até ao fim, mas depois...» e outras que tais - e a colaboração da comunicação social, toma foros de um insulto ao nosso povo, reduzido ao papel de menino curioso nas mãos de um experimentado contador de histórias.

Com a comunicação social que temos, pense-se como a atmosfera política

**A teimosia do Governo em impor as suas opções de fundo em domínios que colidem com as características essenciais do regime democrático, só pode ser eficazmente contrariada pela determinação de cortar o passo a esta perigosa governação.**

durante a quadra do Natal e Ano Novo teria sido dominada pelo psicodrama cavaquista se não fosse a luta dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão e dos mineiros do Pejão.

A expectativa é a atitude que convém ao Governo e ao PSD para ganharem tempo e conferirem maior impacto na opinião pública às conclusões do próximo Congresso laranja, com vistas às próximas batalhas eleitorais, especialmente as eleições para a Assembleia da República.

A expectativa é a atitude que o PS tem alimentado ao não acompanhar o PCP na resposta à crise político-institucional através de uma pronta clarificação da situação, compreendendo a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições legislativas.

A expectativa é a atitude que o PS tem semeado com propostas como a do debate na Assembleia da República sobre os propósitos de Cavaco em relação ao seu futuro político, com pergunti-

nhas para saber se Cavaco quer governar em 1995, como aquelas com que Jaime Gama abriu o ano parlamentar PS ou ainda com a argumentação do «vazio governativo» com que Guterres pretende pressionar o Primeiro-Ministro a falar.

O Governo e o PSD agradecem, é claro, estas espertezas saloias do PS e mostram as virtualidades do «vazio governativo», ao adoptarem, entre outras medidas de Governo, a consumação de uma vasta operação de concentração monopolista, ao apadrinharem a tomada do Banco Totta pelo grupo Champalimaud e o assalto ao Português do Atlântico pelo Grupo Jardim Gonçalves, aliado aos Mellos.

É claro que este novo avanço no processo de concentração monopolista vai ter graves consequências não só no plano financeiro, mas também no plano económico e político, no próprio funcionamento das instituições democráticas, conhecidas como são a apetência do poder económico para subordinar o poder político e as responsabilidades na própria ditadura fascista destes grupos que voltam a dominar a economia nacional.

Nada disto, porém, parece preocupar o PS a avaliar pelas declarações de alguns dos seus mais destacados dirigentes, incluindo o Secretário-Geral.

**A** intenção do Governo de impor a confirmação, hoje, na Assembleia, da lei dos serviços de informações duas vezes vetada pelo Presidente da República, também não abona em nada a tese do PS sobre o «vazio governativo».

Ignorando arrogantemente as preocupações presidenciais, aliás também manifestadas pelo PCP, que esta lei suscita na matéria extremamente melindrosa dos direitos liberdades e garantias e não aceitando uma fiscalização democrática eficaz, o Governo do PSD quer a todo o custo fazer vangloriar «os seus serviços secretos», que usa como arma partidária para se manter no poder.

A consolidação dos serviços secretos cavaquistas não é também um qualquer acto político corrente, mas uma opção de fundo que condicionará no futuro o funcionamento das instituições.

O debate e sobretudo a votação de hoje à tarde na Assembleia da República encerram, por isso, um especial significado.

A teimosia do Governo em impor as suas opções de fundo em domínios que colidem com as características essenciais do regime democrático, só pode ser eficazmente contrariada pela determinação de cortar o passo a esta perigosa governação.

A determinação que os vidreiros evidenciam.



ANAFRE protesta em Lisboa

## RESUMO

### 4 Quarta-feira

Carvalho da Silva junta-se aos mineiros do Pejão e exige respostas concretas do Governo ■ Uma explosão destrói um infantário, em Ourém ■ O Parlamento Europeu começa, em Bruxelas, a proceder à investidura da nova Comissão Europeia ■ Ximenes Belo confirma que decorrem novas acções de protesto em Bacau, indicando que as «ruas da cidade estão tomadas pela juventude» ■ Realiza-se um encontro no Cairo entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin ■ O representante da ONU para Angola reafirma a importância de um encontro entre José Eduardo dos Santos e Savimbi ■ Várias medidas do novo executivo brasileiro geram polémica, especialmente no seio da coligação ■ Enquanto os reformistas pedem a demissão de Boris Ieltsin, o Kremlin ordena o cessar dos ataques aéreos a Grozny ■ Fundamentalistas islâmicos ameaçam raptar e decapitar padres católicos durante a visita do Papa às Filipinas.

### 5 Quinta-feira

Os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão manifestam-se em Lisboa para exigir o cumprimento das suas reivindicações ■ O Tribunal Constitucional considera isenta de qualquer inconstitucionalidade a nova Lei da Imprensa ■ Cavaco Silva escreve ao Parlamento indignado com as investigações jornalísticas à sua vida privada ■ O coronel indonésio porta-voz militar para Timor-Leste confirma a detenção de 20 timorenses, na sequência dos distúrbios de Bacau ■ Correm rumores sobre um golpe de Estado em Moscovo ■ A Rússia aceita consultas internacionais sobre a Tchetchénia ■ O Secretário-Geral da ONU propõe a criação de uma força de reacção rápida.

### 6 Sexta-feira

Os vidreiros da Pereira Roldão aceitam, em plenário, a proposta da administração que propõe o início da laboração com todos os trabalhadores e pagamento dos salários em atraso ■ O presidente da Câmara Municipal do Porto destituiu de todas as funções executivas a vereadora da CDU, Ilda Figueiredo ■ Os juizes do Tribunal Constitucional não chegam a acordo sobre a Lei do Controlo dos Rendimentos dos Titulares dos Cargos Públicos ■ Angel Peng é executada em Singapura, por tráfico de droga ■ Boris Ieltsin rejeita o cessar-fogo na Tchetchénia ■ Joe Slovo, dirigente comunista sul-africano e dirigente do ANC, falece.

### 7 Sábado

Carlos Carvalhas, em Sobral de Monte Agraço, acusa o PSD de «criar um psicodrama à volta do primeiro-ministro», escondendo os ver-

dadeiros problemas do País ■ A JCP reúne-se em Lisboa, para analisar a situação política actual ■ É revelado que a EDP está a estudar cenários alternativos para a barragem de Foz Côa ■ É feita a escritura pública da Rede Portuguesa de Educação Ambiental, estrutura que comporta as principais associações ambientalistas portuguesas ■ A vigilância militar é reforçada nas ruas de Díli, ao mesmo tempo que correm rumores de que «algo está para acontecer» ■ As tropas russas isolam o palácio presidencial de Grozny ■ Um sismo de 6,9 graus de magnitude causa mais de 30 feridos no Japão.

### 8 Domingo

Sabe-se que a traineira de Sesimbra «Menino de Deus» naufragou na madrugada de sábado em águas marroquinas. Apenas um sobrevivente foi encontrado ■ Durão Barroso, à chegada a Genebra, afirma que «é preciso ouvir os timorenses» sobre o futuro do território ■ John Major avisa que recusará qualquer reforma da UE que tenha implicações constitucionais, na Conferência Intergovernamental de 1996 ■ As tropas tchetchenas sofrem importantes derrotas. Os russos passam a controlar vários pontos principais de Grozny ■ É anunciado que os EUA venderam urânio francês à África do Sul durante o boicote internacional motivado pelo «apartheid»

### 9 Segunda-feira

O Tribunal Constitucional chumba a Lei de Rendimentos ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia reúnem-se, em Genebra, para discutir o futuro de Timor-Leste. Butros Ghali compromete-se a promover um encontro entre timorenses ■ O BCP e a Império lançam uma OPA total sobre o BPA. O núcleo duro do BPA anuncia que está disposto a vender as suas acções ■ A assembleia de credores da Torralta é novamente adiada ■ Na sequência de um incidente na Universidade de Timor-Leste, 24 estudantes são presos e quatro turistas são expulsos de Díli ■ É revelado que o Governo espanhol comprou o silêncio de operacionais dos GAL, depois destes serem presos ■ Em Erez, Yasser Arafat e Shimon Peres afirmam estar determinados em vencer os obstáculos.

### 10 Terça-feira

Cavaco Silva afirma não ter tomado nenhuma decisão sobre a sua recandidatura à liderança do PSD ■ O presidente angolano envia um protesto a Brutos Galhi, exigindo que o seu Governo seja consultado para a formação do contingente que a ONU quer enviar para Angola ■ O antigo presidente americano Jimmy Carter e o rei Juan Carlos de Espanha são premiados com o galardão da Paz de 1994, atribuído pela UNESCO.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Copa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Helsa Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## A dança dos tubarões

O título acima não se refere, é claro, ao importante conjunto musical cabo-verdiano que já animou (e de que maneira!) duas festas do «Avante!».

Os tubarões aqui são os vorazes senhores do capital, os da alta finança, que emergem de novo, em força, na dança das gigantescas operações de concentração bancária.

Os velhos tubarões mandantes e beneficiários da ditadura fascista, como Champalimaud e os Mellos, regressados especialmente por obra e graça das privatizações. Mas também os novos tubarões que prosperaram à sombra da política de direita, desafogadamente ao longo do cavaquismo, como Jardim Gonçalves ou Belmiro de Azevedo.

Voltam à berlinda, uns e outros, com grande destaque, através dos negócios do século: os «assaltos» ao Banco Totta e ao Português do Atlântico.

No primeiro, foi Champalimaud a ajustar a compra de metade do Totta ao Banesto espanhol, numa operação que a comunicação social quis apresentar como sumamente «patriótica».

O velho monopolista foi figura da semana em alguns órgãos e outros transfigurado de condestável.

O «Diabo» não se conteve e gritou: «Aí está

o maior grupo financeiro privado maioritariamente português.»

Mas vem a réplica de Jardim Gonçalves, do BCP (e da Opus Dei, ao que consta), agora em aliança aberta com os Mellos, através da seguradora Império, a lançar uma operação global de compra do Português do Atlântico.

Desta vez, é o «Público» que comenta: «Champalimaud poderá não ter tempo para ver confirmada a sua posição de líder da banca privada.»

Para uma simples corrida - uma maratona da banca. Mas é uma corrida de monstros.

Cada uma destas operações vale mais de 300 milhões de contos. Pense-se no que isto representa no país arruinado que é o nosso: praticamente sem agricultura, quase sem indústria, com salários e reformas baixíssimos, com mais de 400 mil desempregados e muitos milhares de outros trabalhadores com salários em atraso.

Pense-se também na arrogância com que estes grupos monopolistas se movimentam.

O contrato de Champalimaud com o banco espanhol assenta, como se veio a perceber, ou na violentação da legislação em vigor ou na fabricação de legislação à medida da viabilização da sua operação, o que lhe terá sido prometido pelo próprio Governo.

Em matéria de «patriotismo» da operação, foi também esclarecido que ela é feita à custa das mais-valias devidas aos accionistas portugueses e que «o capital patriótico do sr. Champalimaud está, afinal, inquinado de capital estrangeiro» (Carreira Bom, «Expresso»).

Quanto ao banqueiro da Opus, a sua operação é uma recarga, da primeira tentativa que o Governo não pôde viabilizar no Verão passado, para tomar conta do principal banco comercial português.

Os dois grupos capitalistas já querem, à descarada, mandar fazer as leis e conformar as orientações económicas à medida dos seus interesses.

Isto é agora, o que fará depois de as operações em curso, e outras que se preparam, serem consumadas...

Surpreende, por isso, a atitude alegremente positiva com que Daniel Bessa, porta-voz económico do PS, e Victor Constâncio, principal autoridade deste partido em matéria económica, comentam este novo avanço no processo de concentração monopolista. (Ver «Público», 10.1.95.)

Será que até os perigos do controlo do poder económico sobre o poder político já desapareceram para o PS?

■ Carlos Brito

## Bem hajam!

Segundo o calendário, tudo começou há apenas dois meses e meio. Mas, na verdade, a todos nos parece que isto já dura pelo menos há um ano, pela simples razão de que o tempo de sofrimento, comoção e ansiedade custa sempre mais a passar.

De facto, foi nesse amaldiçoado dia 29 de Outubro que uma notícia do «Expresso» veio semear dúvidas e incertezas sobre o futuro político de Cavaco Silva e assim permitir que, no dia seguinte, em Casablanca, seguindo o guião estabelecido, o próprio viesse declarar que o assunto era tabu, pelo menos até ao final de Março.

Daí para cá, é o que se sabe: talvez a maior turbulência na alma e no imaginário colectivos, talvez o maior sobressalto e prostração nacionais de que há memória neste século.

Os factos estão aí e não podem ser negados.

Desde esse sinistro fim de Outubro, todas as noites de sábado, nas principais praças de todas as capitais de distrito, centenas de milhares de portugueses participam em vigílias onde a luz trémula das velas simboliza o apelo unânime a uma firme disposição de continuar por parte do fundador do Portugal moderno e da democracia de sucesso.

Ao Ministério da Educação chegam centenas de relatórios dando conta de que, nas escolas, crianças e adolescentes andam absortos e desconcentrados, num sinal preocupante do ponto de vista do aproveitamento escolar mas reconfortante porque testemunha que a juventude compartilha compenetradamente do desgosto nacional.

Especialistas advertem para a séria probabilidade de, em Julho, Agosto e Setembro, baixar terrivelmente o número de nascimentos, não por isso que o leitor está a pensar, mas porque muitos casais não desejam trazer crianças a um mundo em que, politicamente, já não exista Cavaco Silva.

A produtividade e assiduidade dos trabalhadores caiu de forma vertical e, desgraça das desgraças, até António Champalimaud deixou de champalimar.

Sinal mais que evidente da perturbação da vida colectiva foi o completo fracasso do encerramento de Lisboa/94 na noite de 17 de Dezembro. Como resultado de os cidadãos estarem agarrados às rádios e às suas agitadas notícias sobre o calmo Conselho Nacional do PSD desse dia, as ruas da baixa da capital estavam desertas e, com boa vontade, só foi possível contar 27 espectadores no concerto do Abrunhosa no Terreiro do Paço.

Se não é o fim, pouco falta.

Assim sendo, só estúpidos ou rabujentos é que podem não perceber que o desmedido interesse dos «media» por esta questão, longe de ser filho de uma volúpia insensata e de uma dementada lógica de concorrência, resulta sim de uma patriótica identificação com a dor da comunidade e de um louvável propósito de aproximar a política da vida quotidiana dos cidadãos.

Só estúpidos ou rabujentos é que podem criticar e ridicularizar que o líder parlamentar do PS tenha implorado que Cavaco Silva quebrasse o silêncio e clarificasse o seu futuro, pois o dr. Jaime Gama limitou-se a dar voz aos sentimentos e aspirações de milhões de portugueses, só sendo pena que, três dias depois, o Eng. Guterres viesse dizer que já não estava nada interessado nas clarificações de Cavaco Silva.

Portanto, bem hajam todos os que têm sabido compartilhar desta funda ansiedade que percorre Portugal, do Minho ao Algarve, passando pelas Berlengas e com um pulo à Madeira e aos Açores.

É Portugal inteiro que lhes agradece.

Cavaco Silva e o PSD também, mas, por enquanto, esse é um assunto tabu.

■ Vítor Dias

## Guterres 2

As questões sociais e a indisfarçável semelhança entre as propostas de António Guterres e a política do PSD neste domínio, convocam uma vez mais a atenção para a recente entrevista do Secretário-Geral do Partido Socialista a um conhecido programa da SIC.

Vejamos.

Como qualquer Falcão e Cunha, Guterres assume de facto a fatalidade do crescimento em flecha do desemprego e ministra a eito a panaceia do «mercado social de emprego», com a originalidade de responsabilizar também as autarquias pelo seu financiamento. Pouco falta para acompanhar a miraculosa política oficial de «criação» dos postos de trabalho pelos próprios desempregados...

Proclama depois, sem prova, que «o mesmo dinheiro utilizado pelo Estado ou por uma instituição de solidariedade social pode gerar muito mais riqueza e criar muito mais postos de trabalho se for gerido por uma instituição de solidariedade social». - A mesma política que o PSD tem vindo activamente a

pôr em prática, como se sabe, com o objectivo de alijar responsabilidades públicas e de fomentar, a baixo custo, velhos e revelhos esquemas de dependência.

Coincide ainda com o Governo (e com as seguradoras...) no propósito de estabelecimento de um *plafond* nas reformas do sistema público da Segurança Social que imponha o recurso aos «produtos» privados.

E vai ao ponto de admitir o corte de «outros benefícios» para instituir o rendimento mínimo, apesar de ser conhecido que as prestações sociais no nosso país, são já e de muito longe as mais baixas da União Europeia.

O Secretário-Geral do PS empunha também a bandeira da «reorientação do nosso Estado Providência, do nosso Estado de Bem-Estar, das nossas políticas sociais para os verdadeiramente (sic) mais carenciados». - Exactamente a mesma bandeira sob a qual tem marchado, como se sabe, toda a ofensiva neoliberal de Cavaco Silva contra os direitos sociais dos portugueses (na saúde, na educação, na segurança social).

Especificamente na área da Saúde - pe-

rante o olhar enlevado da entrevistadora-administradora da CROSS, empresa concorrente à gestão privada do Hospital Amadora-Sintra, que não regatearia no final da entrevista o comentário de ter ouvido «ideias muito interessantes» - o plágio do Secretário-Geral do PS em relação ao Governo do PSD é total: «os cidadãos que queiram optar por sair do Serviço Nacional de Saúde devem poder fazê-lo, devem receber uma captação das despesas públicas com a saúde, pois mesmo assim o Estado ganha dinheiro (sic), e dever criar-se um sistema privado que lhe resolva o problema». Só resta a dúvida se Guterres se dispõe a oferecer mais às seguradoras que o próprio Cavaco Silva...

Perante um responsável partidário que, com tal política, se autoproclama «referencial de alternativa» e portador de uma «visão moderna de esquerda democrática», resta deixar um alerta muito vivo: **eleitores, cuidem-se!**

■ Edgar Correia

# MÉXICO

## Para onde vais ?

**M**éxico 1994 - Grande instabilidade foi o traço dominante do ano findo neste importante país da América Latina. A revolta de Chiapas, logo no 1º de Janeiro, foi um sinal da crise profunda que o México atravessa há anos. E a crise financeira, que nos últimos dias de Dezembro estalou - a moeda desvalorizou-se em 40% -, dá-nos a dimensão das consequências a que conduziu uma política de inteira submissão às orientações do FMI, associadas aos projectos do capitalismo para a região.

**N**a criação do grande mercado único norte-americano - NAFTA (Canadá, EUA e México), as condições prévias impostas ao México confundem-se com os seus resultados. Controlo da inflação, diminuição do défice público, privatizações (1040 das 1150 empresas públicas foram privatizadas ou encerradas), significaram maior desemprego - 13,5 milhões de desempregados, mais 41% do que em 1988; queda do salário mínimo em mais de 30% em igual período, reduzindo para metade o poder de compra. Saúde, educação, habitação mantêm-se inacessíveis a numerosas camadas da população. O seu empobrecimento (40 milhões de pobres) foi acompanhado por uma rápida acumulação e centralização da riqueza. O número de bilionários passou de 3 para 24 no último decénio, o que coloca o México no 4º lugar mundial, só precedido pelos EUA, Alemanha e Japão.

Mas para os EUA, o NAFTA - instrumento da sua competitividade com a UE e o Japão - significou maior facilidade na aplicação de capitais num país de mão-de-obra barata, abriu as portas a um enorme mercado para as suas exportações, permitiu um melhor acesso às matérias-primas de que o México dispõe. E, para maior segurança, regulamentou o controlo dos investimentos, protegeu os seus produtos, limitou a imigração mexicana.

**T**al acordo foi possível porque o PRI, confundindo-se com os interesses do grande patronato (os 30 maiores capitalistas mexicanos financiaram a campanha eleitoral de Agosto último) e tendo-se assenhoreado de todos os órgãos de poder, bloqueia uma saída institucional para a crise mexicana. O recurso à fraude eleitoral, a desinformação e os assassinatos dominaram a vida política em 94. Dezenas de opositores foram eliminados e o primeiro candidato presidencial do PRI também foi assassinado. Teve a «ousadia» de criticar o presidencialismo e sugerir a necessidade de mudança. O próprio secretário-geral do PRI foi abatido quando se iniciava a preparação dum Conferência visando uma reforma do partido. A amplitude das irregularidades eleitorais a que o poder recorreu - 8 milhões de eleitores fora dos cadernos e 4 milhões com dois e três cartões - contestadas pelo PRD e outras forças democráticas, nega o pretenso apoio do voto popular à continuidade e «modernização» em nome da qual Salinas conduziu a sua política de «ajustamento estrutural».

**A** pesar do clima antidemocrático, desenvolveram-se lutas, realizaram-se marchas de protesto e manifestações. Cem mil pessoas concentraram-se na cidade do México protestando contra a fraude. A crise de Chiapas, onde o movimento zapatista continua activo, permanece em aberto apesar da recente distribuição de terras. O novo presidente, Ernesto Zedillo, a menos de um mês da sua tomada de posse, encontra-se a braços com uma crise financeira sem precedentes. Ao conseguir, em tempo recorde, elevada ajuda do FMI e do Grupo dos 7, o México perde mais uma parcela importante da sua soberania.

A situação permanece instável e contraditória, colocando ao povo mexicano a necessidade de encontrar uma via alternativa que garanta a democratização do país, o progresso social e a paz.

■ Manuela Bernardino



## Pesar pela tragédia do «Menino de Deus»

A Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP lamenta em comunicado o trágico acidente que vitimou 20 pescadores do barco «Menino de Deus» e manifesta a sua solidariedade e o mais profundo pesar às famílias enlutadas.

A Concelhia do Partido refere ainda que entre os pescadores desaparecidos no naufrágio estava o camarada João Gomes, militante comunista desde 1978.

Também a concelhia de Almada manifesta em comunicado a sua «solidariedade e as sentidas condólicas às famílias enlutadas e à comunidade piscatória de Sesimbra».

## Cidade de Lisboa realiza 2.ª Assembleia

Marcada para o próximo dia 28 de Janeiro, na Junta de Freguesia de Alcântara, a 2ª Assembleia da Cidade de Lisboa decorre sob o lema «Com o PCP - Pelo futuro de Lisboa - Nova Política para o País», e contará com a participação do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas.

Em debate encontra-se já o projecto de documento, com mais de 30 páginas, que analisa a situação política e social na cidade, as perspectivas do desenvolvimento da capital na sua ligação com a área metropolitana, bem como define as linhas de reforço orgânico e de dinamização da actividade do Partido com vista à concretização da alternativa democrática.

## Contra o aterro

Os comunistas de Oliveira do Bairro apoiaram e apelaram à participação na jornada de luta da população contra a instalação do aterro de resíduos industriais no Cardal, realizada no passado sábado, em Aveiro. O PCP recorda que desde a primeira hora manifestou a sua discordância com a escolha dos locais feita pelo Governo, considerando que as unidades do sistema nacional de recolha e tratamento não devem ser instaladas em zonas que comportem riscos acrescidos de poluição, nem em áreas agrícolas em que as populações respectivas não reconheçam a necessidade de existência do sistema.

## Refeição integral na CP

Uma decisão da CP e da Empresa concessionária das cantinas, a Eureste, vem extinguir o actual método de pagamento à peça substituindo-o pelo velho sistema da refeição integral ou convencional.

Uma nota da Célula do PCP na CP/EMEF - Entroncamento recorda que o pagamento à peça correspondeu a uma reivindicação dos trabalhadores, porque permite ao utente compor uma refeição em função das suas necessidades e da sua capacidade financeira. Com a modalidade da refeição integral o utente paga mais, mesmo não comendo toda a refeição, contribuindo também para o aumento dos desperdícios. Os trabalhadores contestam o contrato assinado pela CP e exigem que seja revalidado o sistema existente.

## «Amigos» do Montijo?...

Cinco importantes obras para o concelho do Montijo, propostas pelo PCP durante o recente debate do Orçamento de Estado, foram chumbadas com os votos contra do PSD e do CDS e a abstenção do PS. Perguntando «na hora da verdade onde estão os amigos do concelho do Montijo?», a Comissão Concelhia do PCP lembra o conteúdo das suas propostas: 50 mil contos para apoio à aquisição e adaptação do Cine Teatro Joaquim de Almeida; 20 mil contos para a construção do Lar de S. José da Santa Casa da Misericórdia do Montijo; 20 mil contos para o alargamento do Centro de Saúde do Montijo; 20 mil contos para a Escola C+S de Pegões e mais 20 mil contos para a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Canha.

## Ponte do Freixo

Na sequência dos problemas surgidos na construção dos acessos à Ponte do Freixo, o deputado do PCP, Luís Sá, apresentou na Assembleia da República um requerimento sublinhando que «não têm sido acautelados os interesses da população» de Campanhã, que sofre os efeitos da laboração contínua, com a agravante de nesta fase dos trabalhos estarem a ser utilizados explosivos. As casas tremem e há paredes rachadas. O deputado pergunta: Que medidas tenciona o Governo tomar para poupar os moradores a incómodos excessivos e que como vai indemnizar os moradores afectados com a obra?

## Cascais perde postos de trabalho

Nos últimos cinco anos, na sequência do encerramento de várias empresas, mais de 5 mil trabalhadores perderam o seu emprego no concelho de Cascais. Entre as unidades que fecharam com mais de 100 trabalhadores, contam-se a SMP, a Ibervisão, a Samsung, a Guantex, e o restaurante Chiket, segundo indica uma análise da Concelhia de Cascais do PCP. Neste processo de encerramentos e redução de postos de trabalho, os sectores eléctrico e metalúrgico foram os mais afectados, tendo sido substituídos em muitos casos por grandes superfícies comerciais e armazéns, de que são exemplos o Cascais Shopping e a Parmalat.

Entretanto, prossegue a retirada de direitos aos trabalhadores e a destruição do emprego, merecendo referência a situação particular da Euro-nadel, cuja administração está a enviar cartas aos trabalhadores com muitos anos de casa para obter a rescisão do contrato por mútuo acordo, ameaçando com despedimentos.

Nos hipermercados assiste-se de novo à contratação de empresas de aluguer de mão-de-obra, que alugam centenas de jovens para o trabalho de reposição de stock em horário nocturno.

## Carlos Carvalhas, em Sobral de Monte Agraço:

# Com ou sem Cavaco, é necessário demitir o Governo e derrotar o PSD

«A questão que preocupa o País não é a de saber se o sr. Primeiro-Ministro fica ou não como presidente do PSD, se se candidata ou não à Presidência da República. Não é isso que tira o sono aos portugueses», afirmou o secretário-geral do Partido na visita que efectuou no passado sábado ao Sobral de Monte Agraço.

O programa de Carlos Carvalhas começou de manhã com a passagem pelas instalações da Adegua Cooperativa, sendo acompanhado pelo presidente da CM do Sobral, António Bogalho, e por vários dirigentes da DORL.

Após um almoço, em que participaram cerca de uma centena de pessoas, teve lugar no auditório da Câmara uma sessão em que António Bogalho aproveitou para falar sobre os problemas e as perspectivas do concelho. A iniciativa terminou com a intervenção de Carlos Carvalhas, cujos extractos publicamos de seguida.

### As mistificações do PSD

«Neste início do ano, bem gostaríamos de estar aqui a congratularmo-nos por em 1994 ter havido uma melhoria geral do nível e qualidade de vida dos trabalhadores, dos agricultores e da generalidade da população, por ter aumentado substancialmente o emprego e diminuído o desemprego, por se ter começado a inverter a tendência para a desertificação e o envelhecimento do interior, por nos termos aproximado da média comunitária e por no ano do 20º aniversário do 25 de Abril se ter podido respirar um significativo aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural.

Infelizmente, as coisas não se passaram assim. Antes pelo contrário. E o ano de 1995 está a iniciar-se no quadro de uma profunda deterioração da situação social e marcado por uma intolerável utilização das forças de segurança como instrumento de repressão contra os trabalhadores, como foi o caso dos trabalhadores da empresa Manuel Pereira Roldão e como já se tinha verificado com os trabalhadores, os agricultores, os estudantes e os utentes da Ponte 25 de Abril.

A política de concentração da riqueza e de benesses para o grande capital tem como contraponto o marasmo económico, o aumento do desemprego, do trabalho precário e das bolsas de pobreza. E não vemos, com esta política, grandes perspectivas de mudança.

É por isso que face ao crescente descrédito do Governo e à redução da sua base social e política de apoio, o PSD criou o psicodrama à volta de Cavaco Silva visando, objectivamente atingir três objectivos:

1º A mitificação e o culto da personalidade do Primeiro-Ministro e a sua desresponsabilização pela crise económica e social, pela ruína da agricultura, pelo alastramento do compadrio e da corrupção.

De primeiro responsável pela situação, que o é efectivamente, os homens do marketing do PSD procuram transformá-lo em vítima. É a encenação da farsa do homem desencantado com os seus próximos, atraindo nos seus «ideais» mesmo por muitos do seu Partido, desconhecendo de muitas das injustiças que se fazem em seu nome, desprendido das coisas terrenas e tendo como única missão o «engrandecimento» do país!

2º O desvio da atenção da opinião pública da degradação social e dos escândalos e a esperança de colocar em condições de expectativa e paralisia as forças políticas e sociais que se lhe opõem. E, com este quadro, não faltará quem, no mais puro oportunismo, diga que o melhor

será esperar pela retirada do Primeiro-Ministro...

3º Evitar a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República, com a criação do «suspense» suficiente para continuar a ganhar tempo e preparar o momento para a pirueta mediática, em que Cavaco Silva dirá que se candidatará às próximas eleições legislativas, que se «sacrificará», pela Pátria, eventualmente deixando a presidência do

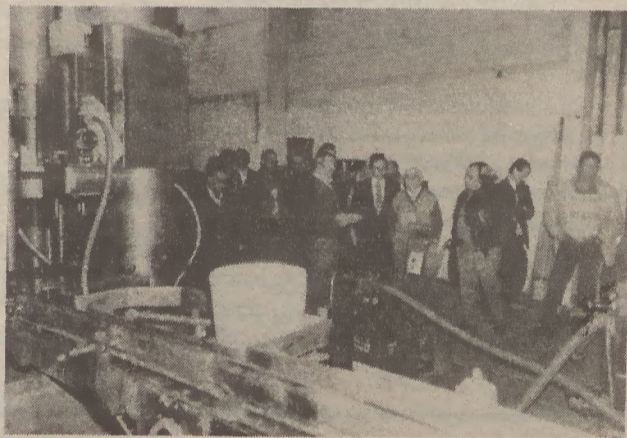
PSD, para se consagrar à «conclusão da sua obra», contra as forças de bloqueio e supostamente contra os barões do seu Partido, procurando assim distanciar-se dos escândalos que o têm atingido.

Tudo isto acompanhado da «tese do sucesso», da «retoma a todo o vapor», isto é, acompanhado das «teses sucedâneas» da ridícula teoria do «oásis»... E depois lá teremos as orquestradas manifestações de regozijo, as inaugurações, a roda-viva de ministros e secretários de Estado distribuindo as verbas dos sacos azuis, dos impostos dos contribuintes. É um teatro velho e requentado. Com todo este artificial «suspense», o PSD procura dar ainda a ideia de que o caso do Primeiro-Ministro é a questão central do país e não a questão do desenvolvimento, da degradação da situação social, do autoritarismo e do controlo democrático.

### O que preocupa os portugueses

A questão que preocupa o país não é a de saber se o Sr. Primeiro-Ministro fica ou não como presidente do PSD, se se candidata ou não à Presidência da República. Não é isso que tira o sono aos portugueses, que os angustia, aflige ou preocupa.

O que os preocupa é a perspectiva do desemprego, é o não saber o que vai ser o dia de amanhã, é o emprego precário, é a desresponsa-



Na adega cooperativa do Sobral

## PCP defende ampla participação no Congresso de Santarém

Uma nota emitida pelo executivo da DORS congratula-se com a decisão da Assembleia Distrital sobre a realização do Congresso do Distrito de Santarém.

Os comunistas consideram que aquela decisão, ao apontar para a preparação do Congresso uma metodologia que permita uma ampla participação na sua organização e definição do conteúdo e de objectivos, «representou uma derrota para o Governador Civil e para o PSD que mais não pretendiam do que um Congresso governamentalizado para cumprir os seus objectivos político-eleitorais.

A DORSA reitera o seu apoio à realização de um Congresso «em que estejam envolvidos desde o início na sua definição e organização os municípios e demais entidades representativas e identificadas com a região e que seja um efectivo espaço de discussão dos mais prementes problemas económicos, sociais e culturais da região como a regularização do Tejo, o desenvolvimento económico, a regionalização, as questões sociais e a nossa identidade cultural», afirma o comunicado.

### Situação deteriorada

Da análise que faz da situação social do distrito, a DORSA salienta o aumento do desemprego que em Setembro do ano passado apresentava cerca de 20 mil inscritos, dos quais 6.500 têm menos de 25 anos. O encerramento de 40 empresas na região provocou a destruição de 5 mil empregos, acabando por colocar 3.500 trabalhadores com salários em atraso.

A DORSA chama a atenção para o caso concreto das Fábricas Mendes Godinho que ficam perto da falência caso se confirme a decisão do tribunal de não homologar a deliberação da Assembleia de Credores sobre o Plano de recuperação aprovado em 17 de Novembro. Ameaçados de desemprego estão cerca de 600 trabalhadores.

Também a declaração de falência da Cooperativa do Vale do Sorraia, empresa de transformação de produtos agrícolas do concelho de Coruche, é motivo de indignação por parte dos comunistas que acusam o Governo, através dos organismos que tutela, de ter «graves responsabilidades nesta decisão politicamente errada e socialmente desastrosa, optando por medidas administrativas em vez do diálogo e do desenvolvimento».





Sessão no auditório da Câmara

bilização do Estado nos domínios fundamentais do ensino e da saúde, é a desindustrialização, o abandono da agricultura, a liquidação da nossa frota de pesca e dos nossos recursos pesqueiros entregues à rapina estrangeira.

O que preocupa os trabalhadores da Renault é saberem se amanhã terão trabalho face à falta de firmeza do Governo.

O que preocupa os portugueses são as reformas de miséria e os planos do PSD para aumentar ainda mais a idade das reformas e as contribuições dos trabalhadores para a segurança social.

O que os preocupa é a falta de empregos e de perspectivas para os jovens, é a toxicod dependência e a impunidade e a facilidade com que se processa o tráfico de droga, é a insegurança nas ruas e a insensibilidade de um governo para os dramas e flagelos sociais que atinge uma cada vez maior número de famílias.

Nós não alimentamos este folhetim como faz o PS, nem estamos suspensos de qualquer decisão do Primeiro-Ministro sobre o seu futuro político.

**Reafirmamos que o que é necessário é pôr fim a esta política, demitir este Governo e derrotar o PSD, com ou sem Cavaco.**

Estamos no Sobral, concelho em que a agricultura tem um elevado peso e, como é sabido, os agricultores não têm dificuldade em separar o trigo do joio. Também para os cidadãos em geral, neste ano de eleições legislativas, mais importante se torna separar a verborreia das promessas da prática dos diversos partidos, para que as esperanças de hoje não se transformem, de novo, em novas e amargas desilusões.

Em ano de eleições, não faltarão as declarações hipócritas sobre a situação dos agricultores, da juventude, dos reformados, dos desempregados, sobre os excluídos, sobre o trabalho infantil e as bolsas de pobreza...

E aqueles que são os responsáveis pelas políticas de direita e pela sua aprovação são os mesmos que ao longo do ano se irão declarar "chocados e incomodados" com tais situações. É a técnica do disfarce, de procurar apagar as responsabilidades pelas causas e mostrar-se culpado e falsamente solidário com os que sofrem as consequências.

É na prática o que fazem os que estiveram de acordo com o Tratado de Maastricht, com as suas políticas monetaristas e com o livro branco da Comissão Europeia e que agora se mostram muito preocupados com o aumento do desemprego.

É na prática o que fazem os que venderam os períodos de transição e estiveram de acordo e aprovaram a reforma da PAC e que se opõem à defesa da produção nacional e que agora declaram que a agricultura portuguesa está arruinada.

É na prática o que fazem os que estiveram de acordo com o financiamento dos Partidos pelas empresas e os que fecham os

"caos e da desestabilização", o "fim das reformas e da compra dos frigoríficos", até ao PS a apresentar-se como a única alternativa prometendo tudo a todos, isto é, servir simultaneamente o grande capital e os trabalhadores; os pequenos, os médios empresários e as multinacionais; os que batem e os que levam!

E não faltarão as sondagens e os comentadores pseudo-independentes a procurar dar credibilidade à bipolarização, sempre fiéis à ideia de que se há descontentamento, indignação e revolta então é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma.

A solução não está na continuação da mesma política por outros meios, não está numa prática política de direita, com fachada de esquerda.

## Uma nova política

Uma verdadeira alternativa e não apenas uma alternância de caras, de clientelas, de "tachos" e mordomias, exige uma nova política, exige uma efectiva ruptura com o cavaquismo e com as políticas de Maastricht e com a política de concentração de riqueza. Exige sim uma política que dinamize a actividade económica e o investimento produtivo e não o negociismo especulativo, que defenda o aparelho produtivo, a agricultura e a produção nacional e que não promova a sua substituição pela produção estrangeira. Uma política que combata as injustiças sociais, relance o consumo interno e que tenha como questão central, o emprego e a melhoria do nível e qualidade de vida dos cidadãos.

Mas para que tal política se efective, não basta derrotar o PSD nas próximas eleições legislativas.

Para que tal política se efective é necessário que o povo, os agricultores, os trabalhadores, os reformados e a juventude reforcem a força eleitoral do PCP, o grande Partido de esquerda, o grande Partido da alternativa.

Não fomos nós que fechámos os olhos aos escândalos das privatizações, que estivemos de acordo, por exemplo, com a privatização do Totta e que entregámos 150 milhões de contos aos espanhóis, concedendo-lhes um lucro de mais de 100%! E são mais 150 milhões de contos que não vão ser investidos em Portugal. Nem fomos nós que entregámos cerca de 50 milhões de contos aos Mellos por terrenos de valia duvidosa a pretexto de um decreto de Salazar e também não fomos nós que entregámos ao longo destes anos centenas de milhões de contos aos grandes senhores do dinheiro através de benefícios fiscais aprovados em sede de Orçamento.

olhos às privatizações e à reconstituição das oligarquias financeiras e que ao mesmo tempo afirmam que é necessário combater a corrupção.

É na prática o que fazem os que dizem que Portugal está primeiro, que a culpa da situação é dos políticos e que depois não só se calam quando Bruxelas impõe a privatização das Telecomunicações e o nível de défice orçamental do Estado português, ou quando, politicamente, dizem num dia que são a favor da dissolução da Assembleia da República, e no outro, esperam pelo entendimento entre Belém e S. Bento!

Devemos estar preparados para tudo isto e para os mais variados golpes.

Desde o PSD a procurar dramatizar novamente a situação com os velhos temas do

Os responsáveis por essa política são os mesmos que agora dizem, hipócrita e seraficamente que o mercado deve funcionar e que os dinheiros públicos não devem servir para resolver o problema da Manuel Pereira Roldão!

A insolência e a arrogância como o Governo lava as mãos como Pilatos é intolerável. É mais um caso do «menos Estado» quando se trata da solidariedade social e do «mais Estado» quando se trata de encher os cofres do grande capital. É a arbitragem do funil, largo em favor dos rendimentos do capital e estreito em relação aos rendimentos do trabalho.

Mas se esta é a política do Governo, é preciso que se afirme que também não fomos nós que demos as mãos ao PSD para a aprovação submissa do Tratado de Maastricht sem qualquer excepção para a economia portuguesa, que não fomos nós que lhe estendemos as mãos para uma revisão constitucional quando o PSD, com no caso da Ponte 25 de Abril, se encontrava numa das situações de maior descrédito, nem somos nós que agora lhe lançamos mais uma "bóia de salvação", com a proposta de dissolução técnica da Assembleia da República para Junho, deixando mais uma vez nas mãos do PSD a decisão.

Estes são os que dizem que "estão fartos do Governo", que este "está a gangrenar o país" e depois concluem que o Governo deve continuar! E agora que o líder do grupo parlamentar do PSD já disse que não à proposta quanto à antecipação das eleições para Junho o que é que vai fazer o PS? Meter mais uma vez a viola no saco? Continuar com a gritaria oposicionista para se remeter às encolhas quando chega o momento das grandes decisões? Continuar a dar corda à telenovela pedindo mais uma vez que Cavaco Silva "esclareça o seu futuro político", como se isto é que fosse a grande questão nacional! A isto chama-se atirar poeira para o ar para não assumir a decisão que se impõe: pronunciar-se pela demissão do Governo e pela dissolução da Assembleia da República.

E não se venha com argumentos de que a dissolução da Assembleia da República daria ao PSD o pretexto para fazer o papel de vítima. Vítima - da sua política e da continuação do Governo - é o povo português, vítimas são os agricultores, os trabalhadores, os pequenos e médios empresários, vítimas são os jovens à maioria dos quais lhes é vedado as portas da universidade pública e lhes é oferecido um trabalho precário, o desemprego ou a emigração.

Este Governo está a mais no Portugal democrático.

O PCP não é um Partido que se resigne perante uma ofensiva que pretende liquidar direitos e conquistas fundamentais abertas com o 25 de Abril e consagradas na Constituição da República Portuguesa.

O PCP assume as suas responsabilidades, não coloca cálculos eleitorais acima dos sacrifícios do povo e dos interesses nacionais.

É que, se há quem pense que o agravamento dos problemas sociais é um bom caminho de capitalização eleitoral, nós pensamos e reafirmamos que o nosso primeiro dever é o de ajudar a resolver os problemas, o de estimular e apoiar o protesto, a resistência e a luta de todos os que sofrem as consequências da política da direita.

Nós entendemos que o nosso Partido tudo deve fazer para que esta política seja interrompida, e que o nosso primeiro dever é ser activamente solidário e estar presente com empenho, generosidade e dedicação, em todas as lutas pela justa defesa dos direitos, conquistas, interesses e condições de vida do nosso povo, insistindo também que é essencial que os trabalhadores e os cidadãos em geral tenham confiança nas suas próprias iniciativas e lutas como os exemplos recentes o confirmam.

O PCP é um Partido que não se resigna perante as dificuldades da situação económica e social, ou pela tentativa da inversão de valores de classe e de solidariedade, que unem e guiam a força transformadora, generosa e combativa que são os trabalhadores.

O PCP é o Partido que assume com clareza os valores de esquerda, o Partido com quem o povo pode contar, que honra os seus compromissos e que não baixa as bandeiras do desenvolvimento e do progresso social, do aprofundamento da democracia, da defesa da soberania e de independência nacional.

## Porto e Setúbal discutem Festa do «Avante!»

Mais de 50 camaradas participaram, no passado sábado, no passado sábado, no CT da DORS, em Setúbal, numa reunião de âmbito distrital sobre a Festa do «Avante!», promovida no âmbito da preparação

do Seminário Nacional marcado para o próximo dia 21.

Os trabalhos foram dirigidos pelo camarada Virgílio Azevedo, que estava na mesa com Fernando Vicente, Vítor Santos e Gil, da

organização central da Festa, e ainda com José Caetano e Jorge Pires, do Secretariado do CC.

As muitas intervenções produzidas abordaram aspectos ligados à implantação, promoção, divulgação, funcionamento e desimplantação da Festa. Da discussão ressaltou a ideia de que cada vez mais a Festa, entendida como tarefa de todos os organismos e dos militantes, tem de se inscrever de modo mais permanente nas preocupações do Partido.

No Porto, 30 camaradas estiveram reunidos na passada sexta-feira para debaterem a Festa, numa iniciativa que contou com a presença de Fernando Vicente e Licínio Carvalho,

membros do Comité Central e do secretariado da Festa.

Foi salientada a importância da Festa na actividade geral do Partido, como factor de mobilização da militância, sendo de destacar que no caso concreto do Porto envolve cerca de 500 camaradas apenas na sua construção, funcionamento e desmontagem. Nalguns concelhos é desenvolvido um grande trabalho na organização de cerca de 20 autocarros, actividade que se arrasta durante meses, já que os lugares são preenchidos semanalmente através de sorteios cujos prémios são precisamente viagens e EP's para a Festa.

As campanhas de ofertas de géneros representam também uma grande trabalho de contac-

tos com militantes e amigos do Partido. Estima-se que entre quatro e cinco mil pessoas da região se deslocam anualmente 300 quilómetros para participar na Festa do «Avante!».

Reconhecendo melhorias sensíveis ao nível das infra-estruturas, a reunião fez por outro lado o levantamento de diversas insuficiências e dificuldades, avançando com algumas propostas de solução.



No Porto



Em Setúbal



# Transportes colectivos do Porto

## Ordem para destruir

Eliminar a prestação de serviços sociais, reduzir postos de trabalho e ainda importantes direitos e conquistas dos trabalhadores, como pôr em causa os órgãos representativos dos trabalhadores, têm sido os principais objectivos da política seguida pelo Governo em relação à STCP, hoje Sociedade de Transportes Colectivos do Porto SA, cuja situação foi denunciada em conferência de imprensa pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, no final da passada semana.

Como recorda o PCP, o processo que se viria a revelar extremamente negativo para a empresa e para a população teve início em 1991 com a anunciada municipalização ou criação de uma empresa mista. É nesta sequência que o Governo PSD publica uma decreto-lei que conduz à destruição da maior empresa de transportes da região, através da redução de carreiras e da concessão de 50 das 71 carreiras da STCP a operadores privados.

Até à publicação do decreto, a empresa possuía 661 viaturas (entre autocarros, tróleys e eléctricos), 71 linhas abrangendo 402 km de percursos, transporta-

va 1 milhão de passageiros por dia, o que representava 70 por cento do mercado de transporte, e empregava cerca de 3.700 trabalhadores.

Hoje, a situação é bastante diferente, suscitando o protesto dos trabalhadores, das populações e de várias autarquias, caso das câmaras de Gondomar e Valongo, da Assembleia Municipal da Maia e de diversas juntas de freguesia.

A STPC entregou em regime de aluguer sete carreiras e prepara-se para dar mais duas à operadora privada Valpibus - Alberto Pinto e Filhos Lta. Tratam-se das carreiras 94 e 61 que servem os concelhos de Gondo-



Com a concessão das carreiras a operadores privados a administração da STCP pressiona as rescisões de contratos

mar, Maia, Valongo e Matosinhos. Projecta-se ainda a alienação de parte importante do património da empresa e o fim da tração eléctrica.

Com a entrega de carreiras, o Conselho de Administração pressiona as rescisões de contrato, cujo balanço dos últimos dois

anos indica que cerca de 700 trabalhadores saíram da empresa, e vai esvaziando o sector oficial através da repressão psicológica e de atitudes desumanas que levam muitos a desistir.

Para além da destruição de postos de trabalho, a destruição da STCP e a existência de vári-

os operadores levantará problemas de articulação, com inevitáveis reflexos na morosidade e desconforto dos transportes. Os comunistas sustentam mesmo que tal situação será condicionadora e limitadora de uma futura e eficaz rede integrada de transportes do Grande Porto.

Neste quadro, o PCP observa que em todo este processo quer a Assembleia quer a Junta Metropolitana do Porto foram marginalizadas, contrariando o que a própria lei impõe. No entanto, é de estranhar o silêncio a que se remeteu o presidente da Câmara Municipal do Porto sobre esta matéria.

Reafirmando a importância da STPC, os comunistas estão contra a entrega de carreiras e defendem uma gestão eficaz e a transferências das verbas compensatórias do orçamento do Estado.

Por outro lado, propõem «a criação de um organismo coordenador de transportes na Área Metropolitana do Porto, em que a STCP participe, que privilegie a elaboração participada de um plano director dos transportes metropolitanos que dê particular atenção aos transportes públicos e à sua maior eficácia e eficiência no serviço prestado às populações».

## PCP solidário com a metalúrgica da Longra

A Comissão Concelhia de Felgueiras do PCP manifestou, através de uma nota à imprensa, a sua solidariedade e o seu apoio à luta dos trabalhadores da Empresa Metalúrgica da Longra, em defesa da manutenção dos postos de trabalho, pelo recebimento dos salários em atraso e pela viabilização da empresa.

Afirmando que o Estado é o credor maioritário, através da Segurança Social, Fazenda Pública e Caixa Geral de Depósitos, a Comissão Concelhia «exige que este mesmo Governo, que tanto tem falado em retoma da economia e que dá milhões aos Melos-Champalmoude-Latifundiários e C<sup>a</sup>, aprove a viabilização da empresa.»

Na assembleia de credores, que se realizou na passada segunda-feira, nenhuma proposta de viabilização foi apresentada e o Ministério das Finanças não prescindiu do pagamento

imediato das dívidas existentes, o que dificulta a viabilização da Longra e a manutenção dos postos de trabalho.

O juiz tem agora 15 dias para se pronunciar sobre a falência ou não da metalúrgica.

A Comissão Concelhia recorda as actividades que o PCP tem desenvolvido: a apresentação, através do Grupo Parlamentar, de dois requerimentos ao Ministério da Indústria a exigir a viabilização da empresa e responsabilizando-o pela actual situação; e na Assembleia Municipal de Felgueiras, pela CDU, com a apresentação de um voto de protesto contra o encerramento da metalúrgica. «Este voto foi aprovado com a lamentável abstenção do PSD, que manifestou, assim, o seu desprezo pelas dificuldades dos 189 trabalhadores», acrescenta.

## Células do PCP preocupadas com situação na Renault

«E com preocupação que assistimos a todo um processo de desestabilização e simultaneamente de desresponsabilização do Governo na Renault Portuguesa», afirmam num comunicado as células de Cacia, Lisboa e Setúbal do PCP.

«Os centros de decisão da multinacional escolhem os trabalhadores da Renault, os seus direitos e os seus postos de trabalho como armas de pressão e chantagem sobre o Governo perante as facilidades concedidas à Auto-Europa, denunciam na mesma nota. Por seu lado, o Governo de Cavaco Silva demite-se das suas responsabilidades. «Exemplo disso é a recusa do ministro da Indústria em receber

a Comissão de Trabalhadores, assim como o silêncio do ministro do Comércio e Turismo». O clausurado do acordo entre a empresa e o Estado português prevê que o contrato não possa ser denunciado sem o acordo das duas partes.

E reclamam: «Os 30 por cento que o Estado detém e os fabulosos apoios na ordem dos 48 milhões de contos até hoje concedidos ao projecto exigem uma atitude firme em defesa do interesse público e da dimensão social da Renault Portuguesa».

«As pretensões da administração da F.U.N.F.R.A.P., a desorientação e a indefinição na estratégia empresarial por parte do administrador-delega-

do, o silêncio comprometedor do presidente do conselho de administração, a arrogância discricionária do director central financeiro, aliada aos despedimentos em Cacia, Lisboa e Setúbal, designadamente de valiosos quadros substituídos, nalguns casos, por trabalho de aluguer, estão a criar situações insustentáveis que só não têm consequências mais graves devido aos padrões de desemprego dos trabalhadores», prosseguem as células do PCP na Renault Portuguesa.

O grupo parlamentar do PCP apresentou a passada semana um requerimento na AR sobre esta matéria (ver páginas da Assembleia da República).

## DORS convoca 4.ª Assembleia Regional

A DORS do PCP convocou para o próximo dia 18 de Fevereiro a IV Assembleia da Organização Regional de Setúbal do Partido, a realizar no Cinema São João, em Palmela, com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Quatro anos decorridos desde a III AORS, e dando cumprimento aos Estatutos do Partido, são objectivos da Assembleia prestar contas da actividade da DORS e do Partido no Distrito, avaliar e reforçar a sua organização e a inserção dos seus militantes na vida social, cultural e política da região, reajustar a estrutura partidária de modo a responder com maior eficácia à situação no Distrito e no País, e eleger a nova Direcção da Organização Regional.

No quadro da preparação da IV AORS, estão agendadas dezenas de reuniões e Assembleias Plenárias de militantes, com vista à eleição de delegados (num total previsto de mais de 600) e à discussão do anteprojecto de Resolução Política. Para a melhoria deste, são de esperar, como é habitual num grande partido democrático como só o PCP o é na sua relação com os militantes, um numeroso e valioso conjunto de contribuições sob forma de propostas de alteração.

Reafirmando o PCP como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, cujos objectivos de luta correspondem aos interesses fundamentais da esmagadora maioria da população do distrito na perspectiva de uma democracia avançada e do socialismo para Portugal, o anteprojecto consubstancia propostas para Uma Nova Política que mais directamente têm a ver com a região, e que são resultado de um rico e consolidado património de conhecimentos, experiências e orientações.

Segundo o Anteprojecto de Resolução Política, a nova Direcção da Organização Regional a propor à IV AORS, procurando-se que seja um organismo renovado e rejuvenescido, «deverá continuar a traduzir na sua composição nominal o Partido de classe que somos, assegure as características essenciais do Partido, a estrutura orgânica, a intervenção social e as responsabilidades institucionais do Partido».

Para dar corpo a esta proposta, os organismos executivos da DORS do PCP iniciaram um conjunto de auscultações a vários níveis da estrutura regional do Partido.

## Preços aumentam nos Açores

1994 foi «o pior dos últimos vinte anos» para a economia dos Açores, afirmou em conferência de imprensa, na passada sexta-feira, José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores.

Este dirigente comunista considerou que 1995 não vai ser melhor para a Região Autónoma apontando como sinais negativos «o aumento dos preços de bens e serviços essenciais (...) muito penalizador do rendimento das classes e camadas com menores recursos».

Decq Mota referiu-se nomeadamente aos aumentos do leite de consumo comum, do pão, dos transportes e da energia, que, disse, «não podem ser considerados moderados, nem aceitáveis neste actual quadro económico».

Por outro lado, «o desaparecimento do IVA sobre produtos de luxo, associado ao aumento do 1% no IVA geral (passando na região Autónoma de 12% para 13%) provocará também um agravamento geral do custo de vida e uma tendência de diminuição dos consumos essenciais a uma vida digna», salientou.



# 14ª Assembleia da FMJD é em Portugal

## Jovens de todo o Mundo em luta pela paz, democracia e desenvolvimento

O presidente da Juventude Democrática (FMJD), o sul-africano Neville Naidoo, esteve cinco dias em Portugal para, com os jovens comunistas portugueses, ultimar os preparativos da organização no nosso país da próxima, a 14ª, Assembleia daquela organização. Uma reunião que Naidoo qualificou, em entrevista dada ao «Avante!», de início de um novo período de «mudança para uma actividade mais palpável, mais consequente na concretização de objectivos determinados». Uma mudança permitida pela resolução dos problemas económicos da FMJD e pela mudança do próprio carácter da organização, que se apresenta como independente «de qualquer Governo ou grupo político em particular».

A história recente da FMJD, após as mudanças no Leste Europeu, é marcada pela luta pela sua própria sobrevivência física. A sede do movimento é em Budapeste, na Hungria, e uma das batalhas travadas nos últimos anos teve lugar nos tribunais, sobre questões como a propriedade do edifício onde funciona a FMJD.

Neville Naidoo diz que a FMJD teve sucesso nesta sua fase de vida, ao conseguir fazer valer os seus direitos em Budapeste, o que permitiu a sua viabilização financeira. Mas devido ao tipo de problemas que teve de enfrentar, as suas actividades «naturais» foram mais reduzidas: «por exemplo, embora mínimo, conseguimos, apesar de tudo, dar apoio à juventude cubana na luta contra o bloqueio económico».

«A transição de uma determinada posição formal para a nova situação está feita, com uma nova forma de organização, novos métodos de trabalho, etc. É de notar que algumas das organizações que pertencem à Federação Mundial mudaram, de nome ou de projecto político, em relação ao que eram antes», diz o presidente da FMJD, para realçar os múltiplos aspectos que estão na base das mudanças na Federação Mundial.

### Independência

No exercício do cargo de presidente da FMJD há alguns meses, em representação da Youth League do ANC, organização em que o nosso interlocutor é membro de Executivo Nacional, Neville Naidoo lembra que «historicamente, a Federação Mundial viveu uma situação que fez com que estivesse financeiramente dependente da União Soviética, da República Democrática da Alemanha, etc. Na última assembleia sentimos a necessidade de nos tornarmos independentes, como movimento juvenil mundial, quer em termos financeiros, quer políticos, não seguindo directrizes de algum governo, ou grupo político em particular. Isso mudou o próprio carácter do movimento, embora, obviamente, a falta de suporte financeiro nos tenha afectado profundamente».

Um dos exemplos apontados diz respeito à questão dos direitos humanos: «no passado, houve um problema em relação a esta questão porque éramos vistos como apologistas do bloco soviético. Foram ignoradas todas as coisas más feitas neste domínio pela União Soviética e condenava-se o Ocidente. Uma das coisas que esta assembleia deverá reafirmar é que na questão dos direitos humanos, a FMJD tem uma posição imparcial. Assim, mesmo que seja a Coreia do Norte, África do Sul, Cuba ou qualquer país do Ocidente a violar os direitos humanos, devem ser condenados se isso acontecer. Seja quem for, seja qual for o tipo de governo, nesta questão não podemos fazer cedências».

### Alterações positivas

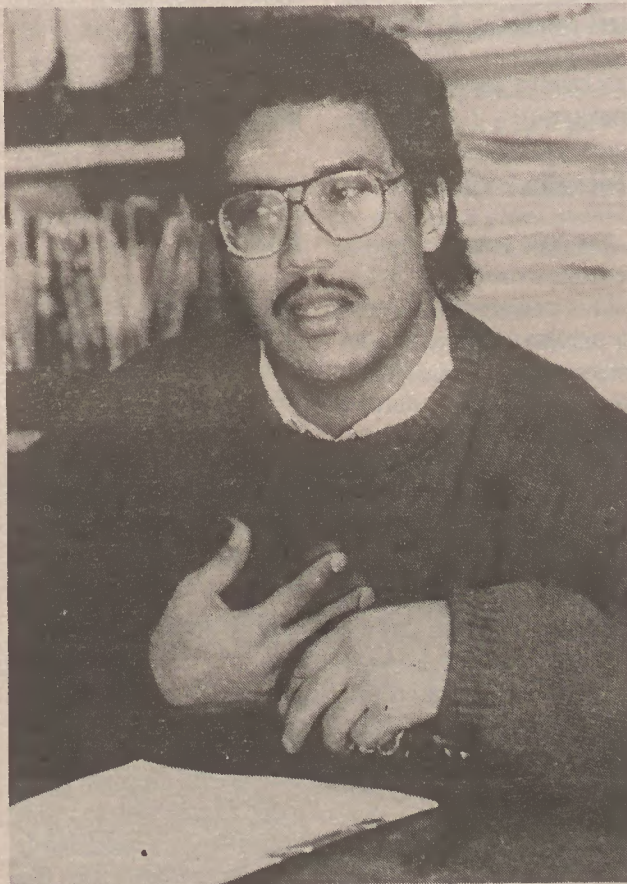
Recordando as alterações positivas entretanto verificadas

no mundo (África do Sul, Namíbia foram exemplos citados, bem como as perspectivas que se abrem para Moçambique e Angola), ou o que acontece em países como a Bulgária em que partidos comunistas ganham eleições depois da queda dos regimes anteriores, o presidente da FMJD sublinha a importância de trazer a experiência múltipla dos jovens desses países para a organização, mais facilitada pelo facto de a reestruturação da FMJD passar não só pela confirmação da sua sede mundial em Budapeste, mas também pela criação de estruturas regionais (África, Europa, etc.) que permitirão uma melhor coordenação do trabalho da Federação Mundial.

### Representantes de todo o mundo

A assembleia vai envolver cerca de 120 jovens vindos de todo o mundo, representantes de 60 a 70 organizações juvenis, na maioria membros da FMJD mas também algumas estarão em Portugal num estatuto de observadores ou de potenciais aderentes à Federação. Naidoo elogiou o trabalho da JCP na organização do evento nos seus múltiplos aspectos, logísticos e políticos.

«Um dos temas que estará em foco nesta assembleia é a análise e a discussão sobre qual é a situação no mundo de hoje. Desde o colapso da União Soviética e das mudanças na Europa do Leste, qual é a actual situação em que estamos? Quais são os problemas com que se defronta a humanidade, em particular a juventude, em



Neville Naidoo falou ao «Avante!» sobre as mudanças na Federação Mundial da Juventude Democrática e as perspectivas da próxima assembleia da organização, que se realiza em Portugal

todo o mundo? Quais os problemas nos países mais desenvolvidos e nos países em vias de desenvolvimento? Como é que podemos responder a esses problemas particulares? Como fazemos?»

Teremos pois três linhas de discussão na assembleia da FJDM: a análise da situação no mundo em termos globais, os temas e os problemas que dizem directamente respeito à juventude e a busca de respostas para a realidade actual.

«Uma das grandes questões em debate vai ser: o que fazer e como fazê-lo? Por exemplo, vamos discutir a participação da juventude na defesa da paz e da democracia em países em vias de desenvolvimento. É algo que sentimos que capta um determinado tipo de problemas: o problema da paz, o problema do desenvolvimento, o problema da democracia. Será importante para a Federação Mundial que esta assembleia se expresse sobre

estes problemas em particular e o tipo de questões que eles levantam.»

Durante os debates a realizar na Assembleia os países africanos, europeus, latino-americanos e da Ásia e Pacífico irão discutir e apresentar um retrato individualizado da actual situação económica, social e política em cada uma dessas regiões.

### O Norte e o Sul

«Parece-me no entanto ser possível desde já dizer que há uma nítida divisão entre os países do Norte e do Sul do mundo, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que substitui o bipólo do tempo da Guerra Fria entre o Leste e Oeste.»

«Estão a ser impostos em todo o mundo, pelos países mais desenvolvidos, tratados de comércio livre que, teoricamente, deveriam beneficiar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Mas nós sabemos que, por exemplo, o México tem grandes dificuldades em entrar no mercado norte-americano enquanto estes entram facilmente no mercado norte-americano. O mesmo se passa na Europa entre os países do Ocidente e do Leste. Ou seja: os tratados de comércio livre beneficiam fundamentalmente os países economicamente mais fortes.»

Neville Naidoo referiu-se ainda ao facto da União Europeia se fechar a países terceiros, à existência de problemas de racismo, desemprego, retrocesso de direitos sociais (a atingir particularmente os jovens, sobretudo os estudantes). Outro problema particular na Europa é a capacidade dos jovens, por si só, se organizarem para intervir, em vez de estarem à espera de subsídios governamentais ou de outros apoios do Estado para o fazerem, prática que muitas vezes impede «que os jovens desafiem o que tem de ser desafiado».

Nos países subdesenvolvidos outras prioridades surgem: o combate contra a pobreza e fome, a luta pela estabilidade democrática. Tribalismo e ditaduras, corrupção e desigualdades sociais, agressões ao ambiente são realidades agudas nestes países, que o chamado mercado livre não veio solucionar; pelo contrário, tem vindo a agravar e aprofundar algumas das suas características mais desumanas.

Acrescem-se a estes problemas as guerras em vários pontos do mundo e a luta pelos direitos humanos (entendidos de uma forma mais ampla do que a simples garantia de liberdades e direitos dos cidadãos): «esta assembleia tem de ser capaz de identificar cada uma destas particularidades regionais para depois encontrar os traços comuns que constituem o corpo do mundo de hoje».



É justo protestar e lutar!

## Concentração hoje frente à Portugal Telecom

Enquanto o movimento sindical prepara a jornada anunciada pela CGTP-IN para dia 26, trabalhadores de várias empresas e áreas de actividade envolvem-se em combates inadiáveis por melhores condições de vida e de trabalho

O encerramento unilateral, por parte da administração presidida por Luís Todo-Bom, das negociações do primeiro Acordo de Empresa da Portugal Telecom, é uma atitude «claramente atentatória do livre direito à negociação». Da mesma forma, «são ilegais e prepotentes e próprias de quem perdeu claramente o controlo» acções de «coacção junto dos trabalhadores para estes assumirem decisões que se viraram contra eles próprios».

Estes traços da actual situação laboral na PT foram denunciados no final de uma reunião de estruturas sindicais representativas de cerca de 90 por cento dos trabalhadores da empresa. Realizada no dia 5, por iniciativa da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, a reunião teve a participação das estruturas que integram a comissão negociadora sindical da FCTA e também do Sindicato dos Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto.

Uma nota da FCTA, divulgada em nome de todos os participantes na reunião, classifica de «gravíssima» a situação laboral na Portugal Telecom e informa que, com o objectivo de lhe pôr termo urgentemente, foi decidido realizar reuniões nos locais de trabalho, para «esclarecimento e mobilização» dos trabalhadores. As organizações sindicais vão ainda accionar mecanismos legais e recorrer a instituições nacionais e estrangeiras.

Para hoje, às 16.30 horas, foi convocada uma concentração em Lisboa, frente à sede da administração, na Avenida Fontes Pereira de Melo. No Porto,

tem lugar um plenário de trabalhadores.

### Torraltá é viável

Em mais uma jornada para reclamar a viabilização da Torralta, a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento dos salários em atraso, algumas dezenas de trabalhadores e membros das estruturas representativas estiveram na passada quinta-feira em vigília frente ao Ministério do Emprego.

O Estado (nomeadamente a Segurança Social, o Fundo de Turismo e as Finanças) é o maior credor da Torralta, o que leva os trabalhadores a reclamarem do Governo as medidas necessárias à viabilização (e que já há meses foram apontadas pelo administrador judicial), com a transformação dos créditos em capital social. O Governo, no entanto, tem procurado que esses créditos sejam adquiridos por privados, o que tem arrastado a resolução do problema, em especial dos trabalhadores, que mais uma vez estão com salários em atraso (Novembro e Dezembro).

Voltando a dar razão aos que defendem que aquela importante empresa turística é viável, foi anunciada uma nova proposta, que levou ao adiamento para 13 de Fevereiro da assembleia de credores convocada para a passada segunda-feira no Tribunal de Grândola.

Candidatam-se a adquirir os créditos estatais sobre a Torralta a Accor (grupo hoteleiro francês ligado a Américo Amorim na cadeia Ibis e Novotel), o antigo patrão (Agostinho da Silva, associado a investidores sul-africanos) e a Troiainvest

(que aglutina interesses de pequenos accionistas).

### EDP por melhores salários

A falta de resposta da administração da EDP à proposta de tabela salarial apresentada há quase 3 meses pelos sindicatos foi um dos principais motivos que levou à convocação de uma concentração de dirigentes e delegados sindicais, bem como activistas e membros da Comissão de Trabalhadores, para ontem de manhã, frente ao edifício do Conselho de Administração.

Esta iniciativa da comissão negociadora sindical liderada pela FSTIEP integra-se igualmente na denúncia das consequências da recente cisão da EDP, nomeadamente no que respeita a repetidas violações do Acordo de Empresa, instrumento que continua a regular as relações laborais em todo o grupo EDP.

A revisão salarial, as implicações da cisão e, sobretudo, as acções a desenvolver pelos trabalhadores a breve prazo, iriam estar em debate à tarde, no plenário nacional de delegados sindicais - revelou o departamento de informação da federação das Indústrias Eléctricas.

### Solisnor viola

Foi convocada para hoje uma assembleia geral de trabalhadores da Solisnor/Setenave. A Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical do estaleiro da Mitrena avançaram com esta iniciativa com o objectivo de analisar as acções

a empreender para exigir da administração que cumpra o acordo de 4 de Agosto do ano passado.

Este acordo permitiu parar de imediato o processo de despedimento colectivo de 1254 trabalhadores. No entanto, acusam as ORTs na nota de imprensa em que anunciam a convocação da assembleia, a administração «não tem vindo a honrar integralmente os compromissos então assumidos» e «veio agora retomar o processo de despedimento colectivo com o envio de uma centena de cartas de despedimento».

### Fisipe contra 4,5

A greve realizada dia 6 pelos trabalhadores da «Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA» registou uma adesão global de cerca de 70 por cento, disse à agência Lusa um membro da Comissão de Trabalhadores. Helder Guerreiro referiu que a adesão do pessoal de turno foi praticamente de 100 por cento, do pessoal de apoio à produção de perto de 90 por cento, sendo baixa no que se refere ao pessoal administrativo.

Os trabalhadores contestam a proposta da administração da empresa de 4,5 por cento de aumento salarial e um provável aumento a meio do ano mas através de promoções, adiantou. Além de considerarem insuficiente a proposta da empresa e reivindicarem um aumento salarial de 6,5 por cento, os trabalhadores classificam de «selectiva» e portanto «discriminatória» a possibilidade de crescimento dos salários com base em promoções, que só servem alguns, explicou Helder Guerreiro, que é também delegado do Sindicato das Indústrias Químicas do Sul.



Uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas foi ao encontro da marcha dos vidreiros para, durante uma paragem junto à Covina, lhes manifestar o apoio e a solidariedade activa do Partido

## Solidariedade não é palavra vã

As reacções que as recentes lutas de trabalhadores, particularmente dos vidreiros da MP Roldão e dos mineiros do Pejão, desencadearam entre a população laboriosa e na opinião pública mostram claramente aquilo que o coordenador da CGTP sublinhou no final da marcha de dia 5, junto aos paredões de S. Bento: «Para os trabalhadores, solidariedade não é uma palavra vã; a solidariedade desenvolve-se em torno de razões muito sólidas.»

O valor da solidariedade entre trabalhadores que sofrem problemas semelhantes, que identificam os mesmos responsáveis e que avançam para os iguais caminhos da luta expressou-se na frase que se via em muitos dos panos transportados por representantes de empresas de Lisboa e Setúbal desde o Campo das Cebolas até à residência do primeiro-ministro: «A vossa luta é a nossa luta!»

Os frutos da solidariedade sincera e fraterna foram aqui exibidos com satisfação pelo coordenador do Sindicato dos Vidreiros, no final de um percurso iniciado manhã cedo na Marinha Grande e preenchido com muitas paragens em zonas operárias do distrito de Lisboa: «Vamos daqui com ainda mais moral para continuar a luta, com esta vossa solidariedade.»

Tal como na marcha dos vidreiros, também no plenário de segunda-feira dos mineiros do Pejão a solidariedade esteve bem presente, com realce para o forte aplauso que agradeceu a presença de uma delegação sindical do Sul.

E, apesar de poderem incomodar algumas pessoas (como, certamente, um par de representantes distritais da UGT chegados à mina com uma inconsistente e ultrapassada plataforma negociada com o governador civil), trataram de solidariedade as palavras do presidente da Junta de Pedrido: «Depois da filha casada, não faltam pretendentes. Toda a solidariedade é bem-vinda, mas não bastam palmadinhas nas costas: é preciso mostrar que se está solidário, e isso mostra-se com apoio concreto nos momentos decisivos da luta!»

Solidariedade, necessária, cai bem em qualquer discurso. Mas, para os trabalhadores, não é uma palavra vã.



## Definem-se acções para 26 de Janeiro

Apontando o objectivo de unificar as diversas lutas de trabalhadores em curso, o plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN apelou à intensificação da luta reivindicativa e em torno da contratação colectiva. Foi definida no plenário a data de 26 de Janeiro para promover uma jornada de luta que, como sublinhava a resolução aprovada pouco antes do Natal, «terá de constituir uma plataforma segura para desenvolver uma acção sindical global, envolvendo a participação de todo o movimento sindical».

As formas concretas de acção estão a ser preparadas nos sectores, regiões e empresas, e algumas começam já a ser anunciadas publicamente.

### Construção civil em greve

Os trabalhadores da construção civil e obras públicas e das madeiras (serrações, carpintarias e mobiliário, importação e exportação) vão estar em greve no dia 26. A federação sindical do sector, cuja comissão executiva anunciou na semana passada a convocação da greve, aponta como objectivos da paralisação aumentos salariais jus-

tos, horário semanal de 40 horas e recusa da flexibilização, defesa de regalias ameaçadas, melhores condições de higiene e segurança e pagamento de salários em atraso.

O patronato da construção civil continua a recusar-se a negociar com os sindicatos, enquanto o das madeiras reiterou os seus objectivos na última reunião de negociações. Num e noutro sector, os patrões querem impor aumentos salariais «de miséria» e a flexibilização dos horários (de modo a terem os trabalhadores ao seu dispor durante 50 horas por semana, sem pagamento de trabalho extraordinário). Nas madeiras, pretendem ainda retirar as diuturnidades.

«O Governo permite os salários em atraso, aumenta os impostos aos trabalhadores e diminui os encargos ao patronato, por isso deve ser demitido» - conclui o comunicado da Federação da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção.

### Manifestação em Braga

A União dos Sindicatos de Braga promove, a 26 de Janeiro, uma concentração de trabalhadores de empresas viabili-

zadas pelos tribunais mas que ainda não recomeçaram a laborar.

Em declarações à agência Lusa, o coordenador da USB, Adão Mendes, adiantou que «há várias empresas do distrito a quem foram perdoadas as dívidas após processo de viabilização, mas que nunca abriram, deixando os trabalhadores sem emprego e sem indemnizações». «Este tipo de viabilização apenas beneficia os patrões, que ficam sem dívidas e com todos os bens imóveis à disposição», sublinhou o sindicalista.

O dirigente da USB referiu ter já informado a Secretaria de Estado da Segurança Social - principal credor - sobre o assunto, e apontou os casos das empresas Carides, Malhas Silma, Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães, Barbanel, Luzcor, Cavalinho e Malhas Guial, como «as de maior dimensão».

Referiu o caso exemplar da fábrica de calçado «Xavi», a quem a Segurança Social perdoou 2,5 milhões de contos, permitindo a sua viabilização pelo tribunal. «Mas dos 400 trabalhadores que ali laboravam apenas ficaram 50», salientou o dirigente da USB.



# Com dura luta se faz uma vitória

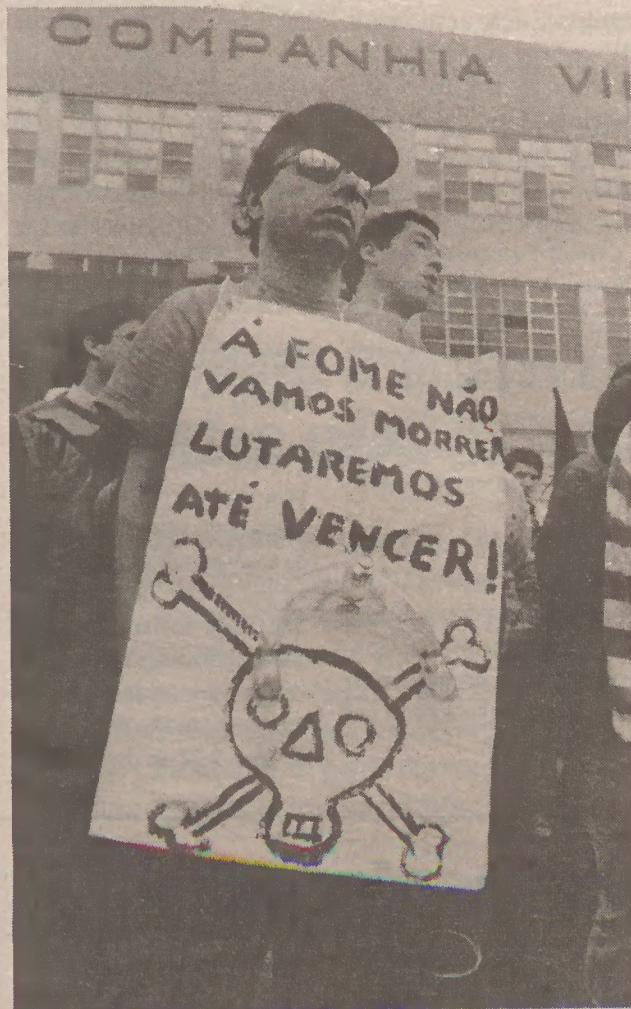
A administração compromete-se a satisfazer as reivindicações principais dos vidreiros da Manuel Pereira Roldão

«Se todas as partes cumprirem o acordado, isso significa que a luta dos trabalhadores foi dura, mas valeu a pena, pois as reivindicações serão atendidas». É este o balanço que Sérgio Moiteiro fez anteontem à noite para o «Avante!», quando lhe pedimos um comentário sobre o desfecho do conflito que estalou a 12 de Dezembro por causa da falta de pagamento de salários na cristaleira MP Roldão e que ficaria marcado pela brutal intervenção policial, seguida das grandes manifestações de solidariedade de 29 de Dezembro, na Marinha Grande, e de 5 de Janeiro, em Lisboa (no final de uma marcha de protesto até à residência oficial do primeiro-ministro).

Na verdade, depois de todas as manobras e ameaças (depois da luta pelo pagamento dos salários em dívida, recorde-se, o patrão da MPR anunciou que a empresa fechava provisoriamente, que só um forno ficaria a funcionar e que mais de metade dos trabalhadores seriam despedidos), a administração chefiada por Carlos Antero acabou por se comprometer a reiniciar a laboração com todos os 390 trabalhadores,

manter os 2 fornos a funcionar e pagar os subsídios e salários em atraso.

«Esperemos que todas as partes cumpram», afirmava-nos terça-feira o coordenador do



Com a marcha de dia 5, os vidreiros responderam à carga brutal da polícia e mostraram a sua firme disposição de não desistir da luta

Sindicato dos Vidreiros, denotando uma cautela que a experiência já mostrou nunca ser de mais. E prontamente reafirmou que os trabalhadores cumprirão e voltarão ao trabalho logo que lhes sejam pagos os subsídios correspondentes a 2 meses de salários.

O acordo na MPR teve por base uma proposta apresentada na noite de 4 de Janeiro pela administração e depois completada com propostas dos órgãos municipais e dos trabalhadores. Assim, a Câmara Municipal dá o

seu aval (hipotecando um terreno camarário) a que a CGD adiante até 75 mil contos à MPR para pagamento de salários e despesas urgentes; os proprietários da MPR, em contrapartida, hipotecam à CM um terreno na zona industrial; a MPR passa a ser dirigida por dois gestores, com iguais poderes, da confiança da CM e da actual administração (que não se mantém em funções).

Hoje, em plenário, deverá ser decidido pelos vidreiros se estão, ou não, criadas condi-

ções para retomar o trabalho amanhã.

A batalha pela viabilização da MPR e do sector da cristalaria não chega, no entanto, ao termo. Para este combate, Sérgio Moiteiro e o sindicato vão já prevenindo: «Se o patronato e o Governo têm intenção de reestruturar à custa dos trabalhadores, devem olhar para esta luta na MPR e ver que nós não ficaremos parados; cá estamos para combater novos despedimentos e defender os nossos direitos.»



## Se morrem os mineiros, morre também a mina!

Endurece a batalha contra o desemprego no Pejão

Os trabalhadores da Empresa Carbonífera do Douro sentem-se intrujados e não estão dispostos a abdicar, a troco de meras promessas ou garantias infundadas, da luta que desenvolvem desde o final de 1994.

De tudo o que o Governo anunciou em Outubro de 1990, quando decidiu encerrar as minas do Pejão, apenas se tornou realidade a drástica redução dos postos de trabalho. Não foram criadas as prometidas alternativas de emprego, não foram melhorados os acessos à região do couro mineiro, não avançou a formação e reconversão profissional...

As coisas apresentam-se de tal forma, que até já o encerramento da mina não é uma certeza: as cartas de despedimento enviadas no fim do ano falavam apenas numa reestruturação da empresa, enquanto o presidente da administração da ECD vai dizendo que há carvão para explorar por mais dois anos. E a central da EDP da Tapada do Outeiro está ali mesmo ao lado a pedir carvão (uma vez que, contra as previsões do Governo em 1990, ainda não passou a funcionar a gás natural).

O número de 130 trabalhadores que a ECD pretende manter ao

serviço até Junho, alegando a necessidade de dismantelar os equipamentos, seria suficiente para permitir retomar a laboração a qualquer momento.

É este o quadro traçado à nossa reportagem pelo presidente da Junta de Freguesia de Pedrido, numa breve conversa após o combativo plenário de trabalhadores da passada segunda-feira. Para Manuel Rodrigues, que deu ele próprio muitos anos de trabalho à mina, justifica-se assim que, entre os operários, seja voz corrente que, «se morrem os mineiros, a mina morre também».

A afirmação reflecte o grau de descontentamento e marca os

limites até onde os mineiros estão dispostos a levar as suas formas de luta. Depois dos cortes de estrada (falavam até em cortar o trânsito na auto-estrada Lisboa-Porto) e do bloqueio da entrada na mina (que se mantém desde 2 de Janeiro) as acções decididas diariamente (pelas 7 horas da manhã, da igreja de Pedrido, partem em desfile os trabalhadores para fechar o acesso à empresa) podem ir até ao boicote dos trabalhos que impedem o alagamento dos veios de carvão.

A acontecer tal, a consequência irreversível é o fim da mina e de qualquer possibilidade de exploração futura. Sem minorar a gravidade da inundação da mina, o presidente CDU da Junta de Pedro-

rido refuta o alarmismo lançado pela administração da Carbonífera: «Não iria provocar nenhum desastre ecológico, seria apenas

a antecipação daquilo que a própria ECD e o Governo mais tarde terão que fazer, quando encerrarem as minas.»



Preocupação pelos graves problemas que marcam este início de ano e determinação em lutar arduamente pelas justas reclamações dos mineiros e da população foram sentimentos que marcaram o plenário de segunda-feira

O plenário de segunda-feira não adiantou acções concretas. Mas a resolução apresentada pela comissão de luta dos mineiros e aprovada por unanimidade e aclamação é muito firme na exigência de uma resposta urgente às reivindicações e na decisão de «continuar e endurecer as formas de luta». Joaquim Almeida, coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro, acentuou que «não vamos alinhar na técnica do desgaste, com uma reunião agora, um telefonema mais logo, uma proposta depois...». Vivamente aplaudido, dirigiu um aviso ao Governo e à ECD: «Ou decidem agora, ou não podem atribuir aos mineiros a responsabilidade pelas formas de luta que tivermos que adoptar.»

Os mineiros exigem a prorrogação do prazo de encerramento da mina até serem concretizadas as medidas anunciadas pelo Governo para criar alternativas de emprego. Aceitando a antecipação da idade de reforma para 42 anos (no interior da mina) e 47 anos (no exterior), exigem que tal se faça segundo o chamado Estatuto do Mineiro (para que todos os despedidos beneficiem efectivamente da antecipação, e não apenas os que já tenham atingido aqueles limites).



## TRABALHADORES-ESTUDANTES LANÇAM CARTA-ABERTA

A Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes decidiu sábado, em Coimbra, preparar uma carta-aberta dirigida ao Ministério da Educação, para fazer eco das reivindicações e críticas ao estado do ensino. Vítor Neves, da direcção nacional da FNATES, declarou à agência Lusa que a medida surge em resultado da falta de resposta às suas reivindicações e pelo silêncio aos pedidos de audiência endereçados ao Ministério.

Do documento, que deverá ser lançado em finais de Fevereiro, constará a denúncia de um «atropelo praticado pelo Ministério, ao «anular um capítulo da Lei 26/81 (Estatuto do Trabalhador-Estudante) através do Despacho-Normativo 35/94». Segundo Vítor Neves, o Despacho Normativo obriga as escolas a remeter para a entidade patronal informações sobre os resultados do estudante, contrariando a Lei, que estabelece que a respectiva comprovação será apresentada pelo aluno. A direcção nacional decidiu marcar para 29 e 30 de Abril, em Setúbal, a assembleia magna dos trabalhadores-estudantes.

### GOVERNADORIA ALARGADA

A delegação do Algarve do Sindicato da Função Pública aconselhou segunda-feira o governador civil de Faro a estender a sua «Governadoria Aberta», prevista para este ano, aos serviços públicos da Região. Num comunicado citado pela Lusa, aquela estrutura sindical aconselha Cabrita Neto: «Que vá ao Centro Regional de Segurança Social e aí confirme o vazio dos 50 disponíveis postos na prateleira», sublinha o documento sindical que chama ainda a atenção para «as centenas de trabalhadores a recibo verde nos hospitais de Faro, Portimão e Lagos». No que toca à Direcção Regional de Saúde, os sindicalistas aconselham o Governador Civil a perguntar aos seus responsáveis por que não são pagas as compensações devidas aos contratados das escolas e «como pensam integrar os despedidos e os que, em Agosto, vão ficar na mesma situação».

O sindicato espera que Cabrita Neto o receba pela primeira vez em vários anos, evitando que o primeiro-ministro afirme ignorar «o que se está a passar no Algarve».

### MAIS SEGURANÇA PARA OS PESCADORES

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca lamentou profundamente na segunda-feira o naufrágio da embarcação «Menino de Deus» e considerou necessárias medidas concretas para melhorar as condições de segurança no sector.

Em comunicado, a federação lembra que já na passada quarta-feira naufragara na Praia da Areosa (Viana do Castelo) a embarcação «Jorge Paulo», provocando a morte de três pescadores.

Estes acidentes «evidenciam o alto risco em que se exerce esta actividade» e tornam evidente a necessidade «de se tomarem medidas concretas no sentido de melhorar os meios e condições de segurança na pesca, de forma a evitar ou pelo menos minimizar situações, como as ocorridas, que vitimam numerosos pescadores».

A embarcação «Menino de Deus» naufragou na madrugada de sábado ao largo de Casablanca, Marrocos, em consequência do mau tempo. A bordo ficaram 20 pescadores portugueses, 18 de Sesimbra e dois de Setúbal.

### HORÁRIOS NA GNR

A Associação dos Profissionais da Guarda vai apresentar uma queixa na Provedoria de Justiça contra a falta de horário de trabalho dos soldados da GNR, revelou a Lusa sexta-feira. A não existência de um horário é a principal queixa da APG, que, em comunicado, refere também a falta de um sistema de compensação justo. Esta situação levou já a que alguns soldados da GNR tenham iniciado uma greve de zelo, não passando multas, segundo um agente da Guarda, que pediu o anonimato, embora a APG desconheça essa situação. A mesma fonte confirmou à Agência Lusa que a greve de zelo está a ser feita por alguns agentes e que «há um descontentamento geral na GNR». «É normal um soldado da GNR fazer 70 horas por semana, e não ganha nem mais um tostão», disse a mesma fonte, explicando que a hierarquia sabe desta situação mas não faz nada. Queixou-se ainda da prepotência das chefias, que «por tudo e por nada mandam os soldados da GNR para a prisão».

### SEGURANÇA NOS TAXIS

«Quantos taxistas terão de morrer no exercício da sua profissão para que o Governo se decida a tomar medidas?» - pergunta a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, numa nota da sua comissão executiva em que se lamenta o assassinato de um condutor, na semana passada, em Setúbal. «Infelizmente, a opinião pública começa a ver-se inquietada com frequência com acontecimentos deste tipo, apesar da Festru e os profissionais do sector há muito reivindicarem medidas de segurança, designadamente a instalação de uma divisória entre o condutor e o passageiro, maior fiscalização da legislação que impõe a utilização e ligação do táxi a centrais de rádio, um novo enquadramento para o sector, etc. Porém, o Governo e as entidades patronais continuam a menosprezar a segurança dos taxistas. Prova-o, entre outros, o facto de não ter sido ainda publicada a portaria a que se refere o artigo 2º do decreto-lei 115/94, que estabelecerá as características técnicas da instalação dos separadores.»

## Pessoal da Xavi contra viabilização do patrão

Os trabalhadores da Xavi, empresa de calçado desportivo de Guimarães, cortaram sexta-feira a estrada Guimarães-Braga em São Torcato, bloqueando-a com pneus, que incendiaram, e pedras retiradas da calçada que dá acesso às instalações da empresa. O corte da estrada teve lugar após um plenário de trabalhadores, convocado na sequência da decisão da administração da empresa de reduzir os postos de trabalho para cerca de 50.

Os sindicatos (Químicos do Norte, Calçado do Minho e União de Braga/CGTP-IN) têm contestado fortemente a decisão de viabilização, determinada pelo perdão de 2,5 milhões de contos de dívidas da Xavi à Segurança Social.

Na nota de imprensa em que anunciavam a realização do plenário de dia 6, acusavam o Ministério do Emprego de se limitar a tomar conhecimento das «flagrantes ilegalidades»

denunciadas, sem intervir para fazer cumprir a lei.

A Segurança Social era apontada como «a principal responsável pela pretensa viabilização da empresa, cujos objectivos vão no sentido da sua desactivação a curto prazo, deixando os trabalhadores no desemprego, sem que os seus direitos sejam garantidos, nomeadamente o pagamento de salários em atraso e respectivas indemnizações».

Também ao gestor judicial os sindicatos imputam responsabilidades neste processo, por ter elaborado «uma proposta de viabilização sem bases minimamente credíveis, uma vez que se trata de uma empresa tecnicamente falida».

Na nota defende-se a realização de uma auditoria à Xavi, para «avaliar a dimensão das ilegalidades praticadas, nomeadamente no que se refere à facturação no decurso dos últimos 5 anos».

O jurista que representou a Segurança Social no processo de viabilização - informa uma nota de imprensa dos sindicatos - reconheceu perante uma delegação dos trabalhadores da Xavi, numa reunião realizada dia 5 no CRSS de Braga, que «de facto, o processo não foi bem ponderado nem decidido e que se agiu muito mal, sem medir as consequências, mas que se limitaram a cumprir ordens superiores (do secretário de Estado)».

### Favorecimento ilícito

O caso da Xavi é referido pela União dos Sindicatos de Braga numa carta aberta enviada ao ministro Falcão e Cunha, ao secretário de Estado da Segurança Social e ao governador civil do distrito, onde se recorda que «por empenhamento e despacho de v. exas. e contra a vontade dos trabalha-

dores, foram viabilizadas, entre outras, as empresas Têxtil Carides, Malhas Silma, Fábrica de Delães, Luzcor, Cavalinho, Xavi...».

As decisões dos responsáveis governamentais, recorda a USB, «permitiram que os patrões destas empresas vissem perdoados milhões de contos de dívidas à Segurança Social e ao Estado». «Em contrapartida, não foram garantidos os postos de trabalho, as empresas continuam encerradas, os trabalhadores esgotaram os prazos de concessão do subsídio de desemprego e os patrões estão livremente a vender património móvel e imóvel.»

A USB considera assim que a decisão de viabilizar aquelas empresas à custa da Segurança Social «traduziu-se de facto num acto de favorecimento ilícito a diversos patrões, em prejuízo de direitos fundamentais de centenas de trabalhadores, suas famílias e demais cidadãos».

## Há muito por esclarecer na falência da ICM

Num plenário de trabalhadores que teve lugar na semana passada foram revelados «aspectos nebulosos» relacionados com a falência da ICM, declarada a 15 de Dezembro, que exigem «completo esclarecimento por parte das autoridades», segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria.

Num comunicado emitido de Vieira de Leiria, o sindicato expressa o seu protesto porque «os trabalhadores ficaram sem os seus postos de trabalho e não sabem sequer se algum dia chegarão a receber as indemnizações a que têm direito». Na reunião, os trabalhadores da ICM «ficaram já a saber que aquilo que julgavam ser o património da empresa, sobre o qual iriam reclamar os seus créditos, afinal já está em grande parte desafectado» da empresa.

Segundo refere o sindicato, nas mesmas instalações, propriedade das mesmas pessoas e sendo realmente «a mesma coisa», coexistem duas empresas, a ICM e a Socmetliz. A Socmetliz indi-

cou à comissão de avaliação da ICM quais os bens existentes nessas instalações de que se acha proprietária. Entretanto, há 170 mil contos contabilizados como dívida da Socmetliz à ICM. Para o sindicato, «há aqui muita matéria para averiguar».

Questionando se terá havido falência fraudulenta, o sindicato revela que «chega-se ao ponto de se deparar com uma quinadeira e uma guilhotina, máquinas de grande dimensão e valor, que estão há mais de 14 anos na ICM e aparecem agora como estando lá em regime de *leasing*, quando na altura em que para lá foram nem sequer havia ainda este sistema».

Depois de recordar que a Socmetliz «continua a laborar dentro das instalações da ICM, desconfiando-se que nem sequer paga renda e ainda beneficia duma segurança que custa cerca de 750 contos mensais à massa falida da ICM», o sindicato dos Metalúrgicos de Leiria exige a garantia de que, no imediato, não sejam praticados mais actos contra o património da ICM.

## Repudiado na Lisnave novo despedimento colectivo

Em assembleia geral realizada na passada sexta-feira, os trabalhadores da Lisnave repudiaram a tentativa da administração de retomar um processo de despedimento colectivo que põe em causa mais de uma centena de postos de trabalho na Margueira e na Rocha. A resolução aprovada por unanimidade, no dia 6, exige a retirada das cartas de despedimento e admite o recurso a «formas superiores de luta».





## Fundo de Desenvolvimento Social

A Assembleia da República apreciou uma Proposta de Resolução que ratifica o Estatuto do Fundo de Desenvolvimento Social do Conselho da Europa. Trata-se de um Fundo que, como recordou o deputado Miguel Urbano Rodrigues ao pronunciar-se sobre a matéria em nome da bancada comunista, tem como objectivo prioritário «ajudar a resolver os problemas sociais que põe ou pode pôr aos países europeus a presença de refugiados ou de outras movimentações forçadas de populações, bem como da presença de vítimas de catástrofes naturais ou ecológicas».

Na oportunidade, Miguel Urbano Rodrigues - que expressou o apoio do PCP à Proposta de Resolução -, referiu-se à evolução e ao papel do Conselho da Europa, colocando a este respeito algumas dúvidas sobre se este «fórum consultivo e de estudo», que em sua opinião deveria «emergir como autêntica consciência da Europa, cumprindo a sua vocação humanista», possa efectivamente concretizar plenamente esse papel no futuro, uma vez que, observou, são conhecidos «muitos dos vícios e debilidades de que enferma o edifício da União Europeia». Pese embora os problemas referenciados, o deputado não deixou de manifestar a sua convicção de que o Conselho da Europa reúne «condições excepcionais para cumprir um papel único como fórum internacional de reflexão e diálogo».

## Código do Registo Civil

O Grupo Parlamentar do PCP, como toda a restante oposição, absteve-se no pedido de autorização legislativa que, em substância, atribui aos Conservadores do Registo Civil competência para decretarem em certos casos a dissolução do casamento por mútuo consentimento, e para decidirem que um filho de mãe casada não tem como progenitor o marido desta.

Expondo as razões que sustentam a posição da sua bancada, Odete Santos lembrou que estas propostas do Governo têm implícito o reconhecimento de que continua a existir uma grande «morosidade da Justiça» - e esta é a principal causa que levou o Executivo a subscrevê-las -, morosidade esta que é aliás reconhecida no próprio preâmbulo do diploma onde se confessa, contrariando as afirmações do Ministro da Justiça, que a verdadeira razão de ser das novas competências atribuídas aos Conservadores reside na necessidade de aligeiramento do trabalho dos Tribunais.

Depois de assinalar que não existe um «fundamento técnico-teórico sólido nas duas soluções propostas» e de chamar a atenção para algumas das suas incoerências, Odete Santos concluiu que das duas, uma: «ou o Governo receoso, não quis assumir em lei de processo as consequências da definição de casamento» conferida pelo artigo 1577.º do Código Civil, «ou se trata de repartir o mal pelas aldeias». Neste caso, foi ainda a deputada comunista a lembrá-lo, «nos locais em que os Tribunais estejam em bancarrota, ou quase, as pessoas recorrem à Conservatória. Na situação inversa, recorrem ao Tribunal».

# Governo reage aos problemas sociais com a violência do aparelho repressivo

O deputado comunista João Amaral acusou o Governo de reagir às situações de crise social utilizando como resposta o aparelho policial-repressivo. Numa declaração política inteiramente dedicada aos recentes acontecimentos na Marinha Grande, o parlamentar foi mesmo mais longe e não hesitou em considerar que a «polícia de intervenção começa a ser a face mais visível da política social do Governo».

Em causa está, sobretudo - e esta foi a questão substantiva para a qual João Amaral chamou a atenção -, aquilo que considerou ser «uma repugnante cultura

do Poder que faz da escalada repressiva uma arma política para ser usada em função de critérios de oportunidade política». João Amaral não tem dúvidas,

neste contexto, que o Governo construiu e pôs no terreno «um poderoso aparelho policial-repressivo destinado a calar, a desmobilizar e a reprimir as acções e as lutas de natureza social, com métodos de actuação assentes na violência gratuita, excessiva e despropositada e vinculado não a objectivos de segurança dos cidadãos mas aos interesses político-partidários do Governo e do PSD».

Foi sobre esse aparelho repressivo, bem como sobre o seu modelo de construção e fun-

cionamento, que João Amaral fez incidir parte da sua análise, explicitando a sua leitura sobre o papel do SIS, por um lado, e sobre os corpos de intervenção da GNR e PSP, por outro. No primeiro caso, disse, «não vale a pena procurar agentes do SIS na pesquisa de informações na área do banditismo, da alta criminalidade, da droga», uma vez que «o seu «meios natural», aquele que o Governo lhe reservou, são as manifestações, a acção sindical, as organizações de estudantes e agricultores».

Quanto aos corpos de intervenção da PSP e GNR, cujo total de efectivos se eleva hoje a cerca de 4.000 homens, a opinião de João Amaral é de que este verdadeiro «exército» pauta a sua intervenção subordinado não a uma lógica de prevenção e combate à criminalidade, mas sim a uma «lógica política», em que se privilegia «os investimentos na construção de meios de repressão, à medida da agudização da crise social» e em que se privilegia a preparação desses corpos para «um exercício acríptico da violência desproporcionada contra os manifestantes».

«As tácticas de actuação imprimidas pelos comandos às actuações dos corpos de intervenção vão mesmo beber inspiração aos manuais militares. Mandatadas para dispersar, acabam por fazer «cercos», e perseguem o «inimigo» tendo em vista a neutralização das «bolsas de resistência» e a eliminação dos «atiradores isolados». Não é acção de polícia, é acção militar em meio urbano», sublinhou João Amaral, sem deixar de concluir que este aparelho policial-repressivo exprime o «vezo de autoritarismo e prepotência antidemocrática que vai marcando cada vez mais a actuação do PSD».

## Zonas ribeirinhas PSD rejeita transferência da gestão para as autarquias

A Assembleia da República rejeitou, com os votos contra do PSD, três diplomas subscritos pelo PCP, PS e PEV para a transferência da gestão das zonas ribeirinhas das Administrações portuárias para as autarquias. Os projectos de lei apresentados pelos três partidos visavam entregar às Câmaras Municipais a jurisdição e titularidade de gestão das zonas ribeirinhas urbanas que tenham perdido a sua vocação portuária.

Ao inviabilizar estas iniciativas legislativas, com o insólito argumento de que «agravariam ainda mais os problemas existentes», a maioria PSD voltou a evidenciar, no caso particular de Lisboa, o seu distanciamento em relação ao pulsar da sua vida e das suas gentes.

Ao deputado deputado comunista João Amaral não escapou esta «incapacidade de compreensão e de oposição destrutiva» do PSD, interpretando-a como um sintoma de quem «não gosta da cidade» e de quem enferma de uma «cultura centralista e menosprezadora do valor e problemas próprios da capital», a

mesma que permitiu que uma «simple administração portuária» tenha sido transformada no «suserano de uma zona essencial para a cidade e para a sua compreensão humana».

Visando no fundamental a devolução aos órgãos do Município das competências de que foram expropriados, o projecto do PCP, de acordo com as palavras de João Amaral, propõe que a área não afectada directamente à actividade portuária passe para a jurisdição plena da Câmara, defendendo simultaneamente no seu articulado que mesmo na área afectada às actividades portuárias, sempre que se trate de

obras ou utilizações estranhas a essas actividades, elas só se possam concretizar depois de licenciadas pelas Câmaras Municipais respectivas.

Não menos importante, do ponto de vista do Grupo comunista, é que as obras e utilizações próprias das actividades portuárias sejam subordinadas aos instrumentos de planeamento regional e municipal em vigor, bem como a atribuição às Câmaras de uma competência de acompanhamento, traduzida designadamente na emissão prévia de parecer.

Isabel de Castro, do PEV, por sua vez, sustentou que a consagração do diploma apresentado pelo seu partido permitiria «pôr fim ao desleixo, ao abandono, à degradação e aos montes de sucata a que durante décadas a Administração do Porto de Lisboa condenou as áreas sob a sua responsabilidade».

## Renault Portuguesa

A notícia do possível encerramento da unidade industrial da Renault Portuguesa instalada em Setúbal levou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, a questionar o Governo sobre a forma como pensa assumir as suas responsabilidades de Estado-accionista e garantir não apenas a continuação do projecto mas a sua potenciação e desenvolvimento, designadamente com a produção de novos modelos.

No requerimento dirigido ao Executivo, enviado no passado dia três, Octávio Teixeira interroga-se ainda sobre se estão a ser levadas em linha de conta a dimensão dos investimentos e a exigência de garantir os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores. A necessitar de esclarecimento, para o líder da bancada comunista — e esta é outra das explicações que reclama do Governo —, está ainda o facto de estarem a ocorrer despedimentos de trabalhadores e quadros técnicos de grande valia, ao mesmo tempo que estão a ser admitidos quadros com qualificação idêntica e a proceder-se ao aluguer de mão-de-obra exterior.

## Ordenamento do Território Visão centralista do Governo ignora prática autárquica

O deputado comunista José Manuel Maia acusou o Governo de ter uma visão «retrograda do planeamento» e de ignorar a prática das autarquias e os seus esforços neste domínio, designadamente em termos de planeamento integrado a nível supra-municipal. Foi no debate sobre o diploma respeitante à disciplina jurídica dos chamados planos regionais de ordenamento do território (DL Nº249/94), chamado à ratificação por iniciativa da bancada comunista, e por esta considerado como mais uma peça legislativa do Governo reveladora do seu «autoritarismo, centralismo exacerbado e aversão ao diálogo nas suas relações e na sua atitude com o Poder Local».

Desde logo, para o parlamentar do PCP, a questão tem a ver com o facto de que não pode haver verdadeiro planeamento regional sem a institucionalização das regiões, pelo que, do seu ponto de vista, não se pode falar de Planos Regionais, mas sim de planos centrais de incidência municipal.

Indissociável deste facto - e esta foi a questão substantiva suscitada por José Manuel Maia -, e ao invés de uma evolução no sentido do

reforço da descentralização do processo de planeamento, o Governo tem apostado na elaboração de «legislação retrograda ou desajustada da realidade e da dinâmica de intervenção das autarquias».

Legislação esta que no fundo corresponde à visão «sectorizada e desintegrada» da Administração Central - o conceito de Plano Integrado enquanto instrumento quer de ordenamento do território que de desenvolvimento socioeconómico parece não ter sido assimilado pelo Governo - a que acresce, como lembrou José Manuel Maia, a postura de sistemático desprezo pela prática autárquica.

Disso mesmo são testemunhos - foi ainda o deputado do PCP a lembrá-lo -, por um lado, a total dependência da elaboração e decisão dos PROT's em relação ao Governo e à Administração Central, atribuindo às autarquias um mero papel consultivo, e, por outro, o facto de os mesmos Planos se sobreporem aos PDM's em domínios coincidentes do ordenamento do território, o que não pode deixar de ter consequências preocupantes para a autonomia do planeamento local.

## Corrupção na política florestal

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou na semana transacta o pedido de inquérito parlamentar às irregularidades e fraudes ocorridas nos últimos anos no âmbito do Programa de Acção Florestal. Em causa estão, concretamente, as condições em que se tem processado a elaboração, aprovação, execução, fiscalização e pagamento dos projectos de arborização e beneficiação florestal, bem como o eventual envolvimento, por acção ou omissão, dos responsáveis governamentais que tutelam o Ministério da Agricultura.

Para a formação comunista, que por diversas vezes manifestara já a sua preocupação pela falta de transparência em casos desta natureza, uma das questões centrais reside no facto de apesar das irregularidades e fraudes serem do conhecimento do Ministério da Agricultura, em particular do respectivo secretário de Estado, Álvaro Amaro, nunca os implicados foram alvo de qualquer sanção, dando-se mesmo o caso de terem sido promovidos no âmbito da estrutura orgânica no Ministério.

Entre as fraudes e irregularidades detectadas, recorde-se, destacam-se a aprovação e pagamento de projectos de arborização em que as áreas executadas são inferiores às áreas aprovadas e subsidiadas, a ausência de fiscalização e verificação dos documentos comprovativos das despesas realizadas, imputação das mesmas despesas a projectos diferentes, facturação falsa e simulação de concursos públicos para justificar a realização de despesas não autorizadas previamente.





## ► Vitória dos trabalhadores

Da nossa camarada Maria Georgina F.M. Conceição, delegada sindical na ARP e membro da Comissão de Trabalhadores, publicamos hoje largos extractos da sua comovente carta: "Começou numa terça-feira, a greve nos postos de trabalho, para exigir a retirada do processo de despedimento colectivo. "Na quarta-feira, a minha empresa (ARP) realiza um plenário no qual as intervenções de sindicalistas e trabalhadores foram tocantes e cheias de razão e justiça, conseguindo assim que os trabalhadores continuassem unidos com as outras empresas em greve. Nesse plenário, desmascarou-se o Governo PSD que tem sido a alfomada dos conflitos do patronato e vice-versa, governo e patronato espelham as suas vontades um no outro.

"Quinta-feira - feriado.

"Sexta-feira - plenamente conscientes de que seria um dia importantíssimo na nossa jogada, pois quem aguentasse este dia estaria pronto para todas as lutas restantes." (...) "Cheguei às 8 horas à fábrica e os trabalhadores do despedimento encontraram-se do lado de fora do portão da entrada. Cumprimentei-os e graciei com eles, sorri-lhes, mas o meu olhar com certeza que me atraíu extravazando a amargura que me ia por dentro." (...)

"Reunidos na portaria, avançamos conjuntamente para a gerência da Grundig, estes já começavam a ceder pedindo na fábrica aos operários para retomarem o trabalho, já não exigiam a retirada imediata do pré-aviso de greve, só apelavam ao retorno aos postos de trabalho.

Dirigimo-nos à gerência da ARP, esta dizia que não era um assunto deles e ameaçavam cancelar a festa de Natal para as crianças. Tão baixo desce esta gente que se julga lá no topo." (...) "Votámos colectivamente mais uma vez a continuidade da greve.

O director chamou os do processo de despedimento para falar com eles na fábrica 5, mas os grevistas acompanhavam-nos como de um só se tratasse. Entrámos na fábrica e lá o avistámos, cercámo-lo enquanto ele apelava ao retorno aos postos de trabalho e dava a sua "palavra" que negociaria outras quantias monetárias com os despedidos." (...)

"Vendo que esta unidade de operários era indomável, invencível, inquebrável, o director simulou uma queda no solo e escapuliu-se perante a estupefacção dos trabalhadores. Seguimo-lo até ao gabinete sempre a gritar "é hoje, é hoje, é hoje", exigimos a resposta imediata e por escrito.

Acedeu falar com os operários do processo e com a Comissão de Trabalhadores, eu fui avisar o turno da tarde, de linha em linha, para se concentrarem junto à gerência da Grundig, pois o final desta luta estava a ser negociado." (...)

"Esta vitória dos trabalhadores, foi como um presente de Natal merecido, para todos os comunistas que integram as ORTs do país, mas só para os verdadeiros comunistas."

## ► Lopes-Graça

"Como forma de prestar uma fraterna e respeitosa homenagem à memória do Maestro Fernando Lopes-Graça, sugiro que, através do nosso jornal sejam divulgadas as canções heróicas, como foi feito já com a canção Grândola Vila Morena, bastando para isso utilizar a parte superior e inferior do nosso jornal", escreve o nosso leitor Licínio Maia Azedo, da Figueira da Foz.

## ► Manuel Tiago

Carlos Manuel Santos Rosa, de Coimbra, escreveu-nos sobre "o momento inesquecível" que foi a revelação feita por Álvaro Cunhal:

"Sabem o que é alguém sentir-se protagonista da História? Não directamente interveniente mas testemunha, ainda por cima, bem presente de uma revelação que andava escondida há tanto tempo?

Pois foi o que aconteceu. Embora fosse, de certa maneira, esperada a revelação, foi muito bom que o Álvaro dissesse que era o Tiago.

Espero que aquele momento tenha sido vivido, assim intensamente, por todos que tiveram o ensejo de o experimentar."

## ► Livro

Mais um livro que a editorial "O Escritor" nos envia. Trata-se de um romance, da autoria de Garcia Barreto, que volta à ficção depois da publicação, em 1981, do livro "A Malta da Rua dos Plátanos". Desta vez, Garcia Barreto publica "A Cidade dos Lacraus".

# O POZOR e as portagens da Ponte 25 de Abril

■ José Godinho (\*)

Quando, no passado mês de Junho, o Ministério do Mar e a Administração do Porto de Lisboa apresentaram publicamente um Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha a que chamaram POZOR, provocaram um amplo movimento de opinião contra esse plano que ele contraria as aspirações dos lisboetas e que irá dificultar ainda mais a aproximação das populações ao rio Tejo e a fruição das suas margens nos 15 km de frente ribeirinha entre Algés e o Poço do Bispo.

O plano apresentado prevê edifícios para escritórios "apartoteis", torres, parques de estacionamento, heliportos, centros de congressos e de negócios, comércio e habitação de luxo, em vez de criar mais espaços livres para serem usufruídos por crianças e adultos em sã convivência com a natureza, para a prática de actividades lúdicas que sejam do seu agrado.

A Câmara Municipal de Lisboa e a Assembleia Municipal, um grupo de cidadãos intitulados "Em defesa de Lisboa" e vários técnicos de reconhecido valor sobre a matéria, manifestaram já a sua discordância em que seja a Administração do Porto de Lisboa a fazer o planeamento urbanístico das áreas que não sejam necessárias às actividades portuárias.

Também as 14 Juntas de Freguesia de Lisboa localizadas na zona ribeirinha consideram que é à Câmara Municipal de Lisboa que incumbe proceder ao planeamento urbanístico naquela área, por considerarem que o aproveitamento do estuário do Tejo é da responsabilidade dos respectivos Municípios.

O PCP, por seu turno, apresentou na Assembleia da República um projecto de lei em que se defende que "a Administração do Porto de Lisboa deve ter em conta e subordinar-se aos instrumentos do Planeamento Regional e Municipal" e ainda que "as Câmaras Municipais conservam todos os seus poderes incluindo os de gestão urbanística, quanto a quaisquer obras e utilização na área de jurisdição da Administração do

Porto de Lisboa, que não se relacionam directamente com a actividade Portuária" e mesmo estas, recorda-se, "carecem" sempre de licença camarária.

Outra medida tomada pelo Governo que mereceu forte contestação popular, foi o brutal aumento da portagem na Ponte 25 de Abril. Contrariando as aspirações de milhares de utentes da ponte, que já há muito tempo reclamavam a abolição total de pagamento das portagens, o agravamento das mesmas em mais de 50% fez transbordar os ânimos: assistiu-se ao bloqueio de tráfego, ao enorme buzinao quotidiano e à passagem pelas portagens sem o respectivo pagamento. A "justificação" dada para esse aumento ainda veio indignar mais os utentes da Ponte, pois confirmou que ele visa subsidiar a construção da futura ponte que ligará o Montijo a Sacavém e, o que é tanto ou mais escandaloso, que serão as empresas construtoras dessa nova ponte a arrecadar todas as receitas das portagens da Ponte 25 de Abril e da Ponte do Montijo.

As Juntas de Freguesia de Alcântara, Ajuda, Prazeres e Santo Condestável tomaram posição, associando-se ao coro dos protestos, exigindo a abolição da portagem da Ponte 25 de Abril.

Estão finalmente devidamente identificados pela população os "agitadores profissionais" que provocaram bloqueios de trânsito ou o coro de buzinações como forma de protesto.

São realmente profissionais da agitação os ministros e os secretários de Estado do actual Governo que, ao tomarem uma série de medidas contrárias ao interesse popular, seja aumentando portagens ou aprovando planos tipo POZOR, seja aprovando aumentos ridículos para a Função Pública ou provocando a escala do desemprego, fazem soar cada vez mais forte o coro de protestos dos cidadãos portugueses.

(\*) Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara

## Portugal e a CE

Os deputados comunistas portugueses, num grupo de esquerda e comunista reforçado, continuarão a travar a batalha pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, contra uma Europa de dominação e guerra, por uma Europa de cooperação e paz, contra uma Europa comandada por um directório de países ricos, por uma Europa de países e nações iguais e solidários - assim termina o editorial do último número de 1994 da revista Portugal e a CE, publicação periódica trimestral do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, recém-chegado à nossa Redacção.



Neste número, para além de uma *Nota do Director* (Joaquim Miranda) sobre a nova legislatura do Parla-

mento Europeu, e do *Editorial*, a cargo de Agostinho Lopes, sobre 'As velocidades de Maastricht', os leitores

podem informar-se sobre o novo mapa do PE e a composição do novo grupo de esquerda (GCEUE), com depoimentos de representantes dos partidos e organizações que o integram.

A revista dá ainda conta das grandes questões levantadas no PE pelos deputados do PCP, perguntas colocadas às diversas instâncias comunitárias ao longo dos últimos meses e as respectivas respostas recebidas, e diversa legislação comunitária. A terminar, como de costume, a secção 'Lido e «ouvisto»', desta vez preenchida com notícias divulgadas na imprensa.

## Seara Nova

À nossa Redacção chegou agora o número especial da Seara Nova, integralmente dedicado ao 25 de Abril.

Para além de diversos depoimentos de personalidades da vida política e cultural portuguesa (Victor Sá, Vasco Gonçalves, Armando de Castro, Mário Murteira, Eugénio Ferreira, Isabel do Carmo, Manuel Carvalho da Silva, Nuno Teotónio Pereira, António Arnaut, Ramon de La Féria, Carlos Brito, Sousa Franco, Octávio Teixeira, Herbert Goulart, José Augusto Mourão, José Luís Judas, Magalhães Mota, Luís de Carvalho e Oliveira e J. Pegado Liz), o número espe-



cial da Seara Nova publica seis mesadas-redondas subordinadas aos seguintes temas: Origens do 25 de Abril; Organização do Estado; Descolonização e o 25 de Abril; Cultura, Ensino, Ciência; Sociedade Civil; e A Economia Portuguesa, antes e depois do 25 de Abril.

A edição, de 148 páginas, apresenta ainda as secções 'Voz Activa' e 'Os Cantos da Casa', a primeira dedicada a autores e obras sobre a temática em análise e a segunda com extractos de artigos publicados no número especial da Seara Nova de Maio de 1974 e da edição de Agosto de 1975.



## Acusando gestão PS de «arrogante e autista»

# PCP veta Orçamento em Vila Nova de Gaia

O PCP, através do seu vereador na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, votou contra o Plano de Actividades para 1995 neste município da Área Metropolitana do Porto, liderado pelo PS.

«O Plano de Actividades e Orçamento para 1995 elaborado e apresentado tardiamente, e de forma conflitual, pela maioria socialista do Executivo é, para quem ainda tivesse dúvidas, uma prova cabal e bem demonstrativa de que o PS de Vila Nova de Gaia, ao fim de cinco anos seguidos de maioria absoluta, continua a não ter uma política autárquica que defina e aponte de uma forma clara, concreta e coerente os grandes objectivos estratégicos globais e sectoriais para a governação do Município», acusa a Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP.

Assinalando que os documentos apresentados estão minados por «diversas marcas de ilegalidade», que o Plano de Actividades para 1995 «repete e prolonga em boa parte as propostas do Plano de 1994» e não passa de «um autêntico receituário de medidas que não obedecem à materialização de qualquer política de fundo».

Há inclusivamente no Plano «sectores dos quais não consta qualquer medida concreta — os casos da Juventude, Habitação, Desporto, Abastecimento Público, entre outros», refere a Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP, acrescentando que «muito grave é o facto de, em matéria de

gestão urbanística, o Plano se limitar praticamente a reproduzir o Plano de 1994, quando se trata de uma área de intervenção de vital importância para a qualidade de vida dos munícipes, e a qual a maioria socialista devia eleger como uma das grandes prioridades do Executivo camarário».

### Comportamentos arrogantes

Acresce que «a estrutura metodológica do Plano não corresponde, em parte, à estrutura definida para o Orçamento», havendo ainda políticas concretas que «não têm correspondência no Orçamento» e rubricas orçamentais que «não constam do Plano», bem como «há discrepâncias notáveis e inexplicadas entre os montantes orçados e o valor dos objectivos planeados».

Para além destas considerações, evidencia-se que «grande parte dos investimentos previstos estão dependentes de financiamentos comunitários que, a julgar por recentes exemplos, poderão nunca vir a ser conseguidos, tendo inevitavelmente como consequência a não concretização de projectos e até a perda da respectiva oportunidade».

Considera ainda o PCP que a maioria socialista na Câmara de Gaia «vem revelando e incrementando uma lamentável inclinação para comportamentos arrogantes, autoritários e autistas, proporcionando a nível concelhio situações de todos bem conhecidas a nível nacional». São disso exemplo, segundo a Concelhia do PCP, as tentativas de bloqueio do acesso do Vereador do PCP e seus colaboradores aos dossiers e gabinetes camarários, bem como a transferência forçada do Gabinete do Vereador, bem como as múltiplas queixas judiciais de munícipes que, «não obtendo qualquer resposta da Câmara, ou respostas insatisfatórias, são compelidos a recorrer aos Tribunais».

### Os «negócios da Arrábida»

Entretanto, o vereador da CDU na Câmara Municipal de Gaia, Antero Pires, apresentou no início desta semana, em sessão de Câmara, um requerimento sobre as alegadas irregularidades da autarquia na chamada «guerra dos shoppings» e na construção do Centro de Negócios Arrábida. Diz o requerimento:

Ao tomar conhecimento das notícias publicadas no jornal «Público», em 8 de Janeiro de 1995, com chamada à primeira página e sob os títulos «Autarquia acusada de irregularidades» e «Guerra de "shoppings" estala em Gaia» e através dos quais esta edilidade é acusada factualmente do cometimento de irregularidades que se consubstanciam na violação grave e flagrante da legalidade vigente, no quadro do desenvolvimento do processo de construção do Centro de Negócios da Arrábida, o vereador da CDU solicita ao sr. Presidente da Câmara, simultaneamente titular do pelouro de Urbanismo, que esclareça o Executivo, por escrito, e no mais curto espaço de tempo possível sobre a veracidade ou não de tais acusações e, em caso afirmativo, sobre quem são os responsáveis pela autoria dos actos ilícitos.

O vereador da CDU requereu ainda que «o Departamento Jurídico da Câmara emita parecer sobre a legalidade do processo de construção do Centro de Negócios da Arrábida», esclarecendo que, «a não haver resposta breve a esta solicitação, o silêncio será por si interpretado como atitude concordante com as notícias do jornal «Público» e, politicamente, serão tiradas as devidas ilações e tomadas as medidas que a força política que represento entenda adequadas à situação».

## Encontro das Autarquias da AM de Lisboa

Realiza-se amanhã e depois, dias 13 e 14 de Janeiro, o Encontro das Autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, com o propósito de debater estratégias e políticas concertadas, com identidade local, que visem promover e apoiar o desenvolvimento do Desporto e de Actividades Recreativas Adaptadas a adultos seniores com 60 e mais anos.

A iniciativa, que terá lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, pretende reunir todos os interessados das áreas de intervenção autárquica no âmbito do Desporto, Acção Social, Saúde, Ambiente e Espaços Verdes, Urbanismo, Educação de Adultos, Cultura e Turismo, convidando-os para um debate sobre áreas temáticas tão vastas, como a motivação dos potenciais participantes, a selecção de actividades para os seniores idosos (60 a 75 anos) e muito idosos (mais de 75 anos), as estratégias de implementação dos respectivos programas, e ainda, qual a formação destes técnicos e qual o seu perfil, entre outros.

A organização é da responsabilidade dos pelouros do Desporto e Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.

## AM do Porto debate habitação

A requerimento da CDU na Assembleia Municipal do Porto, vai realizar-se, no próximo dia 16, uma sessão Extraordinária para debater os problemas da habitação no Município do Porto.

Afirma a Organização da Cidade do Porto do PCP que para preparar este debate e «tendo em conta que qualquer solução para os inúmeros problemas passa pelos poderes públicos — Governo e Autarquia, mas tem que contar também com os seus mais directos

interessados — os moradores e as suas Associações», a CDU realizou no passado sábado, na Junta de Freguesia do Bonfim, uma reunião aberta, dedicada aos bairros camarários, onde participaram cerca de 60 pessoas.

No mesmo sentido, estão a realizar-se encontros com direcções de Cooperativas de Habitação, a Associação de Inquilinos e ainda a Associação dos Industriais da C. Civil, com a participação dos eleitos municipais.

## Loures aprova Plano Estratégico

A Câmara de Loures aprovou, na última reunião do executivo, a elaboração do Plano Estratégico de Loures (PEL), sendo uma das primeiras do País a lançar este instrumento de planeamento, com o qual se pretende coordenar os esforços das entidades públicas e privadas, de nível nacional, regional e local, na execução de um conjunto de acções de natureza socioeconómica e cultural do desenvolvimento local, potenciando os factores positivos e superando as deficiências e estrangulamentos.

Mais do que uma acção de ordenamento do território, o PEL leva em linha de conta o Plano Director Municipal, já oficialmente aprovado, bem como outros instrumentos de planeamento actualmente em execução, como sejam o Plano Director das Acessibilidades Municipais, da responsabilidade da Autarquia, e o PROTAML — Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa —, da responsabilidade da Administração Central.

## O «não» da CDU em Mafra

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Mafra, ao apreciarem o Plano de Actividades e Orçamento para 1995, consideram aqueles documentos «evados de generalidades e projectos de intenções, à semelhança aliás do que tem acontecido em anos anteriores», pelo que votaram contra.

Para além de «tecnicamente mal elaborados», aqueles documentos são «imprecisos e pouco transparentes», acusam os eleitos da CDU, pomenorizando:

«O Plano de Actividades

enumera um conjunto de obras, as quais são em muitos casos a repetição do que já fora programado em anos anteriores. Outras há que pecam por imprecisão, como acontece por exemplo com a reparação e conservação das estradas e caminhos, que não são especificadas. Por seu lado, o Orçamento apresenta múltiplas e elevadas verbas na rubrica Outros, o que em termos reais se traduz por outros tantos sacos azuis sem o mínimo controlo por parte da Assembleia Municipal.»

# Associativismo do Barreiro contra policiamento «por Despacho»

O Governo Civil de Setúbal quer policiar as actividades do Movimento Associativo do Barreiro, o que está a causar grande indignação e repúdio nesta cidade de grandes tradições associativas, dado que tal representaria um grande encargo financeiro.

Assim, o Movimento Associativo do Barreiro, através do seu núcleo representativo «Ponto de Encontro», tem vindo a analisar as consequências para as colectividades da aplicação do Despacho 15/94 do Governo Civil de Setúbal, o qual tem originado algumas situações que, a continuarem, «irão prejudicar o normal funcionamento das associações barreirenses».

Nesse sentido, as colectividades decidiram solicitar o apoio jurídico da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, no sentido de ser efectuada uma apreciação sobre a legalidade e constitucionalidade do referido Despacho.

Por outro lado, vão solicitar audiências à Câmara Municipal do Barreiro, bem como ao Governador Civil, tendo em vista dar a conhecer alguns casos recentes ocorridos com algumas colectividades, bem como expressar a sua indignação pela «obrigatoriedade» de policiamento a todas as actividades que está a ser exigida.

Refira-se que a débil situação financeira das colectividades não permite suportar os custos de policiamento para todas as actividades que normalmente promovem para os seus associados.



«Os Penicheiros», uma das prestigiadas e mais antigas colectividades do Barreiro

Consideram as colectividades que a aplicação, tal como está a ser implementado no Barreiro, do Despacho 15/94, «é lesiva dos seus interesses e dos normais hábitos recreativos e culturais com grandes tradições no nosso concelho».

As colectividades vão promover um Abaixo-Assinado tendo em vista a «exigência da revogação do despacho 15/94», bem como alertar a opinião pública do concelho para aquilo que classificam de «ilegalidade» e «uma guerra contra o movimento associativo do Barreiro», pois existem informações que, no próprio Distrito de Setúbal, «sobre o mesmo Despacho existem outras interpretações».



## Equador

Um estudante do ensino secundário do Equador morreu e outro universitário encontra-se "à beira da morte" num hospital de Quito, depois de terem sido atingidos a tiro pela polícia. Os estudantes ficaram feridos em confrontos violentos com a polícia quando protestavam contra a lei que introduz o ensino da religião na educação estatal do Equador e um aumento de 33 por cento nas tarifas dos transportes. O presidente da Federação dos estudantes secundários, Elvis Moreira, acusou a polícia de se ter infiltrado nos protestos pacíficos dos jovens e agredir outros agentes "para assim justificar a repressão selvagem". O coronel Edmundo Egas disse em conferência de imprensa que os polícias têm ordens para não utilizarem armas de fogo nas manifestações, mas os jornalistas informaram que alguns polícias estavam armados com armas de grande calibre, "como nunca antes fora visto neste tipo de protestos". Enquanto isto, o bispo anglicano Walter Crespo encontra-se há mais de seis dias em greve de fome para exigir a anulação desta lei, que foi redigida pela igreja católica, a pretexto da necessidade de "uma ferramenta" para combater a perda de valores da sociedade.

## EUA

As empresas norte-americanas suprimiram mais de meio milhão de postos de trabalho em 1994 e os despedimentos continuam a ser a "estratégia" preferida pelo patronato, indica um estudo publicado em Washington. Os sectores mais atingidos pelos despedimentos são: as comunicações (7.838), os transportes (41.63), informática (41.037), serviços de distribuição (31.943). Por outro lado, metade dos postos de trabalho entretanto criados não dão condições mínimas para viver acima do limiar da pobreza.

## França

O tesoureiro do Partido Republicano francês (PR) e deputado, Jean-Pierre Thomas foi acusado por um juiz de instrução parisiense de envolvimento no escândalo de financiamento daquele partido. Thomas, foi acusado nomeadamente de responsabilidade em casos de facturas falsas, abuso de bens sociais e encobrimento de abusos de bens sociais e de abusos de confiança. Foi a primeira pessoa acusada no processo instruído pela juíza Mireille Filippini, estando ainda por apurar casos referentes ao

Chiapas esteve uma vez mais no centro da realidade política mexicana, na sequência do avanço das tropas, em Dezembro, pela zona ocupada pela guerrilha - resposta governamental à revolta dos pequenos camponeses.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional anunciou posteriormente o cumprimento de umas tréguas, com o objectivo de abrir caminho a um "diálogo sério e responsável por uma paz justa e digna para todos os mexicanos". E o presidente Ernesto Zedillo pediu no mesmo dia a suspensão de qualquer novo avanço das tropas, reconheceu como "instância mediadora" uma comissão presidida pelo bispo de San-Cristobal, Samuel Ruiz, e tomou simultaneamente algumas iniciativas no sentido de fazer baixar a tensão - a distribuição de 26.000 hectares de terras pelos pequenos agricultores da zona, a confiscação de uma propriedade com mais de 5.000 hectares - uma dimensão que ultrapassa largamente o que é permitido por lei (e cuja existência nunca tinha anteriormente sido reconhecida).

O renovar da crise em Chiapas surge em simultâneo com uma grave crise financeira, uma quebra da ordem dos 40% do peso mexicano. Para "salvar a economia", o presidente Zedillo já anunciou que serão indispensáveis "medidas difíceis".

# Chiapas A revolta camponesa e a crise mexicana

Um quadro que testemunha dos amargos frutos de doze anos de política neoliberal.

O poder de compra dos assalariados foi reduzido em 60% entre 1980 e 1992. A percentagem de assalariados que ganha mais que o salário mínimo passou de 68% em 1980 para 37% em 1990. O número de pessoas afectadas pelo desemprego ou o subemprego sofreu um agravamento de 41% desde 1988. O sector informal, onde se registam os salários mais baixos e as condições de trabalho mais precárias representa cerca de 40% da população activa.

As diferenças sociais são enormes, e acentuaram-se particularmente nos últimos seis anos. Em 1994, o México ocupa o quarto lugar, em termos mundiais, pelo número de possuidores de fortunas da ordem dos mil milhões de dólares - logo depois dos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Entretanto, 40 milhões de mexicanos vivem abaixo do limiar da pobreza. 50% das habitações não dispõem de



O exército mexicano em Chiapas

água corrente, 35% não têm saneamento básico. 25% da população activa trabalha mais de 49 horas por semana e 58% mais de 40 horas; 45% da população está excluída do sistema de segurança social.

Chiapas ocupa o primeiro lugar em números como o de

mortes por fome e 86% da sua população vive abaixo do limiar da pobreza.

Na base da revolta de Chiapas está a questão agrícola. A posse - negada - da terra, das formas de propriedade tradicionais, dos terrenos comunais, às indígenas, aos peque-

nos camponeses. Um problema comum a todo o México, um país em que o terço da população vive no campo e um quarto da população activa vive da agricultura.

O movimento zapatista vai entretanto mais longe nas suas reivindicações. Em Agosto passado, seis mil delegados de diferentes organizações e personalidades do país estiveram reunidos em Chiapas. Na sequência desta reunião foi criada a Convenção nacional democrática, que tem como reivindicações fundamentais: a justiça, a paz e a democracia, um governo de transição que organizaria as primeiras eleições democráticas do país, a convocação de um Congresso constitutivo tendo em vista a elaboração de uma nova Constituição.

## Camponeses em luta

Um grupo de camponeses ocupou o edifício da Câmara municipal de Tapachula, estado de Chiapas. Nos confrontos com as forças repressivas foram detidas e feridas várias pessoas, e pelo menos 100 crianças sofreram intoxicações devido às granadas de gás lacrimógeno lançadas pela polícia.

Os camponeses pretendem destituir o presidente Norberto de Cyves Cordoba, do Parti-

do revolucionário institucional (PRI), no poder desde 1929, cuja eleição, em 21 de Agosto passado, foi contestada por toda a oposição, alegando a existência de inúmeras fraudes.

Entretanto, o Exército Zapatista de Libertação Nacional reafirmou a sua disposição em trabalhar no estabelecimento de uma "trégua estável" que permita o reinício das negociações de paz com o governo.

## México

# Entre o «milagre» e a crise económica

O plano de urgência económica apresentado pelo novo presidente mexicano, Ernesto Zedillo, não apenas põe a nu a miragem do "milagre económico", como poderá vir a ter dramáticas repercussões nas condições de vida do povo mexicano.

Um plano de austeridade draconiana, assinado pelas organizações patronais e por sindicatos tradicionalmente controlados pelo poder, foi apresentado por Zedillo, com o objectivo de deter a queda da moeda mexicana e travar a grave crise financeira que o país atravessa.

Para tal, pesados sacrifícios são entretanto pedidos aos eternos sacrificados - os trabalhadores, a população mexicana.

Entre as diferentes medidas anunciadas, contam-se nomea-

damente a limitação dos aumentos salariais, o controlo dos preços, a redução das despesas públicas, a diminuição das importações e novas privatizações.

Na perspectiva da Frente Autêntica dos Trabalhadores (FAT), a actual situação económica resulta da política que tem vindo a ser prosseguida na última década.

Criada em 1960, na sequên-

cia das grandes lutas dos ferroviários, a FAT tem vindo a lutar pela democracia e a justiça social, até conseguir implantar-se, apesar da repressão, em 16 dos 32 Estados do país. O quadro do México de hoje, esboçado pelos sindicalistas, coincide aliás com diferentes análises sobre a situação socioeconómica do país.

Quarenta milhões de pobres (dos quais, metade vivem numa

miséria extrema) numa população de 90 milhões. Milhares de postos de trabalho suprimidos ao longo dos últimos anos enquanto 65% das empresas fecharam portas. Mais de 70% do dinheiro que poderia ser investido, é utilizado na especulação bolsista.

Segundo os dirigentes sindicalistas da FAT, a assinatura do Acordo de livre comércio norte-americano (ALENA) não correspondeu a uma abertura do mercado mas a "uma integração da economia mexicana na dos Estados Unidos". Há empresas que são transferidas do território americano para o Sul (com as consequências previsíveis para os trabalhadores norte-americanos). Mas as indústrias de ponta são instaladas nos Estados Unidos. Os 3.000 quilómetros de fronteira comum são uma imensa zona de indústrias de monta-

gem, que empregam uma mão-de-obra essencialmente feminina, mal paga e não sindicalizada.

Ao longo de todo o último ano foram-se tornando bem visíveis os indícios de um aumento de tensão social no país. Antes do mais com o levantamento de Chiapas - onde foram agitadas questões de fundo - como o poder das oligarquias, a distribuição das terras e as profundas desigualdades sociais. Em simultâneo, muitos outros movimentos sociais se foram afirmando - contra a liquidação de várias formas de protecção social, contra os aumentos das rendas de casa, o encerramento de poços de petróleo. Uma acção popular difícil, num clima de profunda violência alimentado pelos cartéis da droga.

Setembro de 1994: a assembleia geral do FMI, em Madrid, indica o México como um modelo para os países do terceiro-mundo. Só o Chile de Pinochet, aplicando zelosamente o programa de Milton Friedman, tinha feito melhor...

Dezembro de 1994: o México está em vias de não poder continuar a assegurar o pagamento do serviço da dívida. O peso perde em poucos dias 60% do seu valor, os bancos americanos sentem-se ameaçados e os capitais são rapidamente retirados do país.

É o fim do modelo.



# Tchetchénia

## Maioria dos russos contra a guerra

Símbolo claro da aposta na continuação da guerra, forças russas bombardearam a capital tchechena, Grozny, com uma chuva de artilharia e mísseis, no próprio dia do Natal ortodoxo. Segundo a agência noticiosa Interfáx, os russos estão a "usar todo o tipo de lança-mísseis e artilharia" contra o centro de Grozny. A cidade está envolta em fumo de edifícios e reservatórios de combustíveis a arder no centro industrial a cerca de quatro quilómetros do centro. O deputado russo Ayvars Lezdinsh, que se encontra na cidade, disse que os projecteis explodem à média de 15 a 20 por minuto. Moscovo terá perdido centenas de homens e dezenas de blindados na tentativa fracassada de assalto frontal a Grozny, na véspera de ano novo.

Ieltsin parece entretanto decidido em continuar a apostar numa espécie de "fuga para a frente". Um dos seus mais próximos conselheiros, Viktor Ili-

ouchine, declarou há dias que Moscovo não tem "outra hipótese senão ir até ao fim", considerando que o "passo mais sério no sentido do fim da crise seria o empenhamento das autoridades de Grozny em negociações incondicionais com Moscovo".

A indiferença face aos custos humanos da guerra assume mesmo contornos de profundo cinismo. Aos apelos de Serguei Kovaliov, presidente da Comissão russa dos direitos do homem, para "parar o massacre", o presidente russo respondeu que apreciava esta solicitude para com as populações "mas, em matéria de direitos do homem, não basta chorar sobre a duração da vida"...

Entretanto - e uma vez mais - as populações são de facto as grandes vítimas da guerra.

A 30 quilómetros de Grozny, na cidade de Chali, cerca de vinte pessoas foram mortas no mercado. Em Tchiri-Iourt, vinte quilómetros a sul da capital tchetchena, dois aviões milita-



Manifestação, em Moscovo, contra a intervenção militar na Tchetchénia

res russos fizeram raids sobre a estrada, passagem obrigatória para as populações em fuga para as montanhas do sul da República.

Segundo a Cruz Vermelha, os recentes recontros determinaram a deslocação forçada de 350.000 pessoas, 200.000 das quais para zonas mais seguras

da própria Tchetchénia, 60 a 80.000 para a vizinha Inguchia e cerca de 30.000 para o Daguestão. 380.000 pessoas teriam ficado sem casa.

Na Rússia, cresce o repúdio e a resistência contra a guerra. Uma sondagem realizada em 24 de Dezembro, duas semanas após o início da intervenção militar, revela que 63% dos inquiridos estão contra o envio de tropas russas para Grozny.

Numa declaração distribuída à imprensa, o comité das mães dos soldados "exige" o fim da intervenção militar. "Não queremos que os nossos filhos se transformem em assassinos de civis do seu próprio país", afirma-se no comunicado. As mães dos soldados russos exigem a retirada das tropas da Tchetchénia, a dissolução do Conselho de segurança (que toma as decisões sobre a guerra), a nomeação de um civil para a pasta da Defesa e alterações à lei do serviço militar.

presidente do PR, Gérard Longuet, e diferentes sociedades dirigidas pelo antigo ministro da Indústria, Correios e Telecomunicações, que foi forçado a demitir-se em 14 de Outubro passado do governo por causa deste escândalo. Os financiamentos do PR, alvo de investigação judicial desde 4 de Outubro passado, tinham sido postos em causa por um juiz de Rennes, em fins de Março. Neste processo estão envolvidos vários dirigentes do PR, partido fundamental na estratégia política do primeiro-ministro, Edouard Balladur.

### Haiti

Mais um grupo de 289 refugiados haitianos foi repatriado à força para Port-au-Prince a bordo de um navio da guarda costeira norte-americana. Na sua maioria originários da cidade de Gonaives, os refugiados na base de Guantanamo (Cuba) declaram ter recusado o programa de repatriamento voluntário oferecido pelas autoridades norte-americanas por não terem casas para habitar.

Segundo Fritzman Thelisma, porta-voz do grupo, as suas casas ficaram destruídas num incêndio em Abril do ano passado no bairro pobre de Raboteau, conhecido pela simpatia dos seus habitantes face ao presidente Aristide. A semana passada, as autoridades norte-americanas, que já declararam a intenção de repatriar de forma ininterrupta os 3.500 haitianos que se encontram em Guantanamo, ofereceram 80 dólares a cada refugiado para que aceitasse o repatriamento voluntário.

### Alemanha

Menos de um terço da população activa da ex-RDA manteve o seu emprego após a reunificação, segundo um estudo do Instituto de Investigação de Nuremberg (ocidente). Entre Novembro de 1989 e Novembro de 1993, apenas 29% dos assalariados este-alemães conseguiram manter o seu posto de trabalho. Os restantes - ou seja, a maioria - pelo menos uma vez terão ficado no desemprego ou sujeitos a formas de trabalho precário. Findo este período, o desemprego oficial na ex-RDA era de 13% contra 7,9% na Alemanha ocidental. Uma diferença que de facto é ainda maior, tendo em conta as diferentes formas de camuflagem de situações de desemprego, as reformas antecipadas, e os falsos postos de trabalho, designados de utilidade pública.

# África do Sul

## ANC reafirma necessidade de rápidas mudanças

A celebração do 83º aniversário do Congresso Nacional Africano (ANC), no passado dia 8, foi um momento de reafirmação da necessidade de concretizar "rápidas mudanças na nova África do Sul". De entre as prioridades de hoje, e de par da urgência das questões socioeconómicas, o presidente Mandela e Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC, destacaram a educação e o reforço da democracia.

Como garantiu Nelson Mandela, a partir de agora o ensino será livre e gratuito "para que nenhuma criança seja impedida de entrar na escola com o pretexto de que os pais não podem pagar as propinas". Uma outra prioridade da acção política do ANC será a realização, em Outubro próximo, das eleições locais, indispensáveis para "fazer avançar a democracia".

As celebrações do aniversário do ANC decorreram pouco depois da 49ª Conferência do movimento, a primeira desde o fim do apartheid no plano político, realizada em Dezembro passado, em Bloemfontein, a cidade em que foi criado o movimento que iria dar lugar ao ANC.

Oitenta e dois anos volvidos, o objectivo fundamental do movimento - liquidar o apartheid - foi finalmente alcançado no plano político. Impõe-se segui-lo agora no complexo e decisivo domínio socioeconómico.

Esta a questão de fundo abordada em Bloemfontein, uma reunião que tinha como objectivo fundamental a definição da estratégia do movimen-

to, numa fase diferente, em que este participa da governação do país.

A interdependência entre reconstrução económica e política de reconciliação foi particu-

larmente sublinhada por Mandela. "Não pode haver reconstrução e desenvolvimento sem paz e estabilidade (...) A reconstrução e a reconciliação não são programas independentes dirigidos a grupos raciais específicos", disse Mandela, que simultaneamente referiu atrasos na implementação de um processo de desenvolvimento, vital para a maioria da população, negra, que vive de facto em condições de grande miséria (5% da população, branca, detém 88% das riquezas do país).

"Preferíamos que um maior número de pessoas pudessem sentir o impacto das mudanças sociais. E se quisermos ser sinceros teremos que admitir que a preparação e apresentação de projectos legislativos foram mais demorados do que deveriam".

A urgência da mudança e a necessidade de levar à prática os projectos e programas do ANC surgiu ao longo dos diferentes debates e intervenções da Conferência, como foi sublinhado nomeadamente nas palavras de

Tokyo Sexwale, da região de Johannesburg - "Este Congresso deve definir o que fazer para passarmos da teoria à prática, para dar ao povo os meios de melhorar a sua vida".

Um mês antes da Conferência de Bloemfontein, o Parlamento sul-africano adoptou uma lei sobre a restituição do direito à terra, que permite à maioria negra espoliada (num processo desencadeado em 1913) reclamar a restituição das terras junto dos tribunais, que terão o direito de restabelecer os direitos das famílias sobre as terras que lhes foram tiradas ou atribuir compensações.

De relembrar que, ao longo deste processo de espoliação da maioria negra, 87% das terras da África do Sul passaram para as mãos dos brancos, ficando os negros circunscritos aos restantes 13%.

Ao tomar a decisão de avançar com esta lei, o governo de Nelson Mandela ataca um pilar fundamental do apartheid, e simultaneamente dá um importante passo no sentido da resolução dos graves problemas socioeconómicos do país.

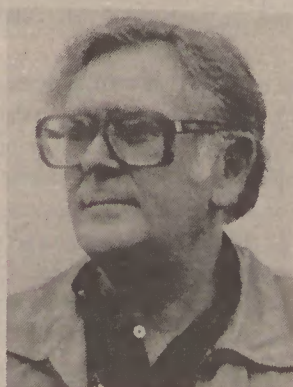
A votação desta lei surge como a mais importante decisão do governo de Mandela e marca na prática o início da aplicação do Programa de desenvolvimento e reconstrução (RDP) do ANC, que aponta como prioridades a criação de postos de trabalho e a luta contra o desemprego, a habitação e a educação.

## Morreu Joe Slovo

### Mensagem de condolências do PCP

Joe Slovo, presidente do Partido Comunista da África do Sul e dirigente do ANC, morreu, sexta-feira passada, dia 6, na África do Sul, com 68 anos de idade.

Dias antes, na 49ª Conferência do ANC, Joe Slovo tinha sido homenageado, recebendo a mais alta distinção do movimento anti-apartheid. Mandela sublinhara então que Slovo personificava "esta aliança entre o ANC e o Partido Comunista" que "continua a surpreender os nossos opositores, porque não compreendem nem as suas profundas raízes históricas nem a sua actualidade".



Joe Slovo

Por ocasião da morte do dirigente comunista sul-africano, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Sul-Africano a

mensagem de condolências que aqui reproduzimos.

Queridos camaradas, Por motivo do falecimento do camarada Joe Slovo, Presidente do Partido Comunista Sul-Africano, transmitimo-vos os sentimentos de profundo pesar e as sentidas condolências do Partido Comunista Português.

Nesta hora de luto para os comunistas e o povo trabalhador sul-africano, confirmamo-vos os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses e formulamos os melhores votos à acção insubstituível do PCSA na construção da nova África do Sul.



Texto Anabela Fino  
Fotos Jorge Caria

# (In)Segurança Social O que falta não é dinheiro!

**A** longevidade, uma das grandes conquistas da humanidade, está a tornar-se num pesadelo. Pelo menos para os que, vivendo do seu trabalho, não têm outros meios de subsistência para além dos que lhes forem fornecidos pela Segurança Social. Os sinais de perigo vêm de todo o lado: alarmistas uns, insidiosos outros, todos apontam para a inevitabilidade da falência de um sistema que, a ocorrer, deixaria milhões de pessoas entregues a si próprias, numa selva em que só os previdentes (e os ricos) têm hipóteses de sobreviver com dignidade. Será assim? A responsável da CGTP por estas questões, Maria do Carmo Tavares, pensa que não. E demonstra, na entrevista que concedeu ao "Avante!", que o problema está, não na falta de riqueza para distribuir, mas na forma como a mesma é distribuída. É isso que importa discutir, e é isso que até agora o Governo se tem recusado a fazer.

A grande preocupação que hoje se coloca à população activa, para além da salvaguarda do emprego, naturalmente, é a de saber quem é que vai pagar aos reformados de amanhã. Cada vez com mais frequência aparecem notícias alarmantes sobre a falência do sistema de Segurança Social, multiplicam-se as ofertas de sistemas complementares de reforma... Afinal, qual é a situação?

Tem-se vindo a criar um clima catastrofista, que nós rejeitamos, em relação à Segurança Social. Dizem os mais moderados que a Segurança Social está em crise e dizem os mais radicais que essa crise levará à falência deste sistema.

É preciso ter presente que muitas dessas vozes - os inimigos da segurança social - são de pessoas ligadas a grupos financeiros, cujos interesses protegem. Um dos objectivos desses grupos é justamente ir mais além dos sistemas complementares, a que nada temos a opor, ou seja, querem garantir para as suas mãos a transferência das partes rentáveis da Segurança Social.

## Que partes rentáveis são essas?

São as pensões de reforma. Por velhice, está claro. Por isso se tem vindo a criar este clima de instabilidade, gerador de receios, de forma a levar as pessoas com algum poder de poupança - e até as que não o têm! - a fazerem sacrifícios suplementares para garantir o acesso às tais 'soluções' de futuro. Este aspecto está ligado, de resto, a uma proposta apresentada pelo Governo em sede de concertação social, respeitante à criação futura de um *plafond* nas pensões e nas contribuições.

Por outro lado, é preciso também ter presente que o Governo silencia esta questão. Embora diga não partilhar desta visão catastrofista, cala-se face às análises catastróficas que vão sendo feitas. Quem cala consente, como costuma dizer-se...

O que significa que está interessado na criação desses climas de medo?

Sem dúvida. O Governo está interessado em que se crie um clima de medo e instabilidade porque pretende retirar direitos às pessoas, o que será mais fácil de fazer quanto maior for o medo. Por isso entra também no jogo. E o que é certo é que esse medo já ser-

viu este ano para tirar direitos...

## Que direitos?

A alteração do cálculo das pensões, com consequências graves para a maioria dos pensionistas - houve redução em grande número de pensões -, o aumento da idade de reforma das mulheres para 65 anos (um aumento gradual, mas um aumento) e, a pretexto da ideia generalizada de existência de uma situação perto da ruptura, o não aumento das prestações

**O problema não está no facto de as pessoas viverem mais - chega a ser arrepiante a forma como certas pessoas, ditas especialistas, falam do aumento dos velhos na sociedade, como se eles não tivessem o direito de existir! -, mas no sistema económico e social em que vivemos**

familiares. Este último aspecto constitui um autêntico escândalo, tanto mais sendo este o Ano Internacional da Família, quando o Governo deveria ter tomado medidas concretas para melhorar a vida das famílias. Não houve um único aumento de prestações - o que já não acontecia há mais de dezoito anos! - para além do Abono de Família, e mesmo esse foi um aumento ridículo, e em Junho.

## Mas há ou não problemas graves na Segurança Social?

Há problemas, sim, e têm que ser resolvidos o mais depressa possível.

Há problemas que têm a ver com o desemprego. A Segurança Social e o emprego andam de mãos dadas: se o aparelho produtivo, com a devastação de que tem sido alvo, com a destruição de milhares e milhares de postos de trabalho, está fragilizado, é evidente que as receitas que transfere para a Segurança Social se ressentem. As receitas, este ano, diminuíram. As pessoas que têm vindo a ser despedidas nos últimos anos eram trabalhadores efectivos, que deixaram de descontar para a Segurança Social, o que representa muitos milhões de contos a menos. Por outro lado, esses trabalhadores foram substituídos, de um modo geral, por outros, mas em situação de trabalho precário - o que significa que a maioria não efectua descontos -, ou por outros, os dos falsos recibos verdes.

Esta questão dos falsos recibos verdes pesa cada vez mais na Segurança Social; diz-se que os trabalhadores nesta situação ascendem hoje a mais de um milhão e os seus descontos são muito menores do que seriam noutras condições, pois incidem sobre salários mais baixos, normalmente o salário mínimo nacional. Por outro lado, as entidades patronais também não descontam o que deviam, pois trata-se de falsos recibos verdes.

A par disto, há outras situações de fraude e fuga aos descontos. Tudo acumulado, representa muitos e muitos milhões de contos desviados da Segurança Social.

Temos ainda a questão das dívidas do patronato... É curioso que quando o comum dos cidadãos tem uma dívida, os mecanismos legais são normalmente expeditos a actuar. Por que é que não se verifica o mesmo em relação às dívidas do patronato?

O que foi sempre evocado, ao longo dos anos, e que tem uma certa receptividade na opinião pública, é que isso sucedia para "salvar" postos de trabalho. É um "argumento" que sensibiliza toda a gente, até os próprios trabalhadores das empresas devedoras. Há casos em que os trabalhadores chegaram a pedir à Segurança Social para não intervir, com medo de perderem os postos de trabalho.

Ora acontece que este é um falso argumento! Durante muitos anos houve patrões que não pagaram as suas contribuições e, mais grave ainda, se apropriaram das contribuições dos trabalhadores - o que é um crime -, sem que a Segurança Social tenha mexido um dedo para saber quais as razões por que esses senhores não pagavam. Na própria Concertação, aliás, houve uma altura em que, a propósito da discussão de um diploma, a CIP se queixou desta situação ao secretário de Estado presente na reunião, considerando inadmissível que se passasse um mês, um ano, dois anos, três anos, sem que nunca ninguém, nenhum serviço, mandasse sequer uma carta a perguntar o que se passava.

O sistema de fiscalização da Segurança Social pura e simplesmente não funcionou. Ora, como é evidente, uma coisa é ter uma dívida de um mês, outra coisa completamente diferente é ter uma dívida de vários anos, ainda por cima agravada com os juros de mora.

O patronato queixa-se tanto, que até parece uma vítima do sistema...

Pois, está na moda o patronato queixar-se, mas eu lembro que o patronato tem tido, desde 1976, sucessivos diplomas para regularizar a sua situação, e nunca o fez. Esta questão é antiga, embora nunca se tenha falado tanto do assunto como agora na comunicação social. Já se permitiu que o patronato pagasse as suas dívidas de todas as formas e feitios: desde fazer acordos, desde pagar em espécie...

## Em espécie?

Sim. Por exemplo, eu, que sou representante de CGTP no Instituto de Gestão Financeira e de Segurança Social, já fui chamada vezes sem conta a reuniões para decidir que, em vez da dívida ser paga em dinheiro, fosse saldada em troca de um prédio, de uma vivenda, de uma propriedade, ou outros bens desta natureza, alguns até de pouco valor.

Este sistema levou a que a Segurança Social ficasse na posse de bens imóveis de que, posteriormente, teve dificuldade em se desfazer, vendendo-se forçada a vender a preços mais baixos. Até isso foi permitido!

Noutras alturas - e contra a opinião da CGTP -, foram perdoados juros de mora, fizeram-se contratos de pagamento das dívidas a longo prazo (dez anos e até mais), etc., etc.

O que sempre se verificou foi que, passado um tempo, os diplomas deixavam de ser aplicados. E todos os anos fomos ouvindo as mesmas promessas, do tipo "este ano é que vai ser, vamos fazer sair este diploma e resolvemos o problema das dívidas". Meia dúzia de

**A Segurança Social e o emprego andam de mãos dadas: se o aparelho produtivo, com a devastação de que tem sido alvo, com a destruição de milhares e milhares de postos de trabalho, está fragilizado é evidente que as receitas que transfere para a Segurança Social se ressentem**



meses depois, as entidades que tinha começado a pagar - em muitos casos para poderem ir buscar fundos comunitários, porque uma das condições de acesso a esses fundos é a de ter as contribuições para a Segurança Social em dia - deixavam outra vez de cumprir os compromissos assumidos.

## É um problema insolúvel?

Não. A CGTP tem apresentado propostas para resolver os problemas da Segurança Social. Para nós, esta questão é fundamental para a estabilidade e para a vida das pessoas. São milhões de portugueses que dependem da Segurança Social, pelo que é inadmissível que haja qualquer falha; velhos, inválidos, doentes, pessoas com filhos, pessoas desempregadas, em situação de viuvez, órfãos, o que têm como rendimento de futuro depende deste sistema. Esta é a situação da esmagadora maioria da população, e as pessoas contribuem para isso - é o seu seguro social...

## As pessoas trabalham e descontam para ter esse direito...

Exactamente. Por outro lado, é preciso não esquecer que a função social do Estado é a de ser reguladora da sociedade, é a de evitar que haja um acentuar das injustiças e das desigualdades... e nós sabemos como isso está longe de corresponder à justiça social. Acresce que este papel regulador é ainda um factor de estabilidade da sociedade, sem o qual se podem gerar tensões graves; uma sociedade que não assegure aos seus cidadãos uma protecção social digna, em que as pessoas não disponham de um rendimento para garantir os seus bens essenciais e vitais, acaba por ser uma sociedade de marginalidade, de exclusão, de grande pobreza, com todas as suas consequências.

É um facto que as pessoas vivem hoje mais tempo, o que se traduz num aumento generalizado dos reformados, ou seja, mais gente para receber

## Entrevista com Maria do Carmo Tavares

e menos gente para produzir. Nestas condições, este sistema da Segurança Social tem viabilidade de futuro?

Há anos que a CGTP anda a propor ao Governo que se estude fontes novas de financiamento, que se estude o aprofundamento da Segurança Social e se façam projecções em relação ao futuro, como de resto têm vindo a fazer outros países.

Os sistemas têm que ir sendo adaptados. A vida é dinâmica, não é estática, e o que foi bom há vinte ou trinta anos atrás dificilmente será bom em relação a hoje, quanto mais ao futuro!

Por isso mesmo é que defendemos a necessidade de estudar o sistema. O problema não está no facto de as pessoas viverem mais - chega a ser arrepiante a forma como certas pessoas, ditas especialistas, falam do aumento dos velhos na sociedade, como se eles não tivessem o direito de existir! -, mas no sistema económico e social em que vivemos.

O ser humano tem demonstrado que é capaz de produzir cada vez mais riquezas. Não é a riqueza que falta. O problema de fundo, é que o capital está a acumular mais riqueza, não contribuindo nada ou praticamente nada em termos de solidariedade social.

## A questão está na repartição da riqueza...

Evidentemente. Há uma exploração cada vez maior das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, o capital continua a retirar do Estado um número crescente de benefícios.

É curioso registar que, por um lado, o capital pretende destruir a função social do Estado, acabar com o alegado "paternalismo" do Estado, mas ao mesmo tempo, no que lhe diz respeito, tem uma posição totalmente inversa. Ano após ano, os dinheiros do Estado - que deviam ser utilizados para a redução das desigualdades sociais, para evitar profundas injustiças sociais como as que se verificam na nossa sociedade, para manter uma certa coesão do tecido social - têm sido desviados para subsidiar o capital. Em nome da "recuperação", do "investimento", da "criação de postos de trabalho", o capital não só tem vindo a reduzir as suas contribuições sociais como, ainda por cima, tendo ido buscar benefícios ao Estado. E desses benefícios, em termos sociais, o resultado é praticamente nulo. É uma vergonha.

## Isso está contabilizado?

Ainda este ano o patronato recebeu mais 130 milhões de contos de benefícios fiscais no Orçamento de Estado, a que há a juntar mais 25 milhões de contos que deixou de descontar para a Segurança Social. Temos ainda mais 45 milhões de contos que os portugueses vão pagar dos seus bolsos, com o aumento de 1% do IVA, enquanto ao patronato o IVA é reduzido 0,75%... e só não foi uma diminuição de 3%, como o patronato queria, devido à grande oposição da CGTP. E todos sabemos que o IVA, sendo um imposto indirecto, é dos mais injustos que existem, pois todos pagam da mesma forma, independentemente dos seus rendimentos. Um rendimento elevado não se esgota no consumo, mas um baixo rendimento vai-se quase todo nisso.

É isto o que não se quer discutir. O que não se quer reconhecer é que o que está em causa é o sistema económico e político, a injustiça social, a forma como se partilham os bens existentes.

Em vez disso, desenvolvem-se as tais teorias alarmistas sobre a sociedade de amanhã, que vai ter tantos reformados... Naturalmente, se as riquezas fossem bem distribuídas, com justiça, tal problema não se colocava.

É por isso que o Governo não encara novas formas de financiamento da Segurança Social?

Naturalmente. Há mais de 15 anos que a CGTP vem a bater

nessa tecla e nunca, até ao momento, nenhum dos sucessivos governos quis encarar a questão.

Agora, com esta questão do IVA, tenta-se enganar as pessoas com a história do "IVA social", como se se tivesse inventado uma nova forma de receitas...

Qual "IVA social"? O que se passa é que o patronato deixa de pagar e a população em geral passa a pagar mais!

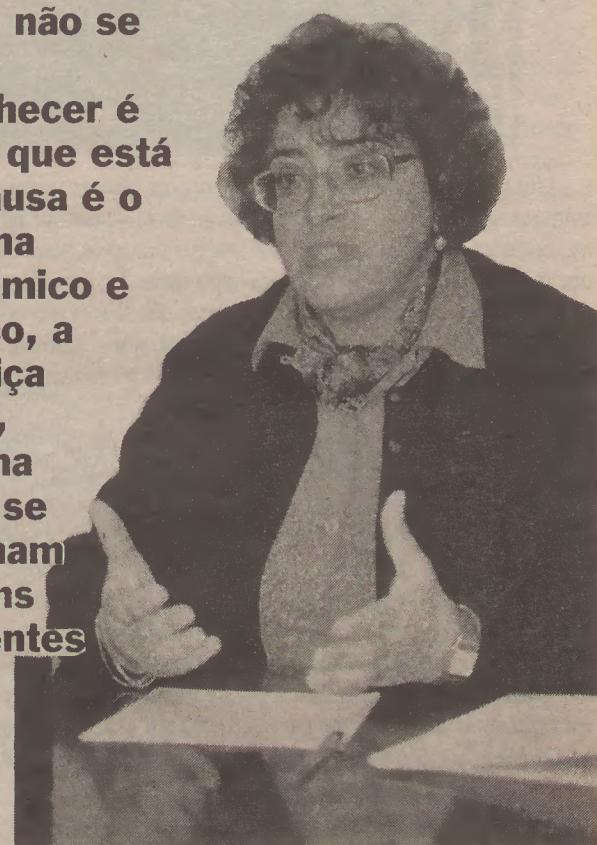
Repare-se que a CGTP não põe de parte a discussão de uma nova política de impostos. O que não podemos estar de acordo é que o patronato não assuma as suas responsabilidades. Os salários serão sempre a base fundamental do sistema de Segurança Social; já se fizeram experiências noutros países, utilizando outras fontes de financiamento e abandonando as contribuições sobre os salários, e isso não resultou, teve-se de voltar aos salários.

O que nós defendemos é que, para além dessa base, se procurem fontes de financiamento que reforcem o sistema. Nós não pomos de parte que haja um sistema misto de Segurança Social, por exemplo, um sistema de redistribuição e de capitalização. Ainda recentemente fizemos uma proposta ao secretário de Estado da Segurança Social, Salter Cid, no sentido da criação de um sistema complementar de reforma, no âmbito da própria Segurança Social. Por que é que essa actividade há-de ser explorada por grupos financeiros? Se esses grupos estão interessados, é porque se trata de uma actividade lucrativa; então, por que não há-de ser a Segurança Social, através do Fundo de Estabilização que já existe, a captar as poupanças suplementares, usando a mais-valia gerada através da aplicação desses fundos na solidariedade social, redistribuindo-os pelas pessoas com mais dificuldades?

Até ao momento, ainda não houve respostas concretas a esta proposta.

Recentemente, o secretário de Estado disse que o Governo não quer "ter o monopólio desse", antes preferindo "criar

**O que não se quer reconhecer é que o que está em causa é o sistema económico e político, a injustiça social, a forma como se partilham os bens existentes**



o espírito de que cada pessoa deve preocupar-se com a sua reforma", e que por isso foram criados "incentivos fiscais nesse sentido". Como vê a CGTP esta posição?

Em primeiro lugar, o Governo não precisa de ter o monopólio desta actividade. Cremos, no entanto, que um organismo estatal daria muito mais confiança aos cidadãos do que uma entidade privada. É difícil um cidadão pensar que o Estado vai falir... e o que não faltam para aí são exemplos de falências de grandes grupos financeiros, que deixaram as pessoas sem nada!

Em segundo lugar, uma actividade deste tipo permitiria ao Estado gerar fundos para si próprio.

Em relação aos financiamentos, por outro lado, insistimos na necessidade de encontrar novas formas que não passem, como agora aconteceu, pelo agravamento da situação dos trabalhadores. As novas fontes de financiamento têm de vir da riqueza.

É bom ter presente que não é da sua riqueza pessoal, nem dos seus lucros, que o patronato contribui para a Segurança Social. A contribuição para a Segurança Social faz parte do preço do produto lançado no mercado. Mas o capital o que é que dá, em termos de solidariedade? O que é que dão as grandes fortunas? Que solidariedade existe? Nenhuma! Por isso é que as novas fontes de financiamento têm de passar necessariamente por aí. E por isso também é que não há vontade em resolver esta questão.



# A mundialização do trabalho (1)

## Expatriação ou emigração



Um mesmo fenómeno quando ocorre com classes socialmente distantes recebe tratamentos de tal modo diferentes que até os vocábulos que o traduzem não são iguais: os quadros técnicos que são transferidos de um país para outro obrigados pela mundialização da economia sofrem a *expatriação* que suscita recompensas e cuidados assistenciais; os operários *emigram*, aparentemente por sua própria vontade e responsabilidade em busca de uma aventura promissora.

De qualquer modo, os técnicos *expatriados*, mesmo com acrescidos salários e o amparo das empresas que lhes asseguram recursos para manterem o nível de habitação, ensino para os filhos e assistência médico-social, sofrem alguns dos problemas que os emigrantes sempre suportaram sem a ajuda de ninguém. A diferença inicial é que os empresários transnacionais estão preocupados com esses quadros que fazem parte da sua máquina produtiva e estudam meios para lhes amenizar os sofrimentos, enquanto que os emigrantes, em número cada vez maior com o alastrar da miséria no mundo, ficam por conta de Deus que já não tem mãos a medir para socorrer 4/5 da humanidade desamparada.

No fim de Setembro de 94, reuniram-se na Bélgica responsáveis por grandes empresas transnacionais (como a britânica ECA — Employment Condition Abroad — e a belga M&P Consult) a fim de estudarem as consequências da mundialização da economia que exige *quadros móveis e disponíveis para serem enviados para o estrangeiro*. Impõe-se, dizem eles, a criação de um sistema eficiente de *expatriação* com tendência a reduzir os custos ao máximo. Evidentemente, os quadros técnicos que aceitam a *expatriação* ambicionam compensações que compensem os prejuízos causados às suas famílias, e que não são poucos. As empresas já têm estudos médico-sociais que acusam o surgimento de graves problemas de integração das famílias nos países de acolhimento que chegam a traduzir-se em situações de paranóia, de alcoolismo, de desagregação familiar, de depressões, sobretudo nas mulheres e nos filhos.

Uma reportagem do jornal *L'Express*, da Bélgica, de 17 de Outubro do ano passado, referia: «As empresas estão conscientes do problema mas obstinam-se em não lhe atribuir grande importância. Se 90% consideram que a dupla carreira é um problema, 5% das empresas apenas se preocupam com uma verdadeira política para enfrentar as questões graves... «Um director de uma grande empresa aeronáutica francesa declarou: «A integração do conjunto familiar no país de acolhimento não é nosso problema». E isto», continua o entrevistador, «depois de ter referido o caso de engenheiros expatriados que tiveram de ser repatriados por razões de saúde mental». Como se vê, os trabalhadores, mesmo com os privilégios de técnicos não passam de objectos para a

maioria das empresas. E isto é revelado por organizações multinacionais, não por sindicatos.

A maioria das empresas só faz cálculo dos custos e prejuízos que não deixam de ser complicados. Um exemplo: a BP Oil Europe, que se espalha por 14 países, exprime o desejo de ser «*pan-europeia*» e para isto desenhava um tipo de contrato, o «*Eurocontrato*». Parte do princípio de que a Europa pode ser considerada como *um país, um mercado, uma entidade*. O salário é expresso em ECU e pago em divisas locais. «O salário está relacionado com o Reino Unido e é superior em relação ao do país de acolhimento, mas o número de prémios é limitado: por exemplo, não terá o prémio por alojamento e nem compensações pelo custo de vida». Tudo isto é complicado por o *status* do *expatriado* é diferente do que goza no seu país e os níveis de vida variam entre os países europeus. Além disso, a «Europa social» não é semelhante em todo o território comunitário, da mesma forma como as tendências salariais, contratos de trabalho, facilidade de alojamento, pessoal para o serviço doméstico, sistemas fiscais e ainda a variação do custo de vida, existência de escolas e de centros de abastecimento, segurança social, transportes, etc. (Enfim, fica visto que o princípio de uma Europa uniforme que está na base do *Eurocontrato* não passa de um mito.) «Com um índice de 100 para o custo de vida no seu próprio país, um britânico vivendo na Bélgica terá um índice de 142% enquanto que um belga vivendo em Londres terá um de 87%. Mas se estiver em Tóquio terá de 240% enquanto que para um japonês na Bélgica o índice será de 51%. E estes índices não compreendem o arrendamento de habitação.

Para o envio dos quadros técnicos estes novos estudos recomendam uma boa preparação, uma visita prévia ao país, para depois estabelecer as condições de trabalho e assegurar uma boa comunicação entre o *expatriado* e o seu empregador. Por fim, a empresa não deve descurar a *repatriação* como uma etapa importante... (A Caixa Geral de Depósitos em França deveria meditar sobre tais deveres agora que a sua administração naquele país foi vencida pela tenacidade dos seus trabalhadores que fizeram uma greve de 35 dias em defesa dos seus direitos, mas ainda não assegurou as condições de retorno dos quadros a Portugal como recomendam os seus parceiros de alto nível comunitário.)

O Centro para Estudos Internacionais UK, em Londres, com base nas investigações do comportamento dos *expatriados* afectados pelo «choque cultural», chama a atenção para os sintomas mais frequentes:

- Desadaptação ao país, sentimento de isolamento;
- Depressão, desencorajamento, tristeza;
- Contactos exclusivos com a comunidade de *expatriados*;
- Falta de energia, necessidade de mais horas de descanso;
- Beber e comer em excesso;
- Irritabilidade, impaciência, hostilidade, tensões no seio familiar;

### ■ Zillah Branco

• Estereotipar os habitantes locais e desenvolver sentimentos de desconfiança em relação aos nacionais.

Para reduzir tais sofrimentos, que podem tornar-se mais graves e irreversíveis, recomenda:

- Conhecer melhor o país;
- Estudar a língua verbal e escrita;
- Desenvolver relacionamentos diferentes do trabalho;
- Ter confiança em si e no lugar;
- Ter um jornal que mantenha o seu anterior nível de informação;
- Acompanhar os problemas do seu próprio país para não criar um mito que o afaste dos problemas locais.

Quando se chegar à situação de *repatriação* as empresas devem preparar o quadro técnico com realismo alertando-o:

- Você e a sua família estão naturalmente mudados;
- A sua ausência no estrangeiro é considerada como um longo período de férias;
- O «*status*» social já não é o de antes;
- O conjunto familiar deve ser integrado na vida laboral;
- O salário não inclui mais os prémios e compensações;
- Você certamente idealizou a mãe-pátria no estrangeiro;
- Você sente-se afastado dos que lhe eram mais íntimos.

Algum país terá tido uma pequena parcela de tais preocupações com os seus *emigrantes*? A pergunta é ociosa, pois como se viu no início deste texto, pouquíssimas grandes empresas cuidam dos seus *quadros técnicos* como seres humanos. A mão-de-obra operária merece o tratamento dos antigos escravos; se têm problemas é com eles, se ficam diminuídos vão para o desemprego.

O professor francês JM Guéhenno («La Fin de la Démocratie»), Flamarion, Paris/93) reflecte sobre a instalação das indústrias não onde existe a mão-de-obra disponível (e eu acrescentaria, necessitada e capacidade para a produção), afirmando: «Os homens vão para o lugar onde a riqueza se cria: as migrações da pobreza, num mundo onde já não se está enraizado a um lugar senão pela imposição policial, estão em vias de se transformarem num facto maior na economia, mas também na política que será definida no próximo século». «Esta revolução da economia desvaloriza o espaço e revaloriza os homens *pela sua raridade*». Evidentemente a *raridade* corresponde a uma elite *expatriável* e não *emigrante*. Uma elite privilegiada pelas injustiças que mantêm a sociedade dividida em duas classes antagónicas.

Na mensagem de Natal de 1994, o Service National de la Pastorale des Migrants, em Paris, recorda que «para muitas famílias do mundo operário e popular não há lugar nos abrigos das nossas cidades e aldeias. O desemprego, a falta de habitação, os bairros degradados, o futuro incerto das crianças e dos jovens, marcam a vida destas famílias. Rejeitadas para as margens da sociedade, para as margens da humanidade, elas interrogam as palavras e as acções de cada um de nós que está comprometido em diversas organizações de trabalhadores, associações de solidariedade, colectivos que nos bairros actuam para que o homem nunca mais seja humilhado. Para muitas destas famílias, nomeadamente famílias imigrantes, não há lugar em parte nenhuma. O direito a viver em família, na Europa, foi posto fora das leis. Os jovens destas famílias da imigração pagam um pesado tributo ao insucesso escolar, ao desemprego, ao futuro sem saída... A humilhação destas famílias também é nossa».

(Conclui na próxima edição)



# A Saúde Ocupacional em situação de crise

■ Carlos Silva Santos (\*)

Num quadro de crise da saúde ocupacional em Portugal, com retrocessos desregulamentadores e liberalizantes das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho, continua por ratificar pelo Governo a Convenção nº 161 e a Recomendação nº 171 da OIT de 1985 e verifica-se que as directivas da Comunidade Europeia neste âmbito continuam a não ser acolhidas pela legislação portuguesa ou a sê-lo tardiamente.

Cabe aos trabalhadores o papel essencial na defesa da sua saúde nos locais de trabalho. É urgente a regulamentação de aspectos essenciais ao desenvolvimento da saúde ocupacional e da melhoria das condições de trabalho, como a definição da formação e estatuto dos profissionais da saúde ocupacional, o enquadramento da participação dos trabalhadores no acompanhamento dos serviços de saúde ocupacional e no controlo das condições de trabalho.

## O valor social do trabalho - a evolução recente

Os progressos continuados da valorização do trabalho humano são facilmente identificáveis quando comparamos situações tão diferentes e afastadas como o trabalho escravo da antiguidade, o trabalho independente dos artesãos da Idade Média e o trabalho assalariado da «revolução industrial». É, no entanto, nos finais do século passado que se verifica a mudança mais significativa do ponto de vista cultural, económico, social e político com a formalização dos direitos laborais incluindo o direito à higiene e segurança nos locais de trabalho e à reparação dos acidentes e doenças profissionais. Tal progresso é suportado pelo contributo dos técnicos, médicos e outros, de filósofos e políticos humanistas e tem como motor fundamental a acção dos trabalhadores organizados em sindicatos.

A valorização do trabalho humano como factor de produção vivo atinge a maior ênfase nos períodos pós-guerras mundiais, onde se conjugam os factores de forte progresso económico e significativa falta de mão-de-obra.

O contributo positivo de filósofos e regimes políticos que colocavam os trabalhadores no centro da sociedade não está avaliado, no entanto é comumente aceite que, no «mundo ocidental», a valorização do trabalho humano foi influenciada pelo que se passava nos países socialistas. Há quem veja no actual retrocesso dos direitos dos trabalhadores, um pouco por toda a Europa, uma das consequências marginais da derrocada dos países socialistas.

O trabalho foi e é alavanca essencial, determinante do desenvolvimento da humanidade.

Foi pelo trabalho que se emancipou a espécie humana e é pelo trabalho que cada indivíduo se afirma, se desenvolve e se realiza. Por isso se pode afirmar que o valor do trabalho humano está longe de ser completamente reconhecido e valorizado nas nossas sociedades actuais e, paradoxalmente, assistimos a retrocessos verdadeiramente bárbaros.

Na perspectiva da saúde e do bem-estar dos indivíduos e das sociedades ninguém deve ter dúvida em considerar o trabalho como factor de saúde e bem-estar físico e mental. No entanto, o mesmo não poderemos dizer das más condições em que o trabalho é exercido, a quem devemos atribuir a responsabilidade pelos diversos riscos para a saúde presentes nos locais de trabalho.

De realçar que o trabalhador, qualquer que ele seja, quando estabelece o seu contrato de trabalho, quando vende a sua força de trabalho, coloca também a sua saúde nas mãos do patrão ou empregador. Ficando estes como fiéis depositários de um valor sem preço.

## Relações trabalho - saúde Sinais de crise

As condições de trabalho, genericamente, podem desencadear efeitos positivos ou negativos sobre a saúde dos trabalhadores, mas é sobre a última componente que nos debruçamos com mais atenção.

As doenças profissionais e os acidentes de trabalho sendo as consequências ou riscos mais visíveis não representam mais que a ponta do «iceberg» comparado com o vasto grupo das doenças relacionadas com o trabalho. Esta reflexão torna-se necessária

quando alguns pretendem reduzir os efeitos negativos das más condições de trabalho aos acidentes e doenças profissionais, absolvendo as empresas e locais de trabalho aparentemente «limpos», equipados com meios de trabalho modernos e seguros. Chamamos a atenção para o vasto leque de factores de risco psico-sociais ligados à organização do trabalho e ainda insuficientemente valorizados.

É notório que na sequência da crise económica em curso se verifica uma desvalorização do trabalho e dos trabalhadores através de medidas políticas, legais e económicas que promovem a insegurança no emprego, o desemprego, a reforma precoce e outras formas de afastamento do trabalho, a flexibilidade e mobilidade compulsiva, etc.

A instabilidade de produção, a mutação organizativa de forma explosiva ou mesmo impulsiva tornou-se comum, nomeadamente nas grandes empresas dos sectores produtivos industriais ou nos grandes serviços.

Perante as dificuldades a receita tornou-se universal: dispensar o meio de trabalho vivo, os trabalhadores.

Acompanhando este sintoma de crise outros aparecem como a parcelização das grandes empresas transformando-as em verdadeiras mães-galinhas à volta da qual giram as empresas-filhas, autónomas e ao mesmo tempo independentes e interdependentes. Muitos argumentos de natureza económica e de gestão poderão ser aduzidos, no entanto, e numa perspectiva de saúde ocupacional, o que se verifica é uma desresponsabilização da empresa-mãe não só pelo futuro dos trabalhadores mas muito particularmente pela sua



saúde. A imprensa tem dado conta de situações concretas de graves acidentes laborais em que o responsável da empresa-mãe se apressa a declinar responsabilidades na empresa empreiteira, subcontratada.

Entre os sinais de crise da empresa deve incluir-se a prática de desmantelar, entre outros, os serviços de medicina do trabalho e saúde ocupacional.

## Implicações importantes

Como principais consequências, podemos apontar a manutenção de altos níveis de morbilidade incluindo a sinistralidade e as doenças profissionais. Promove-se a insatisfação profissional, coarcta-se a realização pessoal e agrava-se a conflitualidade laboral expressa e subterrânea. Entre os trabalhadores em geral, e os quadros em particular, os sinais de usura tornam-se aparentes e os

quadros clínicos de esgotamento começam a evidenciar-se. A crise nas sociedades como nas empresas está associada, desde sempre, aos refluxos das actividades de Medicina do Trabalho/Saúde Ocupacional.

É, no entanto, nestes períodos de crise que mais se faz sentir a necessidade da medicina do trabalho correctamente desenvolvida.

A organização da Saúde Ocupacional em Portugal está em fase de regressão, realçando-se os seguintes factores concretos e recentes:

1. O Governo publica legislação desregulamentadora fugindo ao cumprimento integral do acordo e à lei de bases sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

2. O aparelho de Estado, nomeadamente ministérios da Saúde e do Emprego, já de si com actividade reduzida, entra em colapso.

3. Os patrões e empregadores aproveitam a oportunidade para alijar responsabilidades reduzindo os encargos com a segurança, higiene e saúde no trabalho.

4. O mercado de trabalho apresenta uma plethora de trabalhadores desempregados ou à procura do primeiro emprego, disponíveis para aceitar condições de trabalho gravosas e, em algumas situações críticas, para «transaccionar» a sua saúde a troco de acréscimos de salários ou outros benefícios.

5. A organização sindical dos trabalhadores manifesta-se impotente para alterar o estado das coisas, preocupa-se prioritariamente com a sobrevivência dos postos de trabalho e com a salvaguarda do nível de rendimentos.

O papel principal dos Serviços de Medicina do Trabalho (SMT) é melhorar as condições de trabalho. Para tal, usa metodologias apropriadas de vigilância médica e técnica. O SMT não é um serviço executivo ou operativo das empresas mas desempenha um papel essencial de assessoria, da administração e dos trabalhadores, pelo que é imprescindível a sua íntima ligação orgânica e funcional com as estruturas da empresa.

As grandes empresas que encerram os seus Serviços de Medicina do Trabalho e os entregam a empresas de serviços, estão a limitar a real capacidade de intervenção dos técnicos de saúde ocupacional.

As empresas prestadoras de Serviços de Medicina do Trabalho, como entidades exteriores, ficarão com o papel eventual de consultoria e serão produtoras de «excelentes» (ou não) exames médicos, eventualmente em grandes quantidades mas de interesse questionável para não dizer limitado, e de «excelentes» relatórios técnicos de nula efectividade.

As empresas, ao «afastarem» os Serviços de Medicina do Trabalho, «protegem-se» da sua intromissão na liberalização e mesmo degradação das condições de trabalho.

Já é difícil a actividade de um Serviço de Medicina do Trabalho quando faz parte integrante da empresa. Mais difícil se torna quando são empresas terceiras, exteriores, a prestar serviços.

A participação dos trabalhadores e o seu acesso à informação produzida pela empresa de SMT subcontratada irá ser dificultada e a desresponsabilização será a regra. As empresas prestadoras de SMT têm o seu lugar quando se tratar de pequenas e médias empresas sem possibilidades de organizar os seus próprios serviços.

Reafirma-se, em jeito de conclusão, que, mais, uma vez, e no presente período de crise, cabe aos trabalhadores e seus representantes tomar a iniciativa de defesa da sua própria saúde.



Sector Artes e Letras de Lisboa do PCP acusa:

# SEC põe em cena novo atentado ao Teatro

Em documento recentemente tornado público, a Direcção do Sector das Artes e Letras de Lisboa do PCP contesta frontalmente o tipo de apoio do Estado à actividade teatral, decidido pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) através de um «concurso», no mínimo, discutível, onde imperou a «clandestinidade» e a nebulosidade de critérios.

«A primeira constatação a fazer ao concurso para o apoio do Estado à actividade teatral, que pressupunha orientar um novo ciclo na vida do Teatro Português, é que se baseia em normas já inadequadas em 1990 e que o Estado não teve tempo, ou não quis, repensar. A verdade é que a SEC não atribui qualquer importância às normas, pelo próprio facto de não serem seguramente para cumprir, como não atribui qualquer importância à transparência e à justiça de distribuição de dinheiros públicos e ainda menos ao desenvolvimento teatral ou ao benefício cultural das populações», acusa o documento, acrescentando:

«A novidade deste concurso é uma acentuada tendência para a clandestinidade. Organizou-se através de auscultação de algumas companhias em reuniões cuja convocatória não se sabe quem promoveu, nem através de que critérios de selecção. Teve a vantagem de, mesmo antes do prazo de encerramento dos concursos, já ser possível saber através dos jornais quais as companhias contempladas», pormenoriza o texto, que explica, no que toca a Lisboa:

«Na última fase do concurso referente ao distrito de Lisboa ao qual foi atribuído dois dias para concorrer, é manifesta a intenção de deixar de fora as estruturas não convocadas e como tal não alertadas. É um concurso dependente da conveniência, simpatia e da vontade do SEC.»

## Lisboa contra província

A segunda evidência do concurso é «o propósito de fomentar a oposição entre Lisboa e a província», declara o Sector das Artes e Letras de Lisboa do PCP.

«Sempre defendemos – diz – o apoio à prática teatral longe da capital, forma de proporcionar a todos os portugueses o direito de acesso a esta arte. O processo por que se pretende promover a descentralização parece-nos, porém, equívoco. A distribuição geográfica por distritos é uma falsa estratégia. Não sendo as verbas elásticas, como afirma o SEC, não se definem prioridades. Não se inventariam espaços disponíveis ou a recuperar. Não se tem em conta a dotação em equipamento. Não se estabelecem as normas de conjugação de esforços entre o Estado, as autarquias e as companhias.»

E interroga:

«Não se sabe se o mais importante é a distância em relação à capital, se o número de habitantes da região, se a existência de infra-estruturas, se a existência de núcleos profissionais de actividade regular ou a prestação de serviços a clientelas. Não é claro

o empenhamento da SEC na edificação de novos espaços ou recuperação de antigos, ou com que verbas se farão. Só quem circula com os seus espectáculos por este País pode avaliar a progressiva degradação dos espaços de intervenção teatral e a inexistência do equipamento mínimo indispensável para realização das exposições.»

## O desprezo puro e simples

A terceira evidência é «o propósito de demissão da SEC das suas responsabilidades de manutenção em actividade das estruturas de criação teatral». Aqui, afirma o documento:

«Claro é que se pretende que essa responsabilidade seja progressivamente atribuída às autarquias e que as companhias atinjam a independência financeira quer pelo apoio de mecenas, quer pela venda das suas criações. Mas o Estado continua escandalosamente a ser o maior concorrente e o maior beneficiário do apoio do mecenato, cujo esquema controla e ao qual chega antes de qualquer estrutura de produção.» E acrescenta:

«A atribuição de importância aos rendimentos de bilheteira das companhias é inequivocamente uma estratégia de má-fé, conhecendo-se como se conhece o profundo divórcio das populações das práticas culturais; sejam elas de teatro, cinema, de leitura, de música clássica, de exposições, de visitas a museus, etc.

«A própria SEC reconhece a qualidade do Teatro Português e também que muitas vezes o público não vai ver obras de reconhecida qualidade», assinala a nota, sublinhando:

«O que a SEC não reconhece é a sua responsabilidade na geração de públicos, na criação de apetências culturais, na divulgação dos eventos artísticos. O Estado demite-se da sua função de melhorar a qualidade de vida do povo português e mais uma vez procura hipocritamente fazer crer à opinião pública que a inexistência de público para o teatro se deve à incapacidade das próprias companhias.» E frisa:

«O Estado reconhece, citamos o preâmbulo das normas, ... "que os empreendimentos teatrais realmente importantes nascerem não da vontade do Estado mas da iniciativa e total entrega de todos aqueles que ao teatro dedicam a sua vida". Resta-nos acrescentar que alguns empreendimentos importantes nasceram mesmo contra a vontade do Estado.

«A SEC, por exemplo em relação a Lisboa, reduz ao mínimo

as companhias da capital, e apenas contempla outro concelho, esquecendo candidamente estruturas que, preenchendo a totalidade dos "factores valorativos" na análise dos projectos previstos no Art.º 12 das Normas, são construção de autarquias que a SEC marginaliza, por meras razões de política partidária.

«Contrariando relatórios, directivas e resoluções da União Europeia, quer do Parlamento, da Comissão ou do Conselho de Ministros da Cultura, que claramente advertem que o "desejável surto do mecenato não deve fornecer de modo algum pretexto a qualquer alívio do empenhamento orçamental em favor da cultura", a SEC impõe uma política de substituição das suas responsabilidades pelas autarquias e pela iniciativa privada», conclui, neste ponto, o documento do sector das Artes e Letras de Lisboa do PCP.

## Como os elefantes

«Para a SEC, as companhias são como os elefantes. Se uma incomoda muita gente, duas incomodam muito mais... O teatro ou se domestica ou se combate. O povo português está desligado do teatro. Seria um gesto de violência obrigá-lo a ir a espectáculos. Assim, o mais sensato para a SEC é suprimir as companhias devagar mas continuamente para não haver muitos incómodos», ironiza o Sector das Artes e Letras de Lisboa do PCP, que acusa:

«A supressão das companhias pela subtração progressiva de meios constitui, porém, não só uma violência sobre essas companhias, mas um atentado à própria democracia.

«Concentrar meios significa também subtrair divergência de discursos, significa uniformizar.» E, aqui, o documento põe o dedo na ferida:

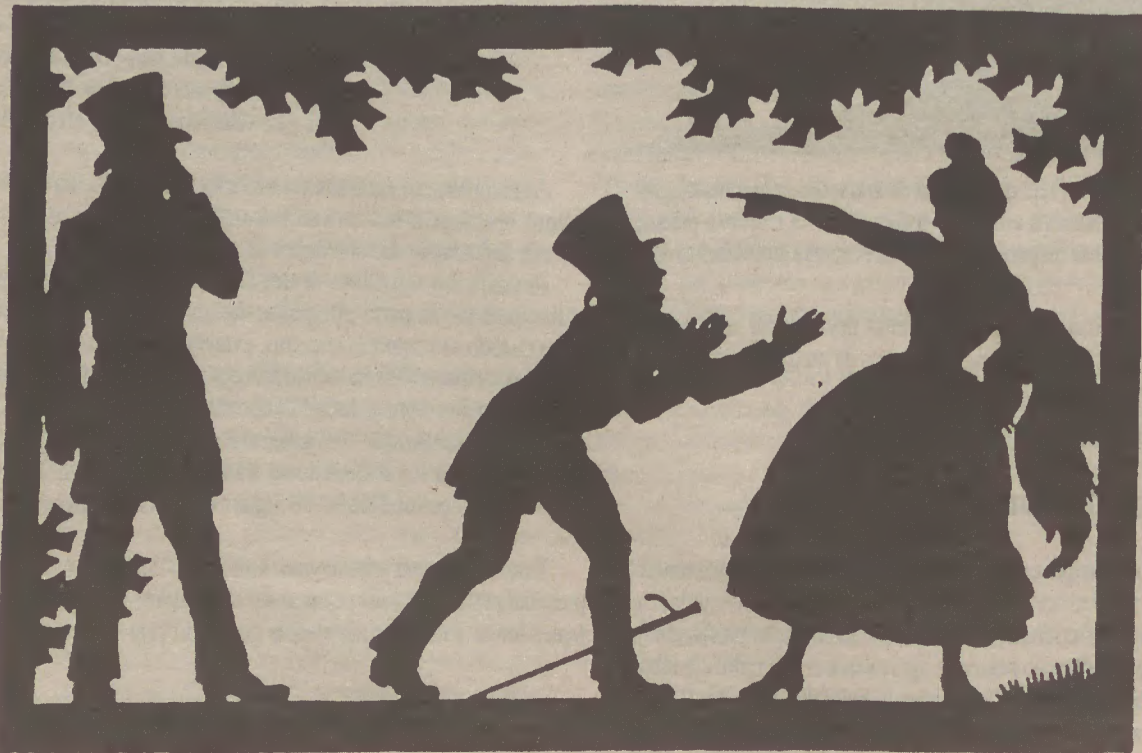
«Como as regras nada significam – observa – e não sabemos quem define a qualidade ou as outras virtudes dos espectáculos, a supressão de subsídios transforma-se rapidamente num controlo ideológico, numa forma de censura.»

Aqui, os pormenores são particularmente sórdidos, como denuncia o texto:

«Não obstante afirmar no Anexo ao Despacho Normativo n.º 100/90 que "exige-se, por outro lado, igualmente estabilidade profissional e transparência nos vínculos laborais e consideram-se, ainda, outros componentes da cultura e da acção teatral, tal como os prémios (...)" é a própria SEC que permite e incentiva, através do seu procedimento Teatro Nacional D. Maria, os contratos de trabalho independente, contrariando frontalmente a lei, precarizando a situação dos artistas, sobrecarregando brutalmente as suas obrigações fiscais e de prestações para a Segurança Social e retirando-lhes qualquer hipótese de fundo do desemprego. E é ela própria que, depois de fazer dos Prémios Garrett em primeiro lugar um processo de controlo das suas clientelas, acaba, vergonhosamente e envergonhadamente com eles.»

«O mesmo se diga – acrescenta – da iniciativa Cidade Capital do Teatro estrondosamente anunciada, que depois de uma existência hesitante e repetitiva, fazendo por exemplo de Coimbra Capital do Teatro durante dois anos seguidos, em 94/95 acabou, pura e simplesmente, com ela.»

Quanto à questão das audiências, «já é de si mal estudada, descontextualizada de toda a realidade social e cultural do País», a SEC, ao determinar a lotação das salas e a percentagem da sua ocupação, «cria as condições para que a estratégia dos grupos e companhias seja cada vez mais a de ocupar pequenos espaços, com companhias pequenas, inviabilizando desta forma a criação de grandes espectáculos, com textos de grande qualidade, mas considerável número de personagens», conclui o documento do Sector das Artes e Letras de Lisboa do PCP, reclamando «uma efectiva política de apoio à produção e fruição na área do teatro e nas outras áreas da vida cultural portuguesa».





# Introdução à (manipulação) política

■ Pedro Ramos  
de Almeida

**1. A análise e o estudo específicos do Estado e outras formas do poder público ou político classista, em Portugal e no mundo – modernas, históricas e tradicionais; nacionais e internacionais; unitárias e federais – parecem estar em risco de desaparecer do ensino secundário...**

E isto, mau grado o carácter sumário e o conteúdo modestamente democrático e abrilista do programa da cadeira de Introdução à Política: uma disciplina que já hoje reúne nas suas aulas uma parcela mínima da população escolar daquele ramo de ensino.

Largos sectores da juventude virão agora a ser, se assim se pode dizer, mais afastados ainda de qualquer grau de conhecimento académico formal relativo à acção política e às formas e conteúdos do exercício do poder.

E tudo isto apesar da relevância (ou por causa dela?) que a aproximação, controlo e intervenção no Estado e outras organizações públicas, pelas largas camadas populares, tem vindo a despertar no conjunto das ideologias democráticas modernas. Porque esse não-secretismo dos órgãos do poder e da acção política é a via do reforço do aprofundamento e extensão da democracia participativa: porque ela é a base orgânica e pública da acção de massas, essencial ao avanço e defesa do movimento trabalhador pela liberdade e a igualdade, portuguesas e europeias; e um caminho para a própria superação revolucionária, nacional e internacional, da crise do mercado e do modo de produção capitalistas e monopolistas.

Sob Salazar, como com Caetano, durante dezenas de anos, a «Organização Política e Administrativa da Nação» – ou seja, na concepção corporativa: o Estado, a ditadura salazarista ou caetanista – foi uma cadeira, primeiro, creio, do 7º ano, e depois dos 6º e 7º anos, do 3º e terminal ciclo do ensino secundário (actuais 10º e 11º anos). O que a ditadura salazarista pretendia com ela era corroborar a acção de propaganda, a que se entregava junto da juventude, das concepções antidemocráticas, fascistas e colonialistas da vida, da sociedade e do Estado – visando, pelo menos, a neutralização e passividade políticas da mais dinâmica força etária das camadas populares.

Mas para quem, falando, quer fazer calar os jovens, este modo de actuação é sempre contraditório – que a tese opressiva, em factos ou em palavras, numa sociedade antagónica, é sempre a primeira razão de ser do aparecimento e desenvolvimento da antítese... Foi assim também que a luta popular sob várias bandeiras cresceu em todos os terrenos e vingou revolução, vencendo tanto o colonialismo e a guerra colonial em África, como a opressão fascista em Portugal.

Por isso, nem sequer devemos considerar com pessimismo as consequências do secretismo e silenciamento que fizeram com que, a partir do final dos anos setenta, a disciplina de Introdução à Política apenas fosse currículo em Cursos complementares nocturnos, liceal e técnico, e outros cursos intensivos aparentados. E mesmo assim, regra geral, com carácter de opção... Que quem teme o ensino, teme de facto a generalização e avanço da procura e da prática da verdade. E isso é já indicação de que os dias dos erros e crimes opressivos começaram a ser contados!

Tal como é de prever que nos próximos anos – se o Governo PPD-PSD-Cavaco tiver tempo, vida e votos; ou se for o PS, outra vez ele, a continuar a confinar-se a um papel de contrapeso alternante, no rotativismo monopolista e neoliberal – será de prever, dizíamos nós, que os regimes políticos; a defesa da democracia e a condenação da autocracia; os direitos, liberdades



e garantias; os sistemas eleitorais mais sérios e menos sérios; a história constitucional portuguesa nos séculos XIX e XX; a comunidade internacional e a sua evolução; a paz e o risco de guerra, etc., etc., tendam no seu conjunto a sumir-se totalmente do ensino secundário. E, oficialmente, ninguém estranhará. Como se fossem assuntos falecidos e definitivamente enterrados, ou que não devem ser discutidos.

Deve ser o new-look a moldar o ensino nacional! Que o nosso papel será produzir cada vez menos e consumir mais e mais tudo o que os outros nos queiram vender... Nem que para isso se tenha de penhorar a par da soberania, as terras, os céus, as minas, os rios, as vinhas, os mares, os peixes; os velhos e os jovens; o trabalho e o repouso; o passado, o presente e o futuro.

**2. Sob a ditadura salazarista, a juventude conheceu, durante decénios nas escolas, liceus e faculdades, o regime do livro único, do «livro adoptado», do livro encomendado, orientado e imposto pelo Estado, de acordo com os seus interesses políticos e ideológicos.**

Foram anos e anos de obscurantismo fascista, precedidos de séculos de monopólio escolar exercido pela Igreja.

Hoje, na sequência do 25 de Abril, a via democrática não passa certamente pelo livro obrigatório.

Mas em Introdução à Política – e logo nesta cadeira – há uma novidade: há cerca de dez anos que o Ministério da Educação faz acompanhar as perguntas dos pontos de exame com uma folha, destinada aos professores, de «sugestões de correcção», às vezes formuladas sob a forma «devem ser aceites», «a resposta deverá desenvolver, entre outros», «podem entre outros mencionar-se»... Não há livro único, mas há respostas pelo menos recomendadas!... E respostas que influirão não só na correcção das provas como, no futuro imediato, tenderão a condicionar o ensino ministrado.

Alguns exemplos de respostas favorecidas pelo Ministério da Educação, sobretudo em questões de relevância nacional, ajudarão a que se entenda melhor o plano inclinado antipedagógico e antidemocrático em que se deixou envolver sectariamente este órgão de poder. (E afinal, até quando é que se não vai usar o mesmo método, por exemplo em História e Filosofia?)

Em 1988, o Ministério da Educação interroga, na época de Julho (1ª chamada) sobre «três factores “que contribuíram” para a queda do regime saído da revolução (!?) do 28 de Maio de 1926». Esse regime, entenda-se bem, seria, não a Ditadura Militar que se prolonga até aos anos trinta, mas já o próprio regime salazarista! E na resposta ministerial assentasse no «progressivo isolamento político, degradação da situação económica, guerra colonial». Enfim: foi uma revolução, uma grande acção de massas militares e civis, que era a expressão da pura e simples degradação caetanista, sem qualquer avanço referível de luta e união populares, civil e militar! Coisas...

Em 1989, 1ª fase, 2ª chamada, o Ministério quer saber «quais são os factores sociopolíticos e económicos favoráveis à institucionalização de um regime ditatorial». A resposta recomendada é inquietante de vacuidade: «Crise de valores, de identidade, de instituições; instabilidade económica, política, social, ideológica»... Segundo o Governo, a ditadura está mais perto do que parece...

Em 1991, 1ª fase, 1ª chamada, o Ministério preocupa-se então com a «viciação eleitoral», cuja definição requer. Quanto a ele, é simples: «A viciação eleitoral consiste no desencadear actos com vista a adulterar os actos eleitorais. Actos esses por vezes (!!!) proibidos por lei». A negação da liberdade eleitoral é praticamente legítima. Desde que não «desencadeie actos», desde que não vá «adulterar os resultados»...

Em 1993, 2ª fase, os alunos são convidados a comentar «as limitações impostas pelo Artigo 124º da Constituição da República Portuguesa ao princípio do sufrágio universal», que nas eleições do Presidente da República são reservadas aos recenseados no território nacional, devendo o voto ser exercido presencialmente... O aluno «deve pronunciar-se sobre essas limitações»... À distância, é um convite à utilização da valsa dos dois milhões de emigrantes e das restrições de que são vítimas; dos portugueses que são, que não são, que nunca foram, que estão longe, e cujos votos se arriscam a naufragar entre milhares de chapeladas, longe de qualquer fiscalização constitucional!

Em 1994, 1ª fase, o Ministério distingue autorizadamente a democracia da autocracia: na autocracia, diz ele, «o poder público reside num indivíduo ou num número restrito de indivíduos, que o utiliza em proveito próprio, ao passo que em democracia a autoridade fundamenta-se no povo e é exercida por representantes eleitos». O Adolfo Hitler, que em 1933, na República Alemã, chegou ao poder por eleições, o que é que era? Perguntar é dar a resposta: um democrata. São as eleições que fazem democratas.

Criminoso de guerra foi mais tarde. Os tempos é que mudaram. O Hitler, à partida, era outra coisa. Manipular também.



**Hierarquia católica não denuncia abertamente**

## As estruturas do pecado

■ Jorge André

Para evitarmos críticas que possam degenerar em radicalismos injustos, digamos, simplesmente, que **quase nunca** as posições que a hierarquia católica declara acerca dos problemas sociais são mais importantes do que aquelas que, em segredo, a direcção da igreja efectivamente assume. Só de tempos a tempos a doutrina social católica aborda de frente questões como as da luta de classes, da injusta distribuição das riquezas ou da existência, nas sociedades consumistas, de verdadeiras «estruturas de pecado» caracterizadas pela avidez exclusiva do lucro pela sede de poder.

Nas «Reflexões para o Ano 2000» à que João Paulo II já não escreveu mas que são obra de uma comissão de redacção pontificia, com amplos poderes, presidida pelo cardeal Ratzinger à nem sequer são mencionadas estas reflexões do papa, tão glosadas na altura, em 1987, quando da publicação da encíclica «A Solicitude Social da Igreja». Sete anos decorridos não justificam tão grave esquecimento. Mais razoável será admitir que o que politicamente convinha à igreja confessar, em 1987, não serve de momento os seus interesses. Perante isto, os cardeais calam-se e fingem ignorar as realidades.

Esta conclusão eclesiástica de que, em certas fases da história, «o silêncio é de ouro» também se verifica em Portugal, nos dias delicados que estamos vivendo. Não se trata apenas, como todos sabemos, nos casos dolorosos dos vidreiros da Marinha Grande ou dos mineiros do Pejão. O poder político e o poder económico constituíram-se, claramente, em «estruturas de pecado», para utilizarmos a nomenclatura da própria doutrina social da igreja. Sem a mínima dúvida que a Conferência Episcopal Portuguesa se encontra a par das verdadeiras dimensões da miséria e do desemprego no nosso país, das brutais quebras de produtividade, dos salários e pensões de miséria que o patronato procura eternizar, da corrupção triunfante, do endividamento público, dos brutais e continuados atentados aos direitos da pessoa humana. A igreja portuguesa ainda tem poder, ainda mobiliza muita gente. Mas, quando colocada pela vida perante situações sociais reais, cala-se e consente, imobiliza-se e aguarda que o perigo passe.

O episcopado segue os rumos do seu destino e cabe-lhe o direito incontestado de ser ele a decidir. Mas não faz sentido que, perante o olhar cada vez mais consciente do nosso povo, os bispos se caleem quando os direitos dos humildes se encontram ameaçados e que apenas falem para defender os privilégios da própria igreja.

Quando dizemos falar queremos simultaneamente dizer agir. Não se justifica a apreçoada perplexidade do clero quando este verifica que camadas cada vez maiores da população portuguesa se afastam do mundo católico. Como não há-de isto acontecer se a igreja não apoia as suas lutas, fecha os olhos às suas aspirações e, por vezes, participa abertamente naquilo a que ela própria chama «estruturas do pecado»?

Como entender uma igreja à qual parece ser indiferente que, num pequeno país como o nosso, coexistam, lado a lado, a fome e o desemprego, ou a exploração e o trabalho infantil, com a fraude, a corrupção generalizada, a mentira como norma nas relações sociais ou as fabulosas e súbitas fortunas que acabam em escândalos que logo esquecem?

**A 14.ª Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática**

■ Manuel Gouveia (\*)

# Cooperação entre as organizações juvenis anti-imperialistas

Apesar das profundas e colossais alterações que testemunhámos no passado recente e das esperanças de curta duração que originaram em largos sectores juvenis, o nosso mundo mantém-se fragmentado e as sociedades desagregam-se com novos e não resolvidos conflitos e contradições.

A guerra fria, que dizem ter desaparecido da vida política internacional, assume novas proporções, com a reorganização das forças do capital para uma muito mais ampla exploração e dominação económica, cultural, política e militar de todos os povos.

A emergência da globalização económica neoliberal alarga a divisão entre o Norte e o Sul. A exploração pelas Transnacionais e Multinacionais tem crescido severamente nos últimos anos, destruindo as economias nacionais, reduzindo radicalmente as oportunidades de emprego e deixando os povos à mercê do capital global. Este renovado sistema explorativo global não se confina mais ao Sul, mas tem seriamente degradado a vida do povo trabalhador e da juventude do próprio Norte.

Os media e a tecnologia de informação estão convertidos em poderosos instrumentos de dominação, quer no plano cultural quer no plano da circulação de informação. As Nações Unidas encontram-se convertidas num dócil instrumento das Nações mais poderosas. A degradação ambiental não cessa, subalternizada pelo privilégio do lucro a todo o custo. A produção e comércio de armamento continua em ritmo acelerado.

## Recrudescem os ataques aos Direitos Juvenis

A juventude confronta-se com várias formas de fundamentalismos, reemergência de tendências fascistas e racistas, com o retorno do conservadorismo e das tendências neoliberais, e com várias formas de regimes ditatoriais.

Os jovens são as maiores vítimas do crescente desemprego, do trabalho precário e da degradação das condições de trabalho. O desemprego fecha as portas à vida. O trabalho precário cria instabilidade e frustração entre a Juventude. Os jovens são, cada vez mais, forçados a trabalhar horas prolongadas, sem segurança, tempos livres ou recreação. Têm visto negados os seus direitos a organizarem-se e à greve. Enquanto os empregadores maximizam enormes lucros, os salários continuam a decrescer em termos reais.

O acesso à educação está crescentemente sendo negado com a neoliberalização manifestada nos cortes nos orçamentos e privatização da educação a todos os níveis. Consequentemente, assiste-se a um decréscimo da qualidade da educação, ao crescimento do analfabetismo e à elitização do ensino.

A mesma situação prevalece no campo dos cuidados de saúde. A redução dos serviços públicos e a dominação dos monopólios sobre os medicamentos contribuíram para a degradação geral na assistência médica às populações e para a reemergência e disseminação das epidemias. Assiste-se ainda a uma irrealista, hipócrita e tantas vezes moralista e conservadora atitude para com a SIDA.

Em muitos países, um largo número de jovens está preso, muitos vão sendo mortos ou simplesmente desaparecem. Em muitos outros países, onde a repressão não é tão evidente, a juventude é privada da participação real no processo decisório e de desenvolvimento.

## Cresce a resposta juvenil

Perante esta situação, de generalizado ataque aos seus direitos e crescimento da exploração e dominação sobre os seus povos, a luta da juventude tem constituído, por todo o mundo, uma formidável resistência aos intentos do capital. Das extraordinárias lutas estudantis travadas nos últimos anos (só referir a título de exemplo, na França, Espanha e Portugal), à integração crescente, e tantas vezes de forma predominante, da juventude na luta geral dos povos, é irremovível a marca da resistência juvenil aos avanços do imperialismo na história deste início da década de 90.

Por outro lado, a contradição fulcral do nosso tempo torna-se (ultrapassando a visão meliflamente simplista da contradição entre dois blocos, duas superpotências) dia após dia, mais evidente, mais premente, para um número crescente de jovens espalhados pelos quatro cantos do globo. A contradição entre os interesses e objectivos do capital (nacional, multi e transnacional) e dos Governos que instrumentaliza, com os interesses, objectivos e direitos dos povos e, muito particularmente, da juventude.

E é destas realidades, que nasce globalmente, no plano do movimento juvenil anti-imperialista, a inversão da situação criada no início desta década, quando a dúvida, o desânimo e a desilusão enfraqueceram bastante o movimento.

Ao contrário do que nos têm tentado fazer crer, as importantes e inegáveis vitórias do imperialismo nos últimos anos e a sua força presente não puseram fim à história. Por todo o mundo, a resistência juvenil é uma realidade, bem como é um realidade o crescimento, reorganização e reforço de organizações juvenis progressistas e revolucionárias, jovens que se organizam para acelerar o ritmo das rodas da história, rumo ao futuro, rumo à libertação da humanidade.

(\*) Membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP





# A questão russa

Entre uma situação política instável e uma economia que navega à vista, é difícil fazer previsões sobre a evolução da Rússia.

"A Rússia fez um regresso espectacular à cena diplomática, por ocasião do conflito da ex-Jugoslávia... Ela lembra assim ao mundo que, apesar das suas peripécias políticas, a crise económica e a fragilidade social, é uma grande potência e que será preciso contar com ela..." Estas linhas do editorial do jornal "La Croix", de 21 de Março, ajudam a situar a realidade actual.

É sabido que os números e as estatísticas oficiais são pouco fiáveis. Apesar disso, é possível retirar deles algumas grandes linhas. A produção industrial continua a degradar-se de forma desigual segundo os sectores... a inflação, que tinha dado um salto vertiginoso em 1992 (1.345% para os preços a retalho)

continua elevada. Segundo o BERD (Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento), seria da ordem dos 300% em 1994. A taxa mensal de inflação, que tinha baixado regularmente ao longo do primeiro semestre deste ano até aos 4%, voltou a subir para os 15% em Outubro... A contracção da produção tem como consequência uma forte redução das entradas orçamentais e um considerável endividamento das empresas entre si, em relação ao Estado e aos assalariados. O governo promete que vai pôr cobro a esta situação... Mas a verdade é que actualmente ela continua a ser um facto fundamental na vida quotidiana da Rússia. São conhecidas todas as velhas e recentes disfunções, mas as reformas que o grupo de Boris Ieltsine tentou promover, inspiradas no ultraliberalismo económico, conduziram a uma perigosa desagregação social que atinge a maioria da população e que apenas beneficia uma minoria de novos ricos. A pobreza começou a atingir limiares até agora desconhecidos, o crescimento do desemprego e de um "semiemprego" ultrapassa as previsões e torna-se mesmo um problema crucial da política económica do país. A criação de postos de trabalho, nomeadamente no sector privatizado, não chega para compensar a baixa de efectivos ligada às primeiras reestruturações industriais em curso. Os jovens, os trabalhadores não qualificados, são em geral os mais atingidos. Se a Rússia não conhece as explosões sociais que seriam previsíveis, é sem dúvida porque as estruturas económicas e sociais continuam a resistir, mantendo-se alguns programas de protecção social na Federação Russa.

As mentalidades e as necessidades sociais formadas por 70 anos de regime soviético continuam a ser muito fortes e é difícil pô-las em causa. As reformas continuam a ser objecto de debates, de decretos, de contradcretos, umas vezes aplicados, outras não. A política ieltsiana, que visa a integração da Rússia no mercado capitalista mundial, não ultrapassou a sua contradição inicial: por um lado, a necessidade de ter em conta as resistências do povo russo às reformas que minam a sociedade e o Estado russo

e, por outro lado, a pressão das organizações internacionais como do FMI, solicitadas para apoiar essas mesmas reformas.

## A intervenção do FMI

O jornal "Les Echos" de 7 de Dezembro último, ao noticiar a ida do número dois do FMI, Stanley Fischer, a Moscovo, relembra claramente as condições exigidas: "Stanley Fischer pediu a Viktor Tchernomyrdine, o primeiro-ministro russo, para rever o texto do orçamento de 95, por este não lhe parecer suficiente-

mente de uma ficção. Caminha-se assim para um ainda maior agravamento da situação.

O problema é imenso. Fala-se actualmente de "segunda fase das privatizações". A primeira fase das privatizações, de carácter interno, consistiu em distribuir as acções pelo pessoal das empresas, sobretudo entre os dirigentes, ou o Estado. Até agora, cerca de metade das empresas públicas foram transformadas em sociedades por acções. Actualmente, cerca de um terço dos russos seriam accionistas de empresas privadas ou de diferentes fundos.

Está neste momento em curso uma nova fase de venda de acções no mercado, que decorre de forma hesitante. Para o Banco Mundial a prioridade deve ir para o desenvolvimento do mercado de capitais e de valores imobiliários e o capital das sociedades deve ser aberto aos investidores estrangeiros. É pouco dizer que a situação é instável. Uma situação que continua marcada, como herança do passado, pela ausência de grandes forças políticas, apoiadas em bases sociais definidas.

Em contrapartida, não faltam as ambições pessoais, as lutas pelo poder entre diversos grupos, e há ainda que ter em conta o considerável papel desempenhado pelas Repúblicas que constituem a Federação russa, regiões diferentes pelo seu peso político-económico, diferentes ainda pela forma como aplicam ou não as decisões centrais.

## A questão russa para as potências ocidentais

Para as potências ocidentais, a questão russa reside em grande medida no facto de este imenso país ser potencialmente campo aberto a enormes investimentos, e os correspondentes lucros, numa lógica de desenvolvimento capitalista, e, simultaneamente, poder vir a assumir-se como um grande concorrente no mercado mundial.

Entre os mais recentes factos da política externa russa é de referir a posição assumida face à NATO, com a recente recusa, em Budapeste, dos projectos de acordo de parceria para a paz, propostos pela NATO a Moscovo. Mesmo que as razões de política interna tenham tido aqui o seu peso, a diplomacia russa manifestou uma certa vontade de reanimar a CSCE.

O papel reivindicado pela Rússia num sistema de segurança colectiva do continente europeu obriga a repensar as relações euro-atlânticas. O afundamento da URSS, o desaparecimento do Tratado de Varsóvia, a unificação alemã, as marcadas diferenças no desenvolvimento entre o Leste e o Ocidente, tornam urgente a definição de uma nova concepção da segurança para o continente(...)

Não será necessário agir simultaneamente por uma transformação da União Europeia e pela criação de um Forum das Nações da Europa, eventualmente no quadro de uma Organização Regional das Nações Unidas, aberto a todos os países do continente, incluindo os países da CEI e as Repúblicas bálticas, se o desejarem, e que permitisse, numa base de igualdade, o debate de problemas a defrontar em comum, tanto no plano económico, como ambiental, cultural, político ou de segurança?

Raphael Vahé  
(extractos)

"Révolution", Dezembro 1994

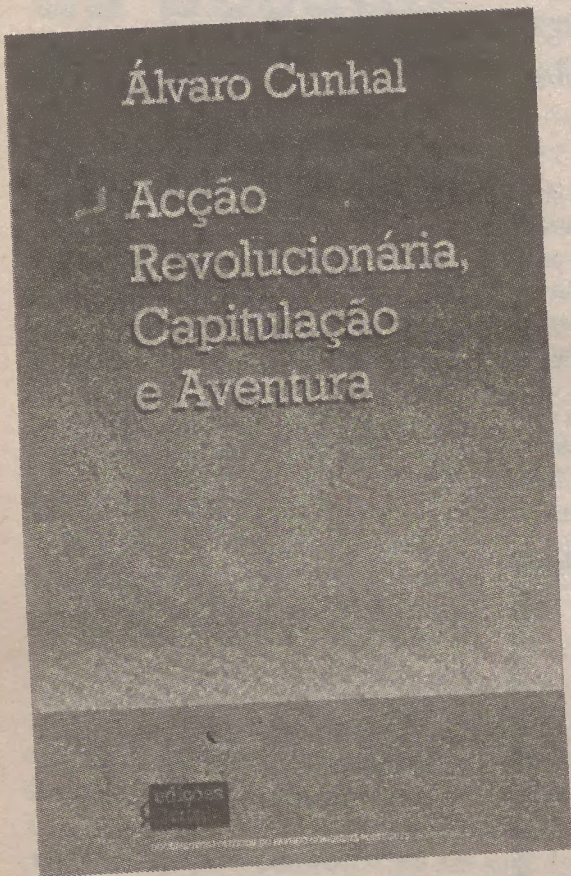


mente rigoroso. O projecto do governo russo admite um défice de 7,8% do PNB para 1995, enquanto o FMI pretende que este seja mantido entre os 6 e os 7% do PNB (...) É a oferta mais baixa que o Fundo pode fazer (...) Entalado entre o FMI e a Duma (parlamento), o governo russo não tem grande margem de manobra (...) Stanley Fischer, ao assumir uma posição categórica, reduz mais ainda essa margem: "A Rússia receberá 0 a 12 mil milhões de dólares".

À partida já muito comprimido, o projecto de orçamento para 1995 vai assim ser revisto em função das condições do FMI, o que significa que o défice deverá ser reduzido à custa das despesas sociais. Como se calcula que as entradas fiscais se ficarão pelos 50% do previsto, o orçamento de 95 não passará provavel-



## Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20.º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

**Preço: 1995\$00**

Desejo receber o livro *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para Edições «Avante!», SA  
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B  
1100 LISBOA

■ Manoel  
de Lencastre

**Stalinegrado** 6.ª e última parte

# Uma vitória que assombrou o mundo

Foi a 22 de Novembro de 1942 que a Rádio Moscovo anunciou o êxito da grande ofensiva contra as forças nazis que cercavam Stalinegrado, cujo início, como sabemos, tiveram lugar a 19. A 25, tropas de Rokossovski atingem os arredores da parte norte da cidade e encontram-se, finalmente, com unidades de Chuikov. O mundo pressentia, agora, que um grande acontecimento militar estava tendo lugar. Em Portugal, secretamente, muita gente corria aos aparelhos de rádio, à noite, esperando, ansiosamente, o anúncio mágico: «Estão ouvindo a Emissora Central de Moscovo, em sua transmissão diária para Portugal e colónias.» Então, esses portugueses conheciam a verdade.

Eis como um correspondente de guerra soviético descreveu e viu a união entre as forças de Rokossovski e de Chuikov:

«À uma da tarde de 24 surgiu de todas as estações de rádio do Exército Vermelho um enorme e irreprimível "Hurrah!". Ouviram-se, num infernal troar, disparos de todos os tipos de armas de fogo. Vozes descontraídas, nervosas, embargadas pela emoção e provenientes de diversos cumprimentos de onda anunciavam a junção das forças que haviam chegado de Norte, ao longo do Volga, com as do grupo de defensores de Stalinegrado (62.º exército) na povoação de Lotochanka. Quando os primeiros soldados de Rokossovski, ao longe, com as suas bandeiras vermelhas que se distinguiam brilhantemente na neve, os homens que lutavam na zona norte da cidade ergueram-se em massa lançando-se contra o inimigo. Ordens transmitidas pela rádio sugeriam que as formações dos dois grupos de tropas se unissem pela libertação das ruas e dos bairros operários de Stalinegrado, à volta da gloriosa fábrica de tractores — o que veio a conseguir-se poucos dias depois.»

## Finalmente

A 16 de Dezembro, Jukov ordenava o arranque da segunda fase da ofensiva do Exército Vermelho. Travessando o Don completamente gelado, as tropas de Gulikov abriram uma frente de cerca de 100 quilómetros avançando ao longo das margens do Boguchar. Forças italianas posicionadas junto a esse rio foram simplesmente aniquiladas. Em menos de uma semana atingia-se a zona do caminho-de-ferro Voronezh-Rostov. E em constantes manobras de envolvimento, unidades da Frente do Don surgiam também nessa zona. Tudo isto negava aos alemães a possibilidade de um contra-ataque organizado a partir daquela linha ferroviária para a libertação de Von Paulus.

Dias antes, Von Mannstein tinha conseguido formar em Kostelnikovo (sul de Stalinegrado) um poderoso grupo de forças de ataque que, comandadas por Hoth, compreendiam três divisões «Panzer» e três de infantaria motorizada. Estava-se perante o supremo esforço dos hitlerianos para tentarem reabrir linhas de comunicação com o 6.º exército de Von Paulus permitindo-lhe a saída, eventualmente, da situação terrível em que se achava. A princípio, tudo parecia indicar que esta iniciativa dos nazis poderia atingir os seus objectivos. Mas Kostelnikovo enquadrava-se na zona de operações de Vatutin cujo fortíssimo contra-ataque empurrou Hoth para fora das imediações de Stalinegrado, sofrendo pesadas perdas e conduzindo ao desastre as intenções de Von Mannstein. Agora, Von Paulus e o seu 6.º exército de 22 divisões encontravam-se entregues à sua sorte. Mas ainda conseguiam bloquear a operação das linhas de caminho-de-ferro que serviam Stalinegrado e que, evidentemente, tinham indiscutível importância para o conjunto das ofensivas do Exército Vermelho.

A 8 de Janeiro de 1943, Von Paulus recusava o ultimato soviético que lhe exigia a rendição incondicional do seu exército. Eram permanentes as exortações do «Führer» para que resistis-

se até ao último soldado. Durante todo o resto desse mês decisivo o enorme potencial dos exércitos soviéticos caiu em pleno sobre aquilo que já não era, de facto, uma gigantesca força operacional, mas um excedente que era preciso eliminar. O Exército Vermelho ia excluir Von Paulus para, evidentemente, libertar Stalinegrado e disponibilizar

os poderosos recursos acumulados com vista ao prosseguimento da guerra noutros teatros de operações.

Von Paulus, na realidade, estava perdido. De sitiante, passara a sitiado. Não tinha quaisquer hipóteses de salvação. Hitler, fizera-o marechal de campo. Mas os comandantes das diversas formações do 6.º exército forçaram-no a reconhecer que, na realidade, a rendição era o único caminho a seguir. A 2 de Fevereiro, portanto, Von Paulus e outros 24 generais entregaram-se ao heróico Chuikov. Tinham deixado no terreno, só nos últimos dois meses, cerca de 190 000 homens (entre mortos, feridos e prisioneiros). O grande 6.º exército da «Wehrmacht», com efectivos de 330 000 soldados, a quem Hitler havia prometido a posse do Volga para todo o sempre, deixava de existir. Nunca se havia verificado, na história das forças armadas germânicas, um tão completo desastre. Nunca os registos dos conflitos militares entre os homens haviam notado o cerco e a destruição de tão vasto agrupamento de forças bélicas. Mas a rádio

de Berlim mantinha-se silenciosa. A Alemanha, contudo, sabia que uma grande catástrofe acabara de acontecer.

O mundo percebeu, então, que o curso da guerra estava alterado. A vitória de Stalinegrado abria à URSS as portas da sua própria libertação e lançava o Exército Vermelho através da gloriosa estrada, mas sangrenta, cheia de lágrimas e de sacrifícios, que o conduziria a Berlim. Churchill apressou-se a saudar Stalin nos mais encomiosos termos. Ofereceu-lhe uma espada e não se exi-

miu de considerar como históricos e decisivos para o destino da humanidade, os acontecimentos de Stalinegrado. Também o Presidente Roosevelt reconhecia, entusiasticamente, o valor daquilo que acabava de passar-se e as consequências que teria no desenvolvimento da guerra contra o nazismo e o fascismo.

No fundo, porém, a grande estratégia, a funda esperança dos anglo-americanos, sofria, igualmente, um considerável revés. Tinham esperado assistir ao aniquilamento mútuo de alemães e soviéticos para, sobre os escombros da mais terrível das guerras e as vidas de dezenas de milhões de pessoas, surgirem com a bandeira da sua falsa democracia capitalista no papel de salvadores do mundo. A realidade, entretanto, dera lugar a uma equação diferente. Longe de soçobrar, a URSS encontrara meios para resistir e fortalecer-se. Ia partir, agora, para todo um conjunto de novos triunfos que assombrariam os homens e as nações em todos os continentes.

## Obras consultadas sobre a batalha de Stalinegrado:

1. Vasilievski, A. M., «Construindo a vitória»;
2. Rokossovski, K. K., «Dever de um Soldado»;
3. Jukov, G. K., «Memórias»;
4. Chuikov, V. I., «180 dias no inferno»;
5. Major-General Sir Charles Gwynn, «História da Guerra»;
6. Churchill, W. L. S., «A Segunda Guerra Mundial»;
7. Grande Enciclopédia Soviética, Vol. 24; entre outras.

## Friederich Von Paulus

Nasceu em Breitehau, Hesse, em 1890 e faleceu em Dresden (RDA), em 1957.

Especialista da arma de carros de combate, foi promovido a general em 1939. Chefe do Estado-Maior de Reichenau, na Polónia e em França. Adjunto de Halder no Estado-Maior general nazi. Foi um dos organizadores da operação «Barbarossa» contra a URSS. Em 1941, era comandante de um Corpo de blindados mas, chamado à chefia do 6.º exército, deu uma decisiva contribuição para o inêxito da ofensiva de Timochenko contra Kharkov, em Maio de 1942. Pouco depois, recebeu a missão de atacar e capturar Stalinegrado. As suas memórias foram publicadas, em 1961, pelo filho.



A história não se repete. Os resultados de acções e comportamentos na aparência similares são sempre diferentes. Mas a tentação de repetir, essa, é bem real. Por isso mesmo se torna indispensável conhecer factos e situações históricas que ajudam a compreender melhor e desmascarar estratégias actuais do imperialismo que nada têm de originais.

O esforço que a Administração e o Congresso dos EUA fazem para apresentar como Resoluções das Nações Unidas impostas por Washington como se fossem iniciativas colectivas inspiradas pela esperança de uma Nova Ordem Mundial e pelo amor das liberdades e da democracia traz à lembrança manobras e campanhas igualmente hipócritas desenvolvidas após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo pelo governo britânico, com o objectivo prioritário de ampliar a reforçar as posições do Império no Médio Oriente e na África. No tocante à história recente, todos temos memória das intervenções directas ou indirectas dos EUA na Somália e no Haiti e da guerra no Golfo, levada também adiante sob a bandeira das Nações Unidas. Neste texto, chama-se a atenção dos leitores para um capítulo esquecido da história contemporânea, mas menos recente. Algumas décadas depois de a Inglaterra ter forçado a Sociedade das Nações a concordar com a construção do Iraque (destinado a ser colónia disfarçada) nas suas actuais fronteiras, o jogo imperial e a política das alianças farisaicas explicam que Washington tenha sentido a necessidade de apresentar ao mundo o mesmo país como um perigoso inimigo do Ocidente e da Civilização que deveria ser aniquilado. Com a Turquia ocorreu o contrário. Os vencedores da Primeira Guerra Mundial — com destaque para a Inglaterra e a França — tudo fizeram então para a destruir e varrer do mapa, enquanto hoje a tratam como aliada preferencial no Médio Oriente. Obviamente, os interesses dos povos do Iraque e da Turquia nem em 1918 nem agora foram tomados em consideração nos jogos sórdidos do imperialismo. Antes, a estratégia era traçada em Londres; actualmente é concebida em Washington. Os métodos evoluíram e tornaram-se mais sofisticados; mas a natureza amor e espoliativa do imperialismo não se alterou.

Em meados do Século XIX, a Inglaterra estava no auge do seu poder.

No Oriente, a Rússia, derrotada na Guerra da Crimeia, submetia-se a exigências humilhantes; a Ocidente, os EUA assinavam um tratado, também humilhante, incompatível com a Doutrina Monroe e que punha termo ao sonho do canal transoceânico na Nicarágua, tornando mais utópico o sonho da anexação de Cuba. Na Europa Ocidental, a supremacia britânica era também incontestável.

A Inglaterra cabiam então mais de 50% das exportações mundiais e a sua marinha mercante transportava mais mercadorias do que todas as demais juntas. A Royal Navy impunha a Pax Britânica em todos os oceanos e mares do mundo. De Londres, capital do maior império que a humanidade conheceu, governava-se a Terra.

Foi nessa época que nasceu a ideia megalómana de colocar sob o domínio da Inglaterra imperial uma faixa contínua de territórios existentes entre o Egipto e a Índia.

De governo para governo, o projecto não foi esquecido. Paradoxalmente, esteve quase a concretizar-se neste século, numa época em que o declínio do poderio britânico se acentuava.

A guerra contra a Turquia, aliada da Alemanha e da Áustria, forneceu o pretexto para a ocupação de quase todo o Irão (ao tempo, Império Persa). No final do conflito, o Golfo Pérsico era um lago inglês e a Anglo Persian Oil Company (antecessora da Anglo Iranian) funcionava na região como Estado acima do gover-

# A criação do Iraque na estratégia imperial britânica

■ Miguel Urbano Rodrigues

no de Teerão. Todos os emires e xeques da Costa Oriental da Península da Arábia aceitavam o protectorado britânico. Quando o senhor de Bahrein se tornou incómodo, logo foi deportado para a Índia.

O êxito do plano — cuja última versão fora concebida por Lord Curzon, vice-rei da Índia — dependia, porém, do resultado da partilha das províncias árabes do Império Otomano.

A revolta árabe, na qual Thomas Lawrence desempenhou um papel importante, era uma peça-chave no esquema. Londres pretendia criar uma caricatura de Confederação Árabe. À sua frente seria colocado o xerife de Meca, Hussein, que afirmava descender do Profeta Maomé. Estava prevista a sua investidura na função de Califa do Islão, como sucessor do Sultão turco que a exercia há quatro séculos.

As outras províncias (vilaietos) meridionais do Império Otomano caberiam (formalmente) aos seus três filhos, príncipes da Casa Hachemita.

O desmembramento da Turquia deveria ser tão profundo que permitisse o controlo de Londres sobre as nascentes do Tigre e do Eufrates, os grandes rios que eram a maior reserva de água doce da Ásia Ocidental. Para consumir a destruição da Turquia, Londres contava com a ajuda do Governo de Veneza. O exército grego seria o instrumento da política imperial britânica na região.

Acontecimentos não previstos inviabilizaram, contudo, a concretização do ambicioso plano: a revolução nacionalista na Pérsia (que levou à retirada das tropas de ocupação anglo-indianas: a guerra de 1919 com o Afeganistão; a conquista do Hedjaz pelos beduínos wahabitas de Ibn Saud e a consequente expulsão de Meca do xerife Hussein; as exigências francesas no Levante; e sobretudo a Revolução Russa de Outubro de 1917 e a Revolução Turca.

Consciente de que a realização do projecto de Lord Curzon era uma impossibilidade, porque esbarrava com obstáculos intransponíveis, a Inglaterra fez, entretanto, tudo o que pôde para alargar até onde lho permitisse a sua hegemonia na região. E conseguiu muito.

Nesses anos esquecidos, a Sociedade das Nações — SDN — cumpriu no Médio Oriente (e na África) ao serviço do imperialismo britânico e do francês um papel instrumental semelhante pela sua hipocrisia àquele que a ONU hoje desempenha em benefício da estratégia hegemónica dos EUA.

A instituição dos mandatos da SDN foi uma das fórmulas inventadas para satisfazer os apetites imperiais. As belas e generosas palavras escondiam a realidade do sistema de dominação. O mandato, na prática, era uma forma de colonialismo disfarçado pela superestrutura institucional avalizada pela SDN.

Para cumprimento do acordo secreto Sikes-Picot, a Inglaterra viu-se obrigada a aceitar o mandato francês sobre a Síria e o Líbano. Mas reservou para ela a parte do leão: os mandatos sobre a Palestina e o Iraque, ficando ainda com as mãos livres para decidir o futuro dos territórios da Margem Esquerda do Jordão e de vastas extensões da Península Arábica.

Londres, que havia atraído a Revolução Árabe, fez o possível para criar obstáculos à implantação da França. Quando as tropas daquele país desembarcaram em Beirute, já o emir Faiçal, primogénito do xerife Hussein, se proclamara, em Damasco, com o amén da Inglaterra, rei da Síria. Resultado: Paris desentendeu-se com o príncipe e, após algumas escaramuças, o soberano hachemita foi apeado do seu novíssimo trono e expulso do país (Junho de 1920).

A Inglaterra tomou, então, a iniciativa de lhe oferecer outro trono, para substituir o perdido. Em Agosto de 1921, Faiçal tomou posse de Bagdad — antiga capital do Império Árabe dos Abássidas — da coroa do Iraque, repentinamente erigido em reino pela vontade britânica, referendada, mais uma vez, pela SDN. Simultaneamente, outro filho do xerife Hussein, o emir Abdullah (avô do actual rei da Jordânia), foi promovido por decisão de Londres a rei da Transjordânia, um país artificial, inventado para assegurar a continuidade da presença imperial britânica do Mediterrâneo ao Golfo. O mandato recebeu obviamente a aprovação da SDN. Entretanto, o esquema de domínio nas áreas estratégicas da região foi consolidado com a reafirmação do protectorado inglês sobre o Koweit, arbitrariamente imposto em 1914. O Koweit era historicamente parcela do antigo vilaieto do Iraque, mas Londres, naturalmente, não consultou as tribos locais. O que contou para o governo de Sua Majestade George V foi a existência de riquíssimas jazidas de petróleo cuja exploração coube à Anglo Persian, em concessões mais tarde herdadas pela sua sucessora British Petroleum e pela americana Gulf Oil.

O Iraque estava longe, no final da Primeira Guerra Mundial, de se assemelhar a um estado moderno. Província turca desde o século XVI (antes fora persa, mongol, árabe, bizantina, sassânida, romana, parta, grega, aqueménida, babilónica, assíria, elamita...), continuava a ser um mosaico de etnias, não obstante o predomínio de árabes. Metade da população era sunita e a outra metade chiita.

O Acordo de Moudros e o próprio Tratado de Sèvres (depois anulado pela Revolução Turca) que assinalaram o desmembramento do Império Otomano não estabeleciam fronteiras claras para as províncias do Sul. Por isso mesmo, Londres tratou rapidamente de arrancar à Turquia — sob protesto da França e do governo revolucionário de Mustafá Kemal (Ataturk) — o distrito de Mossul, onde os árabes eram, aliás, minoritários. Sabia-se que a área era riquíssima em petróleo e já ali operava a Turkish Petroleum, precursora da futura Irak Petroleum Company, a cuja fundação esteve ligado Calouste Gulbenkian.

A Inglaterra adoptou uma política diferente da francesa. O Governo achou que o termo mandato feria os sentimentos da população. O Iraque passou a ser designado como um Estado aliado. Puro farisaísmo. A Inglaterra assumiu o controlo da Administração. Junto de cada ministro foi colocado um adviser (assessor) inglês e o Alto Comissário britânico ficou a dispor de um direito ilimitado de veto que prevalecia sobre a própria vontade do Rei.

As regras do jogo foram respeitadas. Realizaram-se eleições definidas como livres e o regime passou a ser qualificado como democrático. O Governo, naturalmente, contou sempre no Parlamento com esmagadora maioria. A oposição era útil para a imagem externa, mas tinha carácter ficcional.

É um facto que o número de ingleses na Administração diminuiu de ano para ano. Mas o acesso dos iraquianos à Função Pública não foi facilitado. Os novos funcionários eram sobretudo egípcios e sírios da confiança dos advisers.

Não foi criada uma moeda nacional. Londres considerou preferível pôr em circulação no país... a rupia, ou seja, a moeda da Índia.

Os três principais partidos — o Partido do Povo, o Partido da Independência e o Partido dos Acontecimentos — não se distinguiram com facilidade. Não tinham programa merecedor do nome, nem ideologia. Eram estruturas fantasmáticas, forjadas para servir os interesses da Inglaterra imperial.

O projecto faraónico de Lord Curzon e do Colonial Office foi a pique, como já salientei. E as razões são conhecidas. O poderio da Inglaterra não estava já à medida da sua ambição. E a História, mais uma vez, seguiu um rumo diferente daquele que convinha aos interesses do imperialismo britânico. A influência da Revolução Russa no desenvolvimento dos acontecimentos em toda a Ásia foi enorme. Outro golpe decisivo para o desfazer do sonho inglês foi a revolução turca. Ao intervir na História como protagonista e recusar a entrega à Grécia da Trácia Oriental e o desmembramento da Anatólia, o povo turco, sob a direcção de Mustafa Kemal Pachá, liquidou no berço o plano imperial britânico para o Médio Oriente.

O esforço de Londres para destruir a Turquia é outro tema de que, por múltiplas razões, não se fala hoje na Europa Comunitária. Dele me ocuparei noutra edição de «Avante!».

Duas notas a fechar.

O Rei Faiçal foi assassinado em 1958. A monarquia artificial teve um epílogo sangrento. A insurreição que levou ao poder o generoso Kassem levou a uma República que ficou a assinalar o fim da influência imperial britânica na antiga Mesopotâmia.

Foi, aliás, a partir de 1950 que os EUA, já bem implantados na Arábia Saudita através das suas companhias petrolíferas, começaram a substituir em todo o Médio Oriente o Reino Unido como potência dominante. Não foi por falta de vontade que Washington não ocupou antes o lugar do leão britânico. Somente após a Segunda Guerra Mundial os norte-americanos tiveram condições para impor a sua supremacia económica e militar.

Mas é oportuno recordar que o Presidente Wilson, enaltecido como apóstolo da descolonização, fez o possível, com pouco êxito, para marcar uma forte presença norte-americana na Pérsia durante o período posterior ao conflito de 1914-1918. E, finda a Primeira Guerra, Washington chegou a admitir a hipótese de participar no sistema de mandatos, ao lado da Inglaterra e da França. Retirou-se do jogo da partilha, porque a fatia que lhe ofereciam era um presente envenenado: a Turquia mergulhada no caos. Ataturk, ao preservar a soberania sobre a totalidade da Anatólia, acabou com mais um sonho perverso. As relações de força não favoreciam ainda os Estados Unidos nos anos 20.



# PONTOS CARDEAIS

## Donde vem o dinheiro?

Ou vem do estrangeiro, ou vem do Estado português, dado de mão beijada pelo Governo, o dinheiro, aos milhões, para «compra» de bancos, indústrias «falidas» e terras para abandonar. Nestas frenéticas andanças de dinheiro – enquanto o desemprego cresce e diminuem salários reais e prestações sociais, enquanto as empresas continuam a encerrar e a agricultura se desertifica – o dinheiro, esse, engorda nos bolsos dos ricos. Mas, porque afinal Marx não morreu nem a História acabou, a gente sabe donde vem na realidade esse dinheiro todo. Continua a ser arrancado ao trabalho.

## Donde vem o poder?

Há dias, falou-se, com pompa e alguma circunstância, de comunicação social. E, como não podia deixar de ser – até o ministro da Justiça lá foi à Gulbenkian para desculpar a lei que visa transformar o jornalista num perigoso prevaricador – mais perigoso que qualquer outro porque o castigo sobre a comunicação vai ser mais célere –, falou-se de poder. O poder que os *media* possuem. Ou o poder que os manobra. Ou, como terá afirmado um dos participantes, o poder que a comunicação produz. Uma vez mais parece haver-se esquecido que não é a comunicação a fonte do poder, mas uma arma dele. Como as armas não são

fonte de poder em si, mas a sua posse. Como, finalmente, o poder tem, como fonte primeira, a propriedade dos meios. Marx não morreu. Há mais de cem anos que pretendem enterrá-lo.

## Fala o morto

Morto e ressuscitado, entretanto, parece ter sido Savimbi, que uma televisão da nossa praça entrevistou. Escorregadio como sempre, apesar do seu vasto perímetro físico – emagrecido embora pela doença que não teve e pelos ferimentos que não sofreu – Savimbi dá as cambalhotas necessárias para se apresentar por cima. Perdeu a golpada

militar que começou em Luanda e veio a terminar – por enquanto – no Huambo. Perdeu a batalha contra a participação portuguesa nas negociações e já diz que tanto lhe faz, embora se queixe ainda de que se viesse a Portugal, Cavaco Silva o mandaria prender (!). Mal agradecido, como sempre, este ressuscitado da Jamba, cuja mania da perseguição é ímpar. Então não desconfia de que José Eduardo dos Santos o quer mandar «assassinar» e que é por isso que se esconde cada vez que é convidado à conversa? Muito trabalho vai ter Alioune Beye, o representante da ONU, para desfazer esta «desconfiança» congénita de Savimbi.

## As dúvidas

Solícitos, jornalistas e políticos, correm atrás de Cavaco. Esperam todos – todos, mesmo? – que o PM desfaça as dúvidas dos «portugueses». Fica em Primeiro-Ministro? Vai correr para Belém? Sai do PSD? Tirando estes políticos e jornalistas incomodados com a dúvida cavacal, não vimos por aí outros portugueses incomodados com ela. Incomodados temos visto muitos – milhares! – com a política cavaquista que lhes rouba trabalho e futuro. Quanto aos comunistas, não há dúvidas em relação à situação política. Como afirmou Carlos Carvalhas, «com ou sem Cavaco, é necessário demitir o Governo e derrotar o PSD».

## FRASES da SEMANA

“Seria intolerável se tudo isto fosse para Cavaco se candidatar a Belém.”

✉ (Ribeiro da Silva, líder distrital do PSD - «Expresso», 07.01.95)

“A reconstrução do sistema político é urgente em Portugal. Este sistema não serve.”

✉ (Pedro Paes de Vasconcelos, PSD - «Semanário», 07.01.95)

“A reforma política é o verdadeiro tabu do estado a que o PSD chegou.”

✉ (António Vitorino, PS - «Semanário», 07.01.95)

“Às vezes, é difícil compreender os políticos...”

✉ (Editorial - «Expresso», 07.01.95)

“Ao colocar a sua pena ao lado do chanfallo, ao transformar-se ele próprio em varredor e caceteiro ideológico, Vasco Graça Moura obriga os intelectuais a sair do seu comodismo e a tomar, também, partido.”

✉ (Manuel Alegre - «Diário de Notícias», 06.01.95)

“Sempre actuei com a máxima transparência.”

✉ (Carlos Antero, administrador da Manuel Pereira Roldão - «Público», 06.01.95)

“Para a (...) razão e para a (...) lógica (dos despedidos), a racionalidade do capital é a irracionalidade e é a injustiça em si mesmas. Por isso, sobretudo quando as responsabilidades patronais se esvaem nas brumas de uma falência anónima, eles se viram para a última “ratio” do sistema: o Estado. Que se apressou a esclarecer de que lado estava: primeiro, respondendo-lhes com a polícia de choque; segundo, convidando-os a conformarem-se ordeiramente com o desemprego, recorrendo aos “mecanismos legais” previstos para o minorar...”

✉ (Fernando Rosas - «Público», 10.01.95)

“O Estado que se entenda comigo.”

✉ (Belmiro de Azevedo - «Público», 10.01.95)

## PONTOS NATURAIS



## Discurso do Chefe

A política só me traz desgosto.  
São mil as aflições, de canto em canto.  
Mal despidas as horas do encanto  
ficam tristes paisagens ao sol-posto.

Olho no espelho embaciado um rosto  
embaciado, o meu. Vejo-o enquanto  
de pranto um canto esfolha o desencanto  
sobre o roído universo a que me encosto.

Minhas serpentes adoradas, ai!  
Queridos ratos famélicos, bye, bye!  
Bye, bye, rotundos porcos que estremeço!

É a minha inabalável decisão.  
Mas se, de joelhos no agreste chão  
me chamarem, prometo que regresso.

## A solução

Homens e mulheres de todas as idades recorrem a este serviço.

A maior parte dos utentes é formada por adultos que vivem sozinhos, são solteiros ou divorciados...

Alguns têm frequência do Ensino Superior.

Também recorrem ao serviço os idosos perdidos na cidade e sem identificação. No ano passado, foram atendidas mais de dez mil pessoas.

Há que atender às disfunções psicossociais.

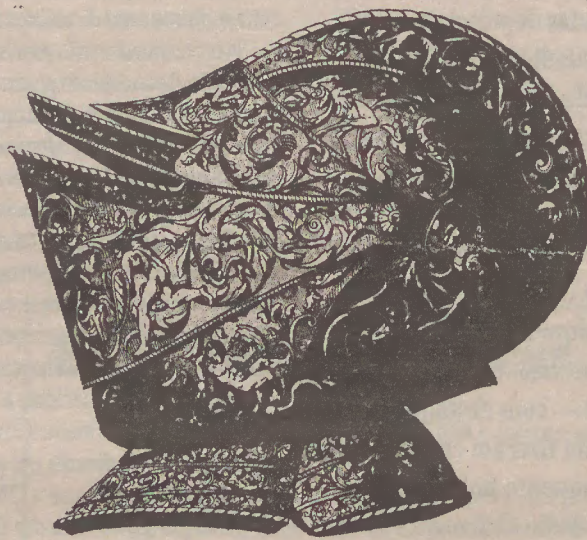
Grande parte dos utentes é encaminhada para o refeitório dos Anjos.

A noite está também povoada de problemas e de riscos.

Muitos dos que recorrem aos serviços de Emergência social encontram-se numa situação de grande vulnerabilidade devido ao problema de desemprego, precariedade dos postos de trabalho, falta de cobertura de Segurança Social e de apoio familiar.

Dê a sua ajuda a quem precisa de uma oportunidade para começar de novo. Aposte no Totobola.

(Síntese da publicidade ao Totobola, Canal 1)



## Regressam ao passado

Imagem do passado que, funesta,  
de meus olhos o tempo não apaga:  
da GNR avança a enorme vaga  
sobre o povo nas ruas que protesta.

Farda valente e corajosa, esta!  
Ei-la enfrentando a temerosa praga  
e bate e espanca e sem piedade esmaga  
as mulheres e o grito que lhes resta.

Não, não é o passado que me foge.  
O que eu estou a ver é mesmo hoje  
és deste dia, dia que me dóis.

Marinha Grande. A GNR malha  
sobre gente sem pão. Grande batalha!  
Imagem de ontem, vinte anos depois.

Mário Castro



## Debate com o País

para  
uma nova  
política **PCP**

### ● COIMBRA

«Cultura e Mercado»

Na Casa Municipal da Cultura,  
sexta-feira, dia 13, às 21h30  
com a participação de

António Pedro Pita, José Barata-Moura, Manuel Guerra,  
Manuel Gusmão, Manuela Cruzeiro, Paulo Varela Gomes,  
Ruben de Carvalho, Vítor Serrão

### ● BARCELOS

«Juventude - Problemas e Perspectivas»

Sessão pública na Biblioteca Municipal,  
sábado, dia 14, às 16h  
com a participação de  
António Filipe

### ● FAMALICÃO

«Nova geração - Que problemas? Que soluções?»

Sessão pública na Casa da Cultura,  
sábado, dia 14, às 21h30  
com a participação de  
António Filipe

### ● AMADORA

«O PCP debate a Amadora e o Futuro»  
- Debate sobre Ambiente

nos Recreios da Amadora, quinta-feira, 12, às 21h  
com a participação de

Helena Bastos e Jorge Figueiredo

- Educação e Ensino

no Auditório da CM

sexta-feira, dia 13, às 21h

com a participação de  
Fernando Pereira e António Filipe

## Os impactos da Revolução Científica e Tecnológica

Com a participação de Francisco Silva, autor do livro «Fronteiras do Futuro», realiza-se hoje à noite, com início às 21 e 30, igualmente no Espaço Vitória um debate sob este tema, promovido pela Comissão de Quadros Técnicos e Científicos da ORL.

## Movimentos de Mulheres - debate em Setúbal

Com a participação de Maria da Piedade Morgadinho, será, no próximo sábado, apresentado no Snack-Bar «Café com Estória», no Edifício Arrábida, em Setúbal, cerca das 16h, o livro recentemente publicado «Subsídios para a História, Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal no período do fascismo (1926/74)».

### JCP BEJA

## Jornada de Solidariedade com Cuba

O Embaixador de Cuba em Portugal participa hoje, amanhã e sábado, no distrito de Beja, em várias iniciativas de solidariedade com Cuba, promovidas pela Comissão Distrital da JCP.

O programa é o seguinte:

Hoje, em Beja: visita à CM, cerca das 15h30; às 16h30, encontro com Associações de estudantes da Escola Superior de Educação; às 20h30, debate no Auditório da Biblioteca Municipal sobre a situação em Cuba.

Sexta-feira, dia 13, em Odemira: visita à CM, às 15h30; encontro com a Associação de Estudantes da Esc. Secundária de Odemira, às 16h, debate na Sala de Sessões da CM.

Sábado, dia 14: às 11h, em Cuba, encontro com a CM e visita à Vila; às 15h, debate no Centro Cultural Fialho de Almeida. Em Alvito, na Sala de Sessões da CM, debate às 17h30. Na Vidigueira, às 20h30, jantar de solidariedade.

## Agenda

### MARINHA GRANDE

## COMÍCIO

de homenagem ao 18 de Janeiro  
e à luta dos trabalhadores

Terça-feira, dia 17, às 21h30  
no Sport Império Marinhense  
com a participação de

**CARLOS CARVALHAS**

### ÉVORA

## ENCONTRO DE QUADROS DO ALENTEJO

Domingo, dia 15, a partir das 10h  
no Palácio D. Manuel  
com a participação de

**CARLOS CARVALHAS,  
José Soeiro e Luís Sá**

Sessão pública de encerramento: 17h

### Carlos Carvalhas em Alfama

Na próxima segunda-feira, dia 16, o Secretário-geral do PCP - acompanhado por João Amaral, deputado e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, pelo vereador Vítor Costa e por membros da DORL - participa numa breve visita a locais da freguesia de Alfama, com início às 11h no Largo do Chafariz de Dentro, e na sessão pública a realizar cerca das 11h30 no Grupo Desportivo Adicense (R. Norberto Araújo, nº 19) durante a qual será apresentado o projecto de lei do PCP relativo a um programa especial de reabilitação dos Bairros Históricos de Lisboa.

### Debate sobre «A Arquitectura de Lisboa, Hoje»

«Qual a boa e a má arquitectura que se faz hoje em Lisboa?» - este será provavelmente o ponto de partida do debate que a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP promove no próximo dia 19 (quinta-feira), lançado a quem tenha, de uma maneira ou de outra, um olhar crítico sobre a cidade e nomeadamente a três convidados: os arquitectos Siza Vieira e Filipe Dinis e o cineasta João Botelho.

No Espaço Cultural Vitória, a partir das 21 e 30.

### LOURES

## Café-concerto da JCP

Refeitório Municipal  
de Loures

Sábado, 14, às 21h30.

### CANEÇAS

## Almoço-convívio da CDU

Restaurante  
«Olho do Cuco»

Sábado, 14, às 13h

### Reuniões e plenários

#### SANTA IRIA DE AZÓIA

3ª Assembleia da  
Organização  
Casa da Cultura  
Sábado, 14, a partir  
das 14h30,  
com a participação  
do camarada  
BLANQUI  
TEIXEIRA

#### V.N. FAMALICÃO

Sábado, dia 14  
Assembleias das  
Organizações de  
Freguesia:

Avidos, Lagoa,  
Landim, Abade de  
Vermoim

Esc. Prim. da Estrada  
de Sto. Tirso em  
Avidos - 16h

Vermoim, Joane,  
Requião, Mogege,  
Castelões, Pousada

Esc. Prim. de  
Matinhos em  
Pousada de

Saramagos - 16h  
Olivª S. Mateus,  
Pedem, Olivª Sta.

Maria  
Esc. Prim. da Estrada  
em Olivª Sta. Maria -

16h  
Ribeirão, Lousado,  
Vilarinho

CT do PCP em  
Famalicão - 20h

#### CASCAIS

Alcabideche - Ple-  
nário de militantes da  
freguesia sobre ques-  
tões autárquicas, com

a participação do  
vereador na CM Cas-  
cais Carlos Sota: no

CT de Alcabideche,  
sábado, dia 14, às  
15h30.

S. Domingos de  
Rana - Reunião dos  
camaradas que traba-  
lham nas empresas da

freguesia, para dis-  
cussão da situação  
política e da jornada

de luta do dia 20 de  
Janeiro: sexta-feira,  
dia 13, às 18h, no CT

de Tires.

#### LISBOA

Célula dos Ferro-  
viários - Plenário  
para discussão da  
situação política e  
social e do reforço da  
organização do PCP  
na CP, com a partici-  
pação de um camarada  
da Direcção do  
Partido: quinta-feira,  
dia 19, às 18h, no CT  
Vitória.

Colina da Graça  
(freguesias de Sta.  
Engrácia, S. Vicen-  
te e Graça) - plená-  
rio de militantes da  
freguesia para dis-  
cussão do projecto  
de Resolução para a  
Ass. da Org. da  
Cidade de Lisboa e  
eleição de delega-  
dos: sexta-feira, 13,  
às 21h30, no CT da  
Graça.

Hospitais Cívicos -  
Plenário de militantes  
dos Sectores Ofici-  
nais: no CT Vitória,  
hoje, quinta-feira, às  
17h.

Hospital de Santa  
Maria - Plenário  
dos militantes da  
célula, com a partici-  
pação do camarada  
Domingos Abrantes:  
sábado, dia 14,  
às 14h30, no CT  
Vitória.

Alcântara, Praze-  
res, Belém - Plenário  
de militantes das três  
freguesias, preparató-  
rio da Ass. de Org. da  
Cidade de Lisboa:  
sábado, dia 14, às  
15h, no CT de Alcân-  
tara.

Reformados - Ple-  
nário da célula, com a  
participação do cama-  
rada Luís Fernan-  
des: quinta-feira, dia  
12, às 15h, no CT  
Vitória.

Beato - Plenário  
de militantes da fre-  
guesia: sábado, dia  
14, às 16h, no CT do  
Beato. No final, con-  
vívio.

#### SINTRA

Reunião do Orga-  
nismo para o Traba-  
lho nas Empresas do  
concelho de Sintra:  
sábado, dia 14, às  
16h30, no CT do  
Cacém.

Célula da CEL-  
-CAT - Reunião para  
discussão da situa-  
ção na empresa: sábado,  
dia 14, às 18h, no CT  
do Cacém.

Reunião plenária  
de militantes das fre-  
guesias de Sta.  
Maria/S. Miguel e S.  
Martinho, com a par-  
ticipação do camarada  
António Cordeiro:  
quarta-feira, dia  
18, às 21h30, no CT  
de Sintra.

#### DISTRITO DO PORTO

Debates com  
Jerónimo de Sousa

Tema:  
POLÍTICA DE  
DESENVOLVI-  
MENTO E  
EMPREGO

#### MATOSINHOS

«Problema  
do Desemprego  
em Matosinhos»  
Sexta, 13, às 21h30,

Esc. Prim. do  
Godinho

#### VILA NOVA DE GAIA

«O Problema  
do Desemprego  
em V. N. de Gaia»  
Sábado, 14, às

10h30, Salão Nobre  
da Associação  
Vilanovense de

Socorros Mútuos  
(R. Mq. Sá da  
Bandeira, 344)

#### SANTO TIRSO

«Que Política de  
Desenvolvimento  
e Emprego?»  
Sábado, 14, às

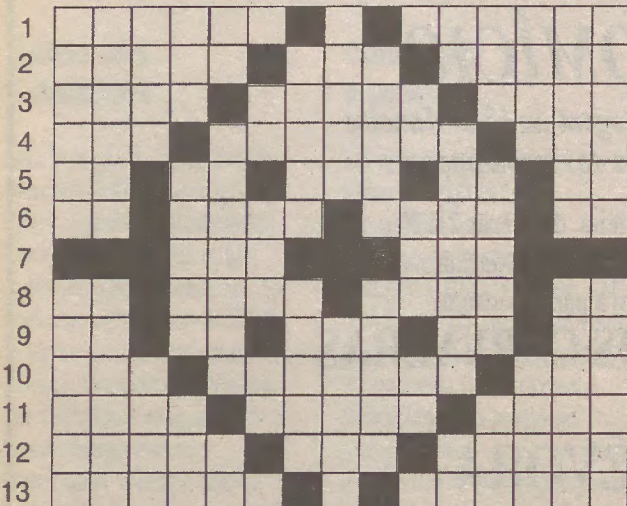
14h30, Esc. Prep.  
Santo Tirso,  
também com a

participação de  
Honório Novo



## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 — Divindade campestre entre os romanos (pl.); de cor verde-mar. 2 — Equipou; estudas; pecar. 3 — Elevas; pôr em versos rimados; barco de recreio. 4 — Naquelas; fécula alimentícia feita de farinha de arroz e que serve para caldos e sopas (pl.); tempero. 5 — Atmosfera; saudável; autocarro (pal. ingl.); suf. de agente; Ródio (s.q.). 6 — Apelido; capacete que os antigos combatentes usavam como peça de armadura; objectivo (fig.); igual (farm.). 7 — Tomba; aqui está. 8 — Inútil; o primeiro homem; delgada; poeira. 9 — Artigo antigo; batráquio; braço de rio; campeão; sim, no dialecto provençal. 10 — Graceje; varandas; pron. pess. 11 — Terceira letra do alfabeto grego; fronteiras; remoinhos de água (prov.). 12 — Ensina; de boa saúde (pl.); prancheta rectangular provida de bolas, para calcular. 13 — Cara bonita (pop.); advertências.

**VERTICAIS:** 1 — Lidas; jardim. 2 — Guarnecedora de arcos; amiga. 3 — Algumas; rio do nordeste da Ásia, formado pela junção do Argun e do Chilka. 4 — Articulação das falanges dos dedos (pl.); enxugar; ferro temperado. 5 — Conj. que indica alternativa; confusões (fig.); Actínio (s.q.). 6 — Acusada; geme (pop.); aparência. 7 — Evocação de um lugar onde, antes da morte e ressurreição de Cristo, estavam as almas dos justos e estão as das crianças que morrem sem baptismo; mamífero cetáceo marítimo, da fam. dos delphinídeos, carnívoro, muito agressivo, caracterizado por uma barbatana dorsal alta, cauda vigorosa e dentes fortes e agudos (pl.). 8 — Dirigiu os remos; tratamento muito usado na época da escravidão, dado às moças e meninas (bras.) (pl.). 9 — Planta da fam. das umbelíferas, usada como condimento; ser imaginário, caracterizado pela sua bondade e poderes mágicos (pl.). 10 — Rádio (s.q.); norma; carta de jogar. 11 — Decifra; mesquinhos; avenida (abrev.). 12 — Nome de poeta português; flores da roseira; longa cinta japonesa, geralmente de seda, que forma um laço nas costas. 13 — Larvas que se criam nas feridas dos animais; agarras-te com as gavinhas. 14 — Espiolhara; da Polónia. 15 — Órgão do ouvido situado em cada lado da parte externa da cabeça; o pôr-do-sol (pl.).

### SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

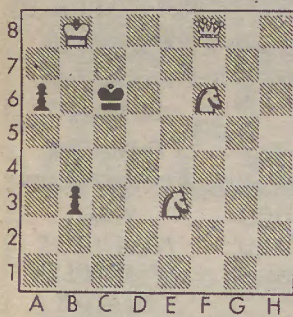
**HORIZONTAIS:** 1 — Possibilidade. 2 — Saco; maçar; gota. 3 — Uso; mó; atam; rim. 4 — A.C.; Febo; ódio; ob. 5 — Dão; lixo; al; upa. 6 — Além; líras; ares. 7 — Sal; dar; ETA. 8 — Fato; natos; aido. 9 — Une; le; emas; Sir. 10 — Li; figo; alor; vê. 11 — Am; sala; Au.: sim. 12 — Nabo; votam; lodo; 13 — Amargar; recusar.

**VERTICAIS:** 1 — Suada; fulana. 2 — Pascal; animam. 3 — Oco; Oeste; oba. 4 — Só; mão; or. 5 — Mel; Lis. 6 — Imóbil; negava. 7 — Ba; oxida; olor. 8 — Iça; orate; At.; 9 — Lato; aroma; ar. 10 — Iradas; salame. 11 — Mil; sou. 12 — Ag.; ata; Lu. 13 — Dor; Urais; SOS. 14 — Eftope; d'vida. 15 — Ambas; oremos.

## XADREZ

CDXCV — 12 DE JANEIRO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995X003  
Por: MIROSLAV HAVEL  
Zlatá Praha, 7.X.1904

Pr: [3]: Ps. a6, b3 - Rç6  
Br: [4]: Cs. e3, f6 - Df8 - Rb8

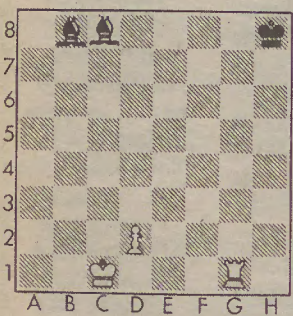


Mate em 3 lances

### PROPOSIÇÃO Nº 1995X004

Por: FRANTISEK J. PROKOP  
Casopis Československých Šachistů, 1925

Pr: [3] Bs. b8, c8 - Rh8  
Br: [3] Pd2 - Tg1 - Rç1



Branças jogam e ganham

### SOLUÇÕES DO Nº CDXCV

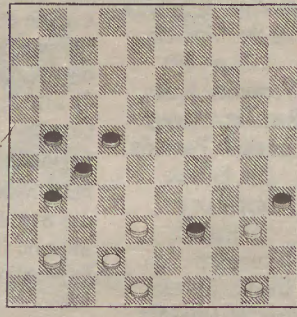
Nº 1995X003 [M.H.]: 1. Cc4! [Ameaça: 2. Dd8+, Rb6: 3. Cç4 #], a5: 2. Dd6+, Rb5: 3. Cç3 # 1. ..., Rd7: 2. Rb7!, Rb6: 3. Dd8 #  
Nº 1995X004 [F.J.P.]: 1. Te1!, Bd7: 2. Te7, Bç6: 3. Td6, Bd7: 4. Ta6, Rg7: 5. Ta8 e g.

A. de M. M.

## DAMAS

CDXCV — 12 DE JANEIRO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995D003  
Por: N. BEEMER  
NL, 1938

Pr: [6]: 21-22-27-31-35-39  
Br: [6]: 38-40-41-42-48-50

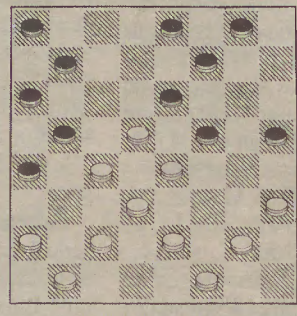


Branças jogam e ganham

### PROPOSIÇÃO Nº 1995D004

GOLPE Nº 103  
Por: JUAN GARCIA CAÑALEJAS  
Çaragoça [Espanha], 1650

1. 10-14, 22-18; 2. 12-15, 23-20; 3. 5-10, 28-23; 4. 7-12, 20-16; 5. 3-7, 23-20; 6. 15-19, 27-22; 7. 12-15, 31-28; 8. 1-5, 21-17; 9. 14-21, 25-18; 10. 10-14 Diagrama:



Pretas jogam e ganham

### SOLUÇÕES DO Nº CDXCV

Nº 1995D003 [N. B.]: 1. 42-37, (31x33); 2. 41-37, (35x44); 3. 48x43, (39x48=D); 4. 50x26 +  
Nº 1995D004 [J. G. C.]: 10. .... 16-12; 11. 7-23, 26-21; 12. 19-26, 28-1=D +

A. de M. M.

## TEATRO

### CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. A PAIXÃO DO JARDINEIRO, de Jean-Pierre Serrazac, encenação de Fernando Mora Ramos, pelo TEP.

### COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

Cacilhas, no Complexo Nimbus (ex-Parry & Son). Tel. 2752175/2756567. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. MOLIÈRE, de Mikhail Bulgakov, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

### TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. OLE-ANNA, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

### TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PAS-TEIS DE NATA PARA A AVÓ, de Fer-

nando Augusto, encenação de Helder Costa.

### TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb., dom. e feriados às 16.00 (quintas e sextas às 10.30 para grupos organizados). PINÓQUIO, texto de Fernando Gomes, adaptado do conto de Carlos Collodi, encenação de Fernando Gomes, pelo TTL.

### TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - De 5ª a sáb. às 20.30, dom. às 16.30: A GRANDE MAGIA, de Eduardo De Filippo, encenação de Mário Viegas.

### TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett: De 3ª a sáb. às 21.30. OS JORNALISTAS, de Arthur Schnitzler, encenação de Jorge Lavelli.

## COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA apresenta em Cacilhas na Nimbus (ex Parry & Son)

de 3ª a sábado às 21.30h, domingos às 16h

# Molière

de Mikhail Bulgakov

Encenação Joaquim Benite  
Cenário e Figurinos João Vieira

Companhia patrocinada pela Sec. Est. da Cultura e C.M. Almada

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA apresenta

Luis Vicente  
António Assunção  
Carlos Gonçalves  
Teresa Gafeira  
Alfredo Sobreira  
Carlos Sebastião  
Dália Carmo  
Dinarte Branco  
Filipe Petronilho  
Luís Pais  
Mária Frade  
Miguel Martins  
Nelson Pereira  
Paulo Guerreiro

# Molière

de Mikhail Bulgakov

Música: Bernardino Nascimento interpretada ao vivo por Américo Cardoso

Cenografia e Figurinos: João Vieira

Encenação: Joaquim Benite

Companhia Patrocinada pela Secretaria de Estado da Cultura e Câmara Municipal de Almada

Apóios: Nimbus-Portugal, Companhia de Seguros Império, Lemauro, Público, Sete, JL, Rádio Comercial, RDP-Antena 1, RTP, SIC, TVI

neste número:



1995 - Maior mobilização e afirmação do Partido Conferência Nacional Autarquias e Juventude Orçamento do Estado para 1995

## FILMES

### QUINTA, 12

#### O Som e a Fúria

«The Sound and the Fury» (EUA/1959). Real.: Martin Ritt. Int.: Yul Brynner, Joanne Woodward, Margaret Leighton. Cor, 115 min. *Drama*. (14.50, SIC)

#### Só Entre Amigas

«Just Between Friends» (EUA/1986). Real.: Allan Burns. Int.: Ted Danson, Mary Tyler Moore, Christine Lahti, Sam Waterston. Cor, 106 min. *Drama*. (22.00, Quatro)

#### Medo à Meia-Noite

«After Midnight» (EUA/1989). Real.: Ken e Jim Wheat. Int.: Jillian McWhirter, Pamela Segall, Romy Zeda, Nadine van der Veld. Cor, 89 min. *Terror*. (01.10, Canal 1)

### SEXTA, 13

#### O Pássaro Azul

«The Blue Bird» (EUA/1976). Real.: George Cukor. Int.: Elizabeth Taylor, Jane Fonda, Ava Gardner, Cicely Tyson, Robert Morley. Cor, 99 min. *Fantasia Infantil*. (14.50, SIC)

#### Platoon - Os Bravos do Pelotão

«Platoon» (EUA/1986). Real.: Oliver Stone. Int.: Tom Berenger, Willem Dafoe, Charlie Sheen, Kevin Dillon, Francesco Quinn. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

#### O Último Ano em Marienbad

«L'Année Dernière à Marienbad» (Fr./It./1961). Real.: Alain Resnais. Int.: Delphine Seyrig, Giorgio Albertazzi, Sacha Pitoeff. P/B, 90 min. *Ver Destaque*. (23.40, TV 2)

#### Sombras Misteriosas

«The Haunted» (EUA/1991). Real.: Robert Mandel. Int.: Sally Kirkland, Jeffrey DeMunn, Louise Latham, Joyce Van Patten. Cor, 88 min. *Telefilme / Thriller*. (00.55, Canal 1)

#### Ligações Quentes

«Fool for Love» (EUA/1985). Real.: Robert Altman. Int.: Sam Shepard, Kim Basinger, Harry Dean Stanton, Randy Quaid. Cor, 106 min. *Ver Destaque*. (01.50, SIC)

### SÁBADO, 14

#### Sangue, Suor e Pólvora

«The Culpepper Cattle Company» (EUA/1972). Real.: Dick Richards. Int.: Gary Grimes, Luke Askew, Bo Hopkins, Geoffrey Lewis. Cor, 92 min. *Western*. (15.30, SIC)

#### O Milhão

«Le Million» (Fr./1931). Real.: René Clair. Int.: René Lefèvre, Annabella, Paul Olivier, Louis Allibert, Constantin Syresco, Raymond Cordy. P/B, 78 min. *Ver Destaque*. (18.20, TV 2)

#### Queimada!

«Queimada!» (It./Fr./1969). Real.: Gillo Pontecorvo. Int.: Marlon Brando, Evaristo Marquez, Renato Salvatori, Norman Hill. Cor, 107 min. *Aventuras/Histórico*. (23.35, TV 2)

#### Não o Levarás Contigo

«You Can't Take it With You» (EUA/1938). Real.: Frank Capra. Int.: Jean Arthur, James Stewart, Edward Arnold, Mischa Auer. P/B, 127 min. *Ver Destaque*. (00.05, Quatro)

#### Milionários mas Criminosos

«The Big Slice» (Can./1991). Real.: John Bradshaw. Int.: Casey Siemaszko, Leslie Hope, Justin Louis, Kenneth Welsh. Cor, 82 min. *Comédia Policial*. (00.25, Canal 1)

#### A Mulher do Homem do Talho

«Butcher's Wife» (EUA/1991). Real.: Terry Hughes. Int.: Demi Moore, Jeff Daniels, George Dzundza, Mary Steenburgen. Cor, 105 min. *Fantasia Romântica*. (00.35, SIC)

#### Amarga Adolescência

«Survival of Dana» (EUA/1979). Real.: Jack Starrett. Int.: Melissa Sue Anderson, Robert Carradine, Marion

Ross, Talia Balsam. Cor, 92 min. *Telefilme / Drama*. (01.50, Canal 1)

### DOMINGO, 15

#### Vidas sem Rumo

(Port./1956). Real.: Manuel Guimarães. Int.: Milú, Eugénio Salvador, Artur Semedo. P/B, 76 min. *Drama*. (15.30, SIC)

#### Corsários das Nuvens

«Captains of the Clouds» (EUA/1942). Real.: Michael Curtiz. Int.: James Cagney, Dennis Morgan, Brenda Marshall, Alan Haic. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (18.15, TV 2)

#### Gansos Selvagens II

«Wild Geese II» (EUA/1985). Real.: Peter Hunt. Int.: Scott Glenn, Barbara Carrera, Laurence Olivier, Edward Fox. Cor, 125 min. *Ação / Aventuras / Guerra*. (21.30, SIC)

#### Nunca ao Domingo

«Pote Tin Kyriaki» / «Never on Sunday» (Gr./1959). Real.: Jules Dassin. Int.: Melina Mercouri, Jules Dassin, Georges Foundas, Tito Vandis, Mitsos Liguissos. P/B, 94 min. *Ver Destaque*. (22.30, TV 2)

#### Jogando com o Fogo

«Into the Fire» (Can./1987). Real.: Graeme Campbell. Int.: Susan Anspach, Olivia d'Abo, Art Hindle, Lee Montgomery. Cor, 93 min. *Thriller*. (01.05, Canal 1)

### SEGUNDA, 16

#### Demétrio, o Gladiador

«Demetrius and the Gladiators» (EUA/1954). Real.: Delmer Daves. Int.: Victor Mature, Susan Hayward, Michael Rennie. Cor, 101 min. *Religioso*. (14.50, SIC)

#### A Carga do Búfalo Branco

«The White Buffalo» (EUA/1977). Real.: Jack Lee Thompson. Int.: Charles Bronson, Jack Warden, Kim Novak, Will Sampson. Cor, 97 min. *Western*. (21.40, SIC)

#### O Processo Quiller

«The Quiller Memorandum» (Gr.Br./EUA/1966). Real.: Michael Anderson. Int.: George Segal, Alec Guinness, Max Von Sydow, Senta Berger. Cor, 133 min. *Ver Destaque*. (01.00, Canal 1)

### TERÇA, 17

#### Désirée

«Désirée» (EUA/1954). Real.: Henry Koster. Int.: Marlon Brando, Jean Simmons, Merle Oberon, Cameron Mitchell. Cor, 110 min. *Guerra / Biográfico*. (14.50, SIC)

#### E Fez-se Luz

«Et la Lumière Fut» (Fr./RFA/It./1989). Real.: Otar Iosseliani. Int.: Sigalón Sagna, Saly Badji, Binta Cissé, Marie-Christine Dième. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (22.45, TV 2)

#### Génese de um Filho

«Tomorrow's Child» (EUA/1982). Real.: Joseph Sargent. Int.: Stephanie Zimbalist, William Atherton, Bruce Davison. Cor, 91 min. *Telefilme Dramático*. (01.10, Canal 1)

### QUARTA, 18

#### Latino

«Latino» (EUA/1985). Real.: Haskell Wexler. Int.: Robert Beltran, Annette Cardona, Tony Plana, Ricardo Lopez, Luis Torrentes. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

#### O Último dos Moicanos

«The Last of the Mohicans» (EUA/1991). Real.: Michael Mann. Int.: Daniel Day-Lewis, Madeleine Stone, Jodhi May. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (22.25, Canal 1)

#### Morte Sobre Rodas

«The Ambulance» (EUA/1990). Real.: Larry Cohen. Int.: Eric Roberts, James Earl Jones, Red Buttons, Megan Gallagher. Cor, 92 min. *Thriller*. (01.10, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



**PROGRAMAÇÃO**

**Quinta, 12**

**CANAL 1**

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 O Gato Félix
- 10.20 Blossom
- 10.45 Origens
- 11.15 Malha de Intrigas
- 12.00 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Você Decide
- 14.20 Na Paz dos Anjos
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.10 Missão Impossível
- 18.00 Floradas na Serra
- 19.10 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.25 Isto Só Vídeo
- 22.00 Frou-Frou
- 23.00 Coisas da Vida
- 00.15 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 Medo à Meia-Noite
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

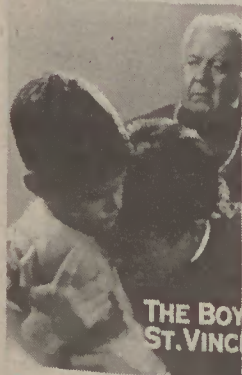
- 16.00 Televidas
- 17.00 Clara
- 17.55 Infantil
- 19.55 Desporto - Basquetebol
- 21.30 o Homem e a Cidade - «Coimbra»
- 21.40 Desenhos Animados
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.40 Departamento de Homicídios
- 23.45 Músicas da Terra
- 00.35 Módulos de Música Portuguesa

**SIC**

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 14.00 Olhos nos Olhos
- 14.50 O Som e a Fúria
- (ver «Filmes na TV»)
- 15.00 Buêrére
- 17.45 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Os Trapalhões
- 22.40 A Noite da Má Língua
- 23.40 Walker: O Ranger do Texas
- 00.40 Último Jornal
- 01.00 Internacional SIC

**QUATRO**

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Trapos & Companhia
- 22.00 Só Entre Amigas
- (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Novo Jornal
- 01.00 Fora de Jogo



**«Os Rapazes de St. Vincent», série dramática canadiana: terça à noite na TV2**



**Os bastidores do cinema na série «A Magia do Cinema»: sexta à noite na TV2**

**Sexta, 13**

**CANAL 1**

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 O Gato Félix
- 10.20 Blossom
- 10.45 Origens
- 11.15 Malha de Intrigas
- 12.00 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Você Decide
- 14.20 Na Paz dos Anjos
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.10 Missão Impossível
- 18.00 Floradas na Serra
- 19.10 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 Desculpem Qualquer Colsinha
- 21.00 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.55 Concurso 1, 2, 3
- 23.35 24 Horas
- 00.15 Remate
- 00.30 Contos Assombrosos
- 01.30 Sombras Misteriosas
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

- 16.00 Televidas
- 17.00 Uma Família Feliz
- 17.55 Infantil
- 20.15 A Magia do Cinema
- 20.45 À Volta do Mundo
- 21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
- 21.40 Ver Para Ler
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.40 Quem Conta um Conto
- 23.40 O Último Ano em Marienbad
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Módulos de Música Portuguesa

**SIC**

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 14.00 Olhos nos Olhos
- 14.50 O Pássaro Azul
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
- 21.20 A Viagem
- 22.30 Chuva de Estrelas
- 23.30 Último Jornal
- 23.50 Os Donos da Bola
- 00.50 Playboy
- 01.50 Ligações Quentes
- (ver «Filmes na TV»)

**QUATRO**

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 Verdade ou Mentira
- 21.00 Trapos & Companhia
- 21.30 Platoon - Os Bravos do Pelotão
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Novo Jornal
- 00.40 Fora de Jogo

**Sábado, 14**

**CANAL 1**

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Luta Livre Americana
- 13.00 Notícias
- 13.15 Lucky Luke
- 14.05 Made in Portugal
- 14.40 Clube Disney
- 16.15 As Aventuras de Brisco County
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Arca de Noé
- 17.50 Futebol: Boavista-Chaves
- 19.50 Totoloto
- 20.00 Telegiornal
- 20.40 Noite Mágica
- 21.35 Seleção Nacional
- 22.35 Parabéns
- 00.05 24 Horas
- 00.25 Milionários Mas Criminosos
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.50 Amarga Adolescência
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

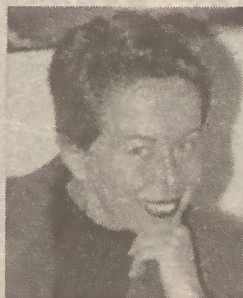
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Euronews
- 13.00 Parlamento
- 14.00 TV2 Desporto
- 17.30 Para Além do Ano 2000
- 18.20 O Milhão
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.50 Forum Musical
- 20.55 Praia da China
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Dinheiro em Caixa
- 23.00 TV2 Desporto
- 23.35 Queimada
- (ver «Filmes na TV»)

**SIC**

- 11.00 Buêrére
- 13.45 Portugal Radical
- 14.30 Dra. Quinn
- 15.30 Sangue, Suor e Pólvora
- 17.00 Os Imortais II
- 18.00 Vidas Cruzadas Especial
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 A Viagem
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.40 O Café do Surdo
- 23.10 Muita Lóco
- 00.15 Último Jornal
- 00.35 A Mulher do Homem do Talho
- (ver «Filmes na TV»)

**QUATRO**

- 10.00 Clube da Manhã
- 11.30 Animação
- 12.00 Informação Religiosa
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.20 Contra Ataque
- 15.00 Telemotor
- 16.00 A Grande Aposta
- 17.30 Queridos Inimigos
- 19.30 Telegiornal
- 20.30 Ficheiros Secretos
- 21.30 Confissões de Adolescente
- 22.00 Quem Casa Quer Casa
- 23.30 Jornal do Mundo
- 24.00 Não o Levarás Contigo
- (ver «Filmes na TV»)



**Maria João Seixas regressa com «Sempre ao Domingo», na TV2**

**Domingo, 15**

**CANAL 1**

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.05 Top +
- 14.15 86-60-86
- 14.30 Novas Aventuras do Super-Homem
- 15.20 Emoções Fortes
- 15.40 Dinossauros
- 16.05 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 16.55 A Grande Pirâmide
- 17.50 Futebol: Braga-Benfica
- 19.50 Joker
- 20.00 Telegiornal
- 20.40 Casa Cheia
- 21.30 Eu Tenho Dois Amores
- 22.40 Domingo Desportivo
- 23.55 No Calor da Noite
- 00.45 24 Horas
- 01.05 Jogando com o Fogo
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Regiões
- 13.00 Euronews
- 14.00 TV2 Desporto
- 17.30 Para Além do Ano 2000
- 18.00 Corsários nas Nuvens
- (ver «Filmes na TV»)
- 20.10 A Minha Ópera Favorita - I
- 21.10 Gente Remota
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Sempre ao Domingo, que inclui o filme «Nunca ao Domingo»
- (ver «Filmes na TV»)

**SIC**

- 08.00 Buêrére
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 Um Trovão no Paraíso
- 15.30 Vidas Sem Rumo
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Ponto de Encontro
- 18.00 Vidas Cruzadas Especial
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 O Memorial de Maria Moura
- 21.30 Gansos Selvagens II
- (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Último Jornal
- 00.20 No Fim do Mundo

**QUATRO**

- 10.00 Clube da Manhã
- 11.30 Informação Religiosa - Missa
- 13.30 Jornal do País
- 14.00 Portugal Português
- 15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Trocado em Míudos
- 20.30 Projecto Viper
- 21.30 Confissões de Adolescente
- 22.00 Doutores e Engenheiros
- 23.15 Melrose Place
- 00.15 Últimas Notícias
- 00.30 Jornal Negócios



**Edita Gruberova e outros cantores líricos com as suas óperas favoritas, a partir desta terça-feira, na TV2**

**Segunda, 16**

**CANAL 1**

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 Origens
- 10.35 Culinária
- 10.50 Malha de Intrigas
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Você Decide
- 14.20 Na Paz dos Anjos
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.20 Missão Impossível
- 18.10 Floradas na Serra
- 19.20 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.25 Nico d' Obra
- 22.00 Zona + Carlos Cruz
- 23.40 Os Rapazes de St. Vincent
- 00.10 24 Horas
- 00.45 Remate
- 01.00 O Processo Quiller
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Casa do Caçador
- 18.00 Infantil
- 20.05 Golo da Jornada
- 20.15 Zero de Audiência
- 20.45 Magazine - «Saúde»
- 21.10 Música dos Outros
- 21.40 Ver para Ler
- 21.45 RTP / Financial Times
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.40 Magazine - «Teatro»
- 23.05 Teatro - «Contos de Hollywood»
- 01.00 Módulos de Música Portuguesa

**SIC**

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.25 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Demétrio, o Gladiador
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Buêrére
- 16.45 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 A Carga do Búfalo Branco
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Último Jornal
- 24.00 Flash Back

**QUATRO**

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Verdade ou Mentira
- 22.00 Trapos & Companhia
- 22.30 Diz-me Com Quem Andas
- 23.30 Novo Jornal
- 00.10 Desporto

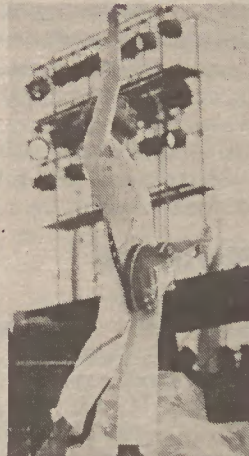
**Terça, 17**

**CANAL 1**

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 Origens
- 10.35 Culinária
- 10.50 Malha de Intrigas
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Você Decide
- 14.20 Na Paz dos Anjos
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.20 Missão Impossível
- 18.10 Floradas na Serra
- 19.20 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.20 A Mulher do Sr. Ministro
- 21.50 Cabaret
- 22.50 Prova Oral
- 00.30 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 Gênesis de Um Filho
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Vida Continua
- 18.00 Infantil
- 20.10 Rotações
- 21.15 Magazine - «Cinema»
- 21.45 RTP / Financial Times
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 E Fez-se Luz
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 Alta Frequência: «Os Gigantes do Rock and Roll» - I



**Os grandes intérpretes de Rock numa nova série: terça à noite na TV2**

- 01.40 Módulos de Música Portuguesa

**SIC**

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 14.00 Olhos nos Olhos
- 14.50 Desirée
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêrére
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 A Viagem
- 21.40 Ora Bolas, Marina
- 22.10 Labirinto
- 23.00 Terça à Noite
- 24.00 Último Jornal
- 00.20 O Senhor que se Segue

**QUATRO**

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Amigos para Sempre
- 23.00 Novo Jornal
- 24.00 Fora de Jogo
- 00.15 Sinais e Leis

**Quarta, 18**

**CANAL 1**

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 Origens
- 10.35 Culinária
- 10.50 Malha de Intrigas
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Você Decide
- 14.20 Na Paz dos Anjos
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.20 Missão Impossível
- 18.10 Floradas na Serra
- 19.20 Com a Verdade M' Enganas
- 19.45 Vamos Jogar no Totobola
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.25 Com Peso e Medida
- 22.25 O Último dos Moicanos
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 Morte Sobre Rodas
- (ver «Filmes na TV»)

**CANAL 2**

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Sombra da Dívida II
- 18.00 Infantil
- 19.45 O Domínio dos Mares
- 20.45 Universidade Aberta
- 22.00 Magazine - «Ver Artes»
- 21.40 Ver para Ler
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.40 Vício-Versa
- 23.30 Retratos de Família
- 00.20 Módulos de Música Portuguesa

**SIC**

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Latino
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêrére
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 A Viagem
- 21.40 Perdoa-me
- 22.40 Casos de Polícia
- 23.40 Último Jornal
- 24.00 Tostões e Milhões

**QUATRO**

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Verdade ou Mentira
- 22.00 Trapos & Companhia
- 22.30 Picket Fences
- 23.30 Novo Jornal
- 00.30 Fora de Jogo



## Por isto e por aquilo...

### Platoon - Os Bravos do Pelotão

(Sexta, 21.30, Quatro)

Filme claramente posicionado contra o reaganismo da década de 80, *Platoon*, para além do tremendo êxito de público que alcançou, fica como exemplo dos mais impressionantes de um cinema que remava contra as cíclicas marés do militarismo, também ele omnipresente nessa mesma década no cinema americano. Logo no seu início, quando em imagens e sons de grande e penetrante cinema os jovens soldados chegam ao teatro de guerra no Vietname para substituírem os seus camaradas mortos - cujos restos mortais são transportados de volta para a pátria e com os quais eles se cruzam em meio de pleno espanto - logo nesse momento, o tom está dado: estamos perante um filme fortemente antibelicista, em profundo contraste com os vários *Rambos*

que profusamente tentavam manipular, na época, a consciência dos espectadores americanos. Contando na primeira pessoa do singular, através da dramática e traumatizante experiência de um jovem soldado - personagem excelentemente interpretada por Charlie Sheen - a sua própria vivência de um conflito terrível, inútil e absurdo, o realizador Oliver Stone consegue dar-nos uma visão fortemente crítica da guerra. E fá-lo quer através das imagens extremamente cruas e violentas da destruição e da mortandade quer sobretudo através de uma atmosfera que, com raro domínio dos mecanismos do cinema, ele sabe criar a partir de um outro tipo de sequências (talvez ainda mais terríveis e eficazes) onde o pavor da guerra está presente apenas de forma implícita, nos estranhos ruídos da floresta a ferver e nas movimentações do imprevisível «inimigo», sempre pressentidas mas insuportavelmente «ausentes» dos planos da câmara subjectiva em que todos nós nos transformamos. *Platoon* é, assim, um filme que impressiona fortemente pela sua desmontagem do significado da guerra e do qual apenas se desejaria que Oliver Stone tivesse expurgado, por pleonásticas e demasiado explicativas face à clareza do que nos é dado ver, as considerações que a personagem principal faz em off - como é patente na leitura das cartas que envia para o lar. Mais uma vez, um filme a não perder.

### O Último Ano em Marienbad

(Sexta, 23.40, TV 2)

Num hotel de Marienbad, um homem (X) conhece uma bela mulher (A) que ali se encontra acompanhada por um outro homem (M). X afirma, peremptório, que os dois se haviam já encontrado, o ano passado, também em Marienbad... Ou seria em Frederiksbad? Mas A não se recorda de X, que, por sua vez, lhe garante que ela lhe prometera encontrarem-se, de novo, no ano seguinte. E então que, perante a indiferença de M, ambos partem, de novo, de Marienbad. Ou teria tudo acontecido, não agora, mas no ano passado? «Leão de Ouro» na Bienal de Veneza de 1961, *O Ano Passado em Marienbad*, pela inovação da sua escrita e realização é, sem dúvida, um dos mais fascinantes exemplares do cinema europeu de todos os tempos. Realizado por Alain Resnais, um cineasta apaixonado pelos insondáveis meandros da memória, da recordação, e da indefinição do lugar e do tempo (real e cinematográfico) - experimentados com maestria em duas obras-primas anteriores, *Nuit et Brouillard* e *Hiroshima Mon Amour* - o filme parece ser, ainda, a única tradução possível, para imagem e som, dos complexos mecanismos do *nouveau-roman* exemplarmente assumidos por Alain Robbe-Grillet. E servidos, afinal, por um fulgurante exercício de encenação, com a perpétua movimentação dos actores por entre impensáveis *travellings* da câmara (Sacha Vierny) e uma crucial banda sonora (Francis Seyrig).

### Ligações Quentes (Sexta, 01.50, SIC)

A curiosidade deste filme reside na particularidade de assistirmos a um trabalho relativamente ortodoxo na carreira de um realizador, Robert Altman, que se destacou no cinema em filmes marcados pela sua irreverência e invulgaridade - como *M.A.S.H.* ou *Nashville* - optando, agora, pela adaptação de uma peça de Sam Shephard, com tudo o que isso significa de trabalho de encenação, clássica, escurteira e disciplinada, em



Willem Dafoe, Charlie Sheen e Tom Berenger, em «Platoon», de Oliver Stone

interiores. Para além de uma certa sensação de insatisfação perante o resultado final, fica a qualidade das interpretações, desta vez com relevo para Kim Basinger.

### O Milhão (Sábado, 18.20, TV 2)

Um pobre e jovem pintor, a quem saiu um milhão na lotaria, chega à conclusão de que a cautela que lhe daria acesso à fortuna está no bolso de um casaco que foi parar a uma loja de vestuário em segunda mão. E o filme acompanha o itinerário do nosso herói em busca da sorte que lhe escapa, com sequências de antologia como a filmada no teatro de ópera que se diz, com razão, ter servido de inspiração a *Uma Noite na Ópera* dos irmãos Marx. Uma comédia notável de um René Clair na sua máxima forma!

### Não o Levarás Contigo

(Sábado, 00.05, Quatro)

Considerado um clássico do cinema - mas hoje em dia bem mais envelhecido do que os outros dois clássicos do mesmo realizador, também exibidos na Quatro - este filme conta-nos a história da paixão despertada no filho de um financeiro altamente colocado por uma jovem pertencente a um meio muito mais simples e da vingança que aquele perpetra para acabar com o romance. Mas tudo irá acabar em bem - ou não fosse um filme de Frank Capra...

### Corsários das Nuvens

(Domingo, 18.15, TV 2)

Sem dúvida que a presença de James Cagney e a realização de Michael Curtiz são motivos de incontornável interesse para a visão deste filme. Mas o «sumo» que dele se extrai é, também sem margem para dúvidas, o da mais acabada propaganda em favor da guerra. Uma questão de gosto.

### Nunca ao Domingo (Domingo, 22.30, TV 2)

O nome relativamente prestigiado do realizador Jules Dassin e a curiosidade de rever Melina Mercouri não chegam para suportar por muito tempo esta comédia falhada, mal inspirada em *Pigmalião*. Resta, na banda sonora, a melodia de *Les Enfants du Pirée*...

### O Processo Quiller (Segunda, 01.00, Canal 1)

O argumento deste *O Processo Quiller*, escrito por Harold Pinter a partir do romance homónimo de Elleston Trevor, conta-nos, numa adap-

tação cinematográfica que pode considerar-se modelar, a odisséia de um agente secreto britânico que é enviado a Berlim Ocidental para averiguar o paradeiro das informações sobre uma rede de espões nazis que havia sido descoberta por um colega, entretanto assassinado. Um filme que, para além de nos envolver na pesada atmosfera da cidade de Berlim nessa época, nos surpreende ainda pela humanidade e vulnerabilidade de um par de personagens que o cinema do género nos habituou a mostrar acima de todas as fraquezas. Mas o facto de o mesmo filme já ter sido programado por duas vezes no mesmo canal há poucos meses - sucessivamente em Agosto e Novembro de 94 - deixa entender que andam muito distraídos lá pela casa. Ou será que não foi, então, exibido e à terceira é de vez?

### E Fez-se Luz (Terça, 22.45, TV 2)

Desconhecido entre nós, este filme do notável cineasta gregoriano Iosseliani, cujo argumento se situa em África, é destacado pela própria RTP no seu boletim informativo, com palavras encorajantes: «Tudo se desenrola aqui no seio de uma pacífica e idílica aldeia perdida no coração de África, cujo universo é destruído quando o homem dito civilizado se apropria das suas terras». A confirmar.

### Latino (Quatro, 14.50, SIC)

A singularidade do cineasta Haskell Wexler no panorama do cinema americano não pode ser ignorada ao vermos este seu segundo filme (!) por si realizado em mais de 45 anos de carreira. Director de fotografia de grande qualidade (*In the Heat of the Night*, *Colors*, *Who's Afraid of Virginia Woolf* ou *The Thomas Crown Affair*, entre tantos outros), realizador de documentários e argumentista, o seu nome está ainda ligado a um dos filmes de ficção que mais fez estremecer o «sistema» - *Medium Cool*, por si realizado, com a inclusão de material documental, durante a tristemente célebre convenção do Partido Democrático em 1968. Fortemente empenhado do ponto de vista político, Wexler dá-nos a ver no filme presente - realizado 16 anos após o primeiro - as actividades anti-sandinistas de um «bóia verde» e o apoio dos EUA aos «contras» da Nicarágua. Um exemplar do melhor cinema liberal americano. Ao transmiti-lo às 14.50 de um dia de semana, a SIC dá bem a ideia do que prefere mostrar no «horário nobre»...



Kim Basinger e Sam Shepard, em «Ligações Quentes», de Robert Altman

### O Último dos Moicanos (Quarta, 22.25, Canal 1)

Com acção situada na América em meados do século XVIII, esta é mais uma versão cinematográfica, particularmente violenta, da história de *Hawkeye* - um jovem lenhador branco adoptado pelos índios - que se vê envolvido nos conflitos que travavam com os índios os colonialistas franceses e ingleses. Realizado por Michael Mann com o suporte de toda a panóplia de meios que a indústria cinematográfica dos anos 90 lhe proporcionou, o filme não faz esquecer a segunda versão datada de 1936, com Randolph Scott no principal papel, mas a interpretação do actor britânico Daniel Day-Lewis é das melhores coisas a reter nesta versão moderna do romance de James F. Cooper.



Um fotograma de «O Último Ano em Marienbad», de Alain Resnais



Uma cena de «O Último dos Moicanos», com Daniel Day-Lewis em primeiro plano



■ Correia  
da Fonseca

# «Parlamento» e a estrela amarela

Tinham passado as Festas, era sábado. Por volta das 13 horas, sentei-me diante do televisor para assistir a «Parlamento», agora transferido para a TV2 aparentemente para que a RTP1 possa transmitir descansadamente a «Luta Livre Americana», instalada no horário até há pouco ocupado pela rubrica durante muito tempo confiada à gestão honesta de Hélder Freire, mais tarde caída nas mãos de Paulo Lavadinho.

Pelos vistos, a Radiotelevisão Portuguesa considera que isso de o público saber o que se passa na Assembleia da República não através dos serviços noticiosos mas sim pela boca dos deputados que elegeram é ambição peculiar daquela minoria excêntrica que ainda se interessa por cultura e, por consequência, deportou «Parlamento» para o canal dito cultural. Por mim, porém, não sou dos que se deixam despistar tão facilmente, e ali estava a postos, atento, e não apenas por razões profissionais ou afins: é que os mais recentes acontecimentos nacionais, com inevitáveis reflexos na AR, suscitavam uma grande expectativa à minha inevitável e legítima curiosidade de mero cidadão. Apesar, digamos, de Paulo Lavadinho.

Afinal, a minha expectativa gorou-se. Soube depois que os cinco grupos parlamentares com assento na Assembleia, desde o

PSD até a Os Verdes, haviam decidido recusar a mais que previsível perda de audiência que o exílio implica e tinham boicotado a emissão. Pretendem, já se vê, que a RTP reconsidere e mantenha a rubrica no canal principal. Oxalá me engane mas, no momento em que escrevo, parece-me claro que o seu desejo não vai ser atendido: a RTP tem mais poder de facto que o Parlamento, pelo menos quando está em jogo, de algum modo, o próprio prestígio da instituição parlamentar que a emissora estatal muitas vezes se aplica a desgastar e só em momentos extremamente raros, se é que existem, acede defender. Na verdade, tudo indica que para a RTP o único poder político respeitável e acatável é o governo em geral e, em particular, aquela minúscula partícula governamental que é o ministro Marques Mendes. De qualquer modo, veremos.

## Uma tentação possível

É claro que, quanto a isto, pode a RTP alegar que a rubrica «Parlamento» se inclui naquela massa um pouco nebulosa e de indistin-

tos contornos que consubstancia o chamado serviço público, para cujo cumprimento foi destacado o Segundo Canal. Por isso lá está, diz-se, «a cultura», coisa tão secundária que foi remetida para o Segundo enquanto a RTP1 se gaba todos os dias de ser «o primeiro», o principal. O argumento invocado tem algumas e grandes falhas, circunstância que de resto pouco preocupará a TV pública: será decerto difícil integrar em áreas culturalizantes ou de manifesta utilidade pública a transmissão de perto de quatro horas consecutivas de temas desportivos, de uma hora diária de «Televentas», de certos momentos de qualidade abaixo do duvidoso. Reconheço, porém, que estão na TV2 programas que pelo tema e pelo mérito justificadamente

integram um canal que se queira inteligente e equilibradamente culto, embora não supostamente intelectual/intelectualóide, o que seria uma ambição pateta e inadequada. Lembro-me de «Forum Musical» e de «Música ao Domingo», de transmissões de ópera e de teatro, de «Gente Remota» e de «Músicas da Terra», de «Zero de Audiência» e de «Quem conta um conto», de «Histórias que o tempo apagou» e de magazines de Artes Visuais, da maioria dos telefilmes incluídos em «Artes e Letras», do quotidiano «Acontece» e do noctívago «Módulos de música portuguesa». Lembro-me de tudo isso, de mais alguma coisa, e até quase me assalta a tentação de, como telespectador, me confinar à TV2, mandar às malvas a enxurra-



da de telenovelas, concursos e rubricas bisbilhotolacrimogêneas que infesta os restantes três canais. Talvez com alguns ilhéus de desafogo, admito, mas tão raros, de tão penosa e arriscada busca, que nem valerá a pena tentar encontrá-los.

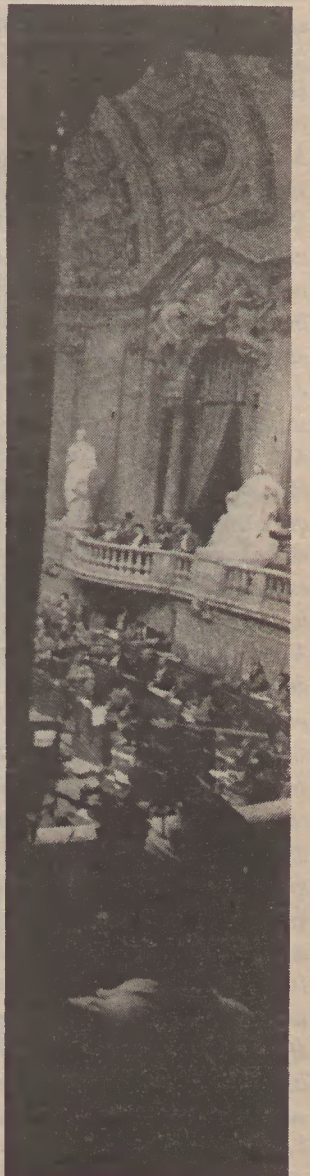
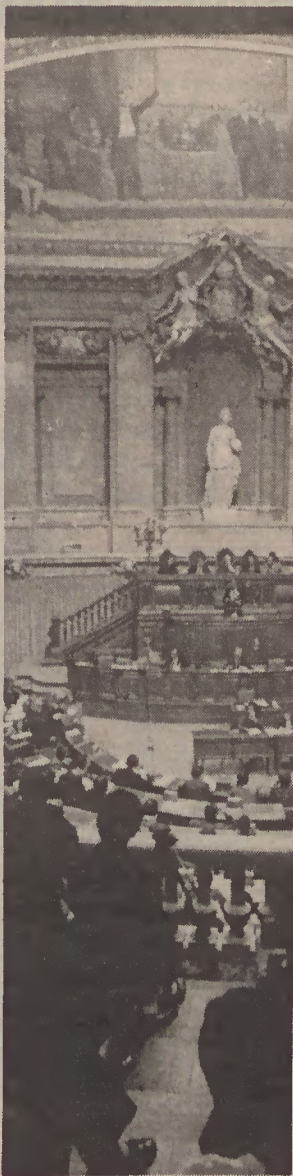
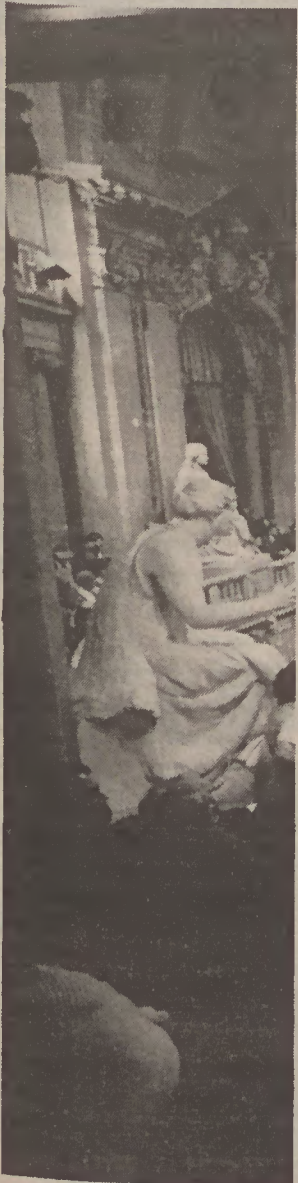
Neste quadro, até parece que quem queira uma Televisão com asseio e qualidade não tem de que se queixar: aí está a TV2 à sua espera, em princípio coberta por subsídios estatais (o que, como já uma vez aqui se salientou, está longe de ser tão certo quanto parece aos menos informados), disponível para satisfazer aquelas exigências desde que moderadas. Agora até com «Parlamento», pelo menos se os deputados abandonarem a sua convicção de que são portadores de esclarecimentos políticos de interesse «generalista», isto é, destinados a todos os cidadãos e não apenas aos que gostam de ópera. Contudo, apesar de tudo isto, recuso-me a refugiar-me nesse abrigo acolhedor que será agora o Segundo Canal. Por duas razões pelo menos.

## Recusar o «ghetto»

A primeira dessas razões não tem importância nenhuma, excepto para mim próprio: obstinando-me em tentar fazer crítica de TV, ou o que com ela se esforça por parecer, é claro que tenho a estrita obrigação de ver tudo e não apenas o que mais me agrada, talvez de ver principalmente o que, por ser abaixo do aceitável, tende a tornar-se caso de escândalo público, de mixórdice, de abuso de confiança, de motivo de justificada indignação. O crítico de Televisão tem alguma afinidade com o operário que trabalha na rede de esgotos: é forçado a conviver com o que lhe repugna. Que tenha paciência, a escolha foi sua. A segunda razão, porém, parece-me bem mais forte e de carácter mais geral, podendo (e eventualmente devendo) ser adoptada por qualquer cidadão: corresponde à recusa de ser encerrado numa espécie de «ghetto». De usar uma imaginária estrela amarela ao peito que ninguém vê mas se sabe estar lá, não por ser judeu no tempo dos nazis mas por «gostar de programas culturais» no tempo de El-rei Mercado.

Será talvez inútil explicar isto, porque será, creio, explicar o óbvio: a TV2, «canal cultural», coisinha com taxas de audiência que muito dificilmente se situam acima dos 4%, é o lugar fechado para onde a RTP expede o que lhe é incómodo, desde as rubricas não-comerciais ou como tal entendidas até aos espectadores com exigências anacrónicas, que até perante o televisor preferem ser dinossauros como já não se usa a serem camaleões como agora se recomenda e está muito «in». Na verdade, só uma telepolítica verdadeiramente segregacionista impede a entrada nos canais generalistas da música de concerto, do teatro ou da pintura, uma vez que não parece fenómeno de muito pasmar que espectadores normalíssimos possam gostar, pelo menos de vez em quando, de ouvir e ver executar trechos de Beethoven ou Chopin, de assistir a uma peça de teatro sério mas não difícil, de olhar uma pinturas de Van Gogh ou de Amadeo. Tudo isso, como sabe, é remetido para o «ghetto» de frequência escassa e reputação sempre um pouco inquietante, se não duvidosa. Mais quem tenha a presunção de apreciar tais excentricidades.

Neste quadro, entendo bem que também os senhores deputados não queiram ir para aquele lugar tão mal-afamado, de invisível estrela amarela ao peito. Não, decerto, porque alguns deles possam ser maus solistas, desafinem, ou simplesmente exerçam o direito de preferirem sentir-se televisivamente mais próximos do Marco Paulo, superstar da RTP1, que do Carlos Pinto Coelho, discreta presença na TV2. Apenas, e cheios de razão, por se aperceberem de que a transferência do Primeiro Canal para o «ghetto» que é a TV2 corresponde a um drástico afastamento da generalidade dos cidadãos e, pior ainda, lhes cola uma etiqueta de presença de interesse secundário, só para alguns. Talvez, quem sabe?, um sinal de «raça inferior», madura para o desapareço.





# de FOICE

## Houdini Silva

Houdini era mestre em desaparecer e ganhava a vida com isso.

Cavaco Silva faz mais: não aparece nem desaparece e, pelos vistos, também ganha com isso.

Os truques que Houdini inventava fizeram escola no ilusionismo, sabendo-se hoje que, apesar de tudo, o grande génio da ilusão arriscava o talentoso pêlo em algumas operações.

É disso célebre prova o mergulho que deu na água através de um buraco aberto no gelo da superfície. Livrar-se das correntes e cadeados que o amarravam parece ter sido uma brincadeira para o mestre; o problema foi regressar ao buraco por onde entrara, visto ter sido arrastado pela corrente subterrânea enquanto se desenhava das amarras. Valeu-lhe o sangue frio: respirando a fina película de ar que separava o gelo da água e guiando-se pelo barulho das vozes dos espectadores, lá reencontrou o buraco e emergiu, para espanto de todos, muitos minutos depois de ter desaparecido nas profundezas.

O mergulho de Cavaco Silva no buraco de silêncio que ele próprio abriu, dura há muito mais tempo mas não parece estar a ameaçar-lhe a integridade física. Talvez por se tratar de um mergulho estratégico, o homem não corre perigo: aparece por aí, mudo e quedo, é certo, mas a respirar com desafogo e sem recorrer a expedientes.

Aliás, se não fosse assim já desconfiaríamos que usava gueiras.

Tem, portanto, muito que se lhe diga, este silêncio de Cavaco. Há nele um toque artístico, uma ressonância dramática que Houdini não desdenharia. Levado para o circo, daria um número de arrasar: "Senhoras e senhores, estimado público, vindo directamente de Boliqueime, apresentamos o Primeiro-Ministro que governa sem falar!". A mulher das barbas e o gigante de Moçambique bem poderiam arrumar as botas. E nem valia a pena invectivarem um rival cuja grande qualidade era o silêncio. Aliás, bem vistas as coisas, o silêncio é o alfa e o ómega da vida política deste homem.

O fascismo e a guerra colonial nem deram por ele, tão calado esteve a construir uma vida de disciplina e obediência. A sua estreia de governante, pela mão do agora incensado Sá Carneiro, foi tão discreta que meses depois abandonou o posto sem dizer água-vai, ainda desconhecedor dos seus talentos náuticos de homem do leme e, seguramente, muito longe de descobrir que não tinha dúvidas e raramente se enganava.

Mais tarde, e sem abrir a boca, saiu-lhe a maior taluda de que há memória, durante o congresso do PPD na Figueira da Foz, quando ali decidiram pegar num partido em cacos, estraçalhado por milhares de gulas assanhadas, e depositá-lo, inteirinho, no seu silencioso regaço.

A partir daí, Cavaco tornou-se numa espécie do Pacheco desenhado pelo Eça: apesar de não se lhe conhecer um pensamento, um gesto, uma obra, bastava observar-lhe o silêncio para nele se pressentir um imenso talento.

Todavia, ao longo de duas intermináveis maiorias, Cavaco caiu na tentação do "Fidalgo Aprendiz" e tomou lições de dicção, não havendo ainda um Francisco Manuel de Melo que nos iludisse se a aprendizagem também incluiu dança, gramática e esgrima. Talvez um dia Vasco Graça Moura meta os talentosos ombros à tarefa de nos esclarecer.

De qualquer modo, foi nesses tempos aziagos que arranjou um contencioso autoral, ao surripiar "A Utopia" a Thomas Moore, entregando-a a Thomas Mann, conflito evitável se lhe tivessem explicado que aperfeiçoar a dicção não é a mesma coisa que melhorar a cultura.

Felizmente, regressou às origens e deixou-se de conversas. O País, maravilhado, voltou a escutar-lhe o silêncio e a reencontrar, nele, um imenso talento. Melhor que Houdini, desapareceu e permanece, em simultâneo, não se arriscando a perder o buraco por onde entrou. Não fala, adeja.

Calando-se, esconde o corpo atrás da voz.

E no entanto move-se, como diria Galileu.

A caminho da rua e à espera que o chamem. Só que o País não é a Figueira da Foz.

■ HC

## Maioria socialista na CM do Porto retira pelouro a vereadora da CDU

A propósito da recente retirada de competências que estavam atribuídas à vereadora da CDU na CM do Porto, Ilda Figueiredo, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP emitiu um comunicado, que foi enviado aos principais órgãos da comunicação social, que aqui publicamos na íntegra.

1. A pretexto de acontecimentos que não explicita, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, comunicou, via telefone, confirmando depois através de lacónico despacho, que retira as competências delegadas à Vereadora Ilda Figueiredo, até agora responsável pelo pelouro da Saúde e Sanidade.

Tal decisão não fica a dever-se a qualquer reparo que possa merecer o exercício das suas funções, mas à independência que a Vereadora tem demonstrado na apreciação que tem feito da actividade da Câmara.

2. O PCP recorda como últimos acontecimentos no plano da gestão municipal o facto de a Vereadora Ilda Figueiredo ter votado contra o Plano e Orçamento para 1995, por razões justificadas e amplamente divulgadas, o que veio a merecer em posterior Assembleia Municipal veemente crítica por parte da bancada do PS.

3. Esta atitude do Presidente da CMP e do PS revela manifesta incapacidade de aceitar como natural em democracia que num órgão como o Executivo Camarário, possa existir uma voz diferente, que defenda uma outra concepção. Um tal comportamento impositivo prejudica a cidade por redutora e empobrecida uma vez que afunila as soluções numa só perspectiva.

4. Salientamos que a acção de Ilda Figueiredo na Câmara Municipal do Porto sempre se pautou pelo sentido de solidariedade e de dignificação do órgão junto dos munícipes, como confirma plenamente a actividade do seu pelouro traduzida por um vasto conjunto de importantes iniciativas, revelando junto dos portugueses uma dinâmica que prestigiou a Câmara, como de resto foi implicitamente reconhecido pelo próprio Fernando Gomes na última Assembleia Municipal.

5. Lembramos que os compromissos do PCP e da CDU apre-



Ilda Figueiredo

sentados na sua candidatura e reafirmados aquando da atribuição do pelouro, privilegiam «uma intervenção activa, independente e crítica em todas as áreas de gestão da cidade, em ligação estreita com as instituições, colectividades e moradores do Porto».

6. Este lamentável episódio comprova a razão daqueles que têm prevenido contra os efeitos perversos e nocivos de uma governação assente numa maioria absoluta, intolerante e autoritária, como neste momento decorre na sociedade portuguesa.

### Simple pretexto

Em declarações ao «Avante!», Ilda Figueiredo explicou que o seu voto contra o Plano e Orçamento de 95 da Câmara do

Porto foi motivado pelo corte, para metade, das verbas do seu pelouro e pela recusa de todas as propostas de reajustamento que apresentou na Assembleia Municipal.

«Esse foi o pretexto usado para a retirada do Pelouro, mas a verdade é que há muito que a minha posição independente e sobretudo o sucesso e a repercussão que estavam a ter as iniciativas do pelouro incomodavam a maioria socialista», afirmou a vereadora da CDU ao nosso Jornal.

Considerando que o seu voto contra «foi plenamente justificado», Ilda Figueiredo sublinha que a sua atitude não representou uma quebra de solidariedade com o executivo camarário: «a quebra de solidariedade verificou-se, sim, da parte da maioria do PS em relação ao Pelouro da Saúde e Sanidade, já que não aprovou nenhuma das propostas que apresentei e reduziu drasticamente as verbas no presente orçamento», declarou a autarca da CDU, qualificando a decisão que a afasta das competências como «sectária, muito pouco democrática e autoritária».

## JCP exige demissão do Governo e eleições antecipadas

A JCP exige a dissolução da Assembleia da República, a demissão do Governo e a convocação de eleições sob um Executivo que garanta a sua democraticidade. Estas reivindicações constam de um manifesto aprovado na última reunião da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, realizada no fim de semana, onde se lêem duras críticas às políticas do Governo que afectam mais directamente a juventude.

A elitização no acesso e frequência do ensino, o aumento do desemprego e do trabalho precário, são algumas dessas críticas, lendo-se no referido

documento que «a manutenção do *numerus clausus* no acesso ao Ensino Superior Público que deixa anualmente milhares de jovens impossibilitados de prosseguir os seus estudos, a asfixia financeira da educação, a aplicação de um sistema de propinas (elevadas) no Ensino Superior Público, a continuação de uma Acção Social Escolar a níveis claramente insuficientes, contraria a demagogia com que a Educação é anunciada como prioridade».

Preocupação da JCP é também o acesso à habitação própria que «continua a ser uma miragem para milhares e milhares de jovens», e a limitação à

capacidade de participação na definição da política da juventude do movimento associativo.

«A repressão policial continua a abater-se sobre os jovens em luta, sejam estudantes ou trabalhadores e as suas associações são alvo da polícia política do Governo, o SIS», lê-se.

A JCP considera que esta é «uma realidade que tem de ser

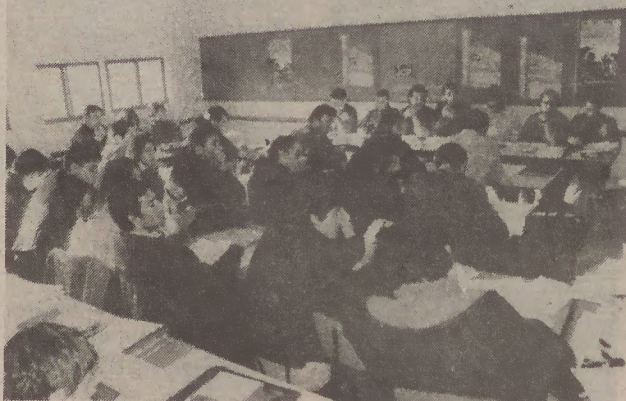
urgentemente alterada» proclamando a possibilidade de «mudança». Para os jovens comunistas é necessário a demissão do seu Governo, a dissolução da Assembleia da República e eleições «que, permitindo o reforço do PCP e a criação de uma alternativa democrática, possibilitarão a implementação de uma nova política».

## Viabilizar a metalomecânica

Decorreu terça-feira no CT Vitória, em Lisboa, um debate subordinado ao tema «Recuperar e viabilizar a metalomecânica pesada nacional» que contou com a participação de várias dezenas de camaradas ligados às principais empresas do sector.

Os trabalhos presididos por Alexandre Teixeira, membro da DORL e do CC, foram abertos com uma intervenção de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, sendo dada depois a palavra aos presentes. O debate terminou com uma intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

Desta iniciativa saiu um documento que analisa o papel e o contributo da metalomecânica para o desenvolvimento da economia, as consequências da política de direita no sector, que liquidou nomeadamente mais de 10 mil postos de trabalho, e esclarece a posição e as propostas e soluções dos comunistas para a viabilização da Metalomecânica pesada nacional. Na próxima edição trataremos de forma desenvolvida as conclusões deste debate promovido pela DORL.



A Direcção Nacional da JCP esteve reunida e analisou a actual situação política e social